

**Revista
do
Instituto Histórico e Geográfico
de São João del-Rei**

Volume XV



2021

HOMENAGENS

Este número é dedicado ao patrono-mor do IHG de São João del-Rei, **Basílio de Magalhães**, e aos confrades recém-falecidos: **Pe. Ramiro José Gregório**; **Norma Marotti Fairbanks** (ex- presidente); **Geraldo José da Silva**; **José Primeiro Teixeira Neto** (efetivo licenciado); **Luiz Dangelo Pugliese**; **Prof. José da Paz**; **Dr. Euclides Garcia de Lima Filho** (sócio honorário); **Maria Helena Falcão** (viúva de Tiago Adão Lara).

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei / Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. V.XV (2021). São João del-Rei.

ISSN 1 677-2865

1. História. 2. Geografia. 3. Cultura - Periódico

COMISSÃO EDITORIAL: Alex Lombello Amaral, Augusto Henrique Assis Resende, Betânia Maria Monteiro Guimarães, Bruno Nascimento Campos, Maria Lucia Monteiro Guimarães e Suely Campos Franco.

O IHG não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos, que são de responsabilidade de seus autores.

Obra impressa com recursos do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - FUMPAC.



Prefeitura Municipal



www.ihgsaojoaldelrei.org.br
ihgsaojoaodelrei@gmail.com
www.facebook.com/ihgsjdr

(32) 9-9913-6942
(Paulo Roberto de Souza Lima – Presidente do IHG)

Rua Santa Tereza, 127. Centro. São João del-Rei, Minas Gerais. Ceo
36.300-114



Basílio de Magalhães (1874-1957)

SUMÁRIO

- 7 EDITORIAL
- 13 IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL-REI E A PROCISSÃO DE ENDOENÇAS – Suely Campos Franco
- 35 ENCOMENDAÇÃO DE ALMAS: CATOLICISMO POPULAR NA TRADIÇÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI – Betânia Maria Monteiro Guimarães
- 49 HOSPÍCIO DA TERRA SANTA EM SÃO JOÃO DEL-REI – Antonio Gaio Sobrinho
- 64 “NOS PASSOS DE JESUS”: UM OLHAR SOBRE AS LITOGRAVURAS DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS DORES - Wellington Tibério
- 71 MISSA DO GALO – Abgar Campos Tirado
- 74 SOBRE LUÍZA MARIA DE JESUS: “Sá Luíza Leriana” ou “Siá Luíza da Cananeia” – José Antônio de Ávila Sacramento
- 93 UM OLHAR SOBRE AS ARTES PLÁSTICAS NO CAC: São João del-Rei/MG – Maria Lúcia Monteiro Guimarães
- 123 JUSTIÇA APLICADA AOS INCONFIDENTES SOB A ÓTICA DAS ORDENAÇÕES DO REINO (1789-1792) – Bruno Campos
- 140 ARBORIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOÃO DEL-REI: abordagens ecológica e histórica – Paulo Roberto de Sousa Lima

- 149 A REALIDADE SOCIAL E HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DEL-REI SOB AS PERSPECTIVAS ARTÍSTICAS DAS AGLUTINAÇÕES CULTURAIS NA MOSTRA VESTÍGIOS – Adilson Siqueira; Ivana de Vasconcellos Latosinski; Flávio Luiz Schiavoni
- 164 ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA NOS PROCESSOS CRIATIVOS – Tiago Morandi
- 176 O SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI E O QUILOMBO DO AMBRÓSIO SETECENTISTA – J. Afrânio Vilela
- 197 O ABOLICIONISMO EM SÃO JOÃO DEL-REI – Alex Lombello Amaral
- 210 AURELIANO PIMENTEL – Bruno Nascimento Campos
- 217 INDÚSTRIAS SOBREVIVENTES DA CRISE DO ENCILHAMENTO NO BRASIL: um estudo sobre a Companhia Têxtil São-Joanense (1891 – 1900) – Marcus Antônio Croce
- 226 DIRETÓRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO.

EDITORIAL

O Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, fundado em 1º de março de 1970, é uma associação civil e científica de duração ilimitada, sem finalidade lucrativa, que tem por fim promover o estudo, a pesquisa e a divulgação da história, da geografia e das ciências conexas, em geral e, particularmente, do município de São João del-Rei, cidade onde tem sua sede e seu foro. Composto de sócios fundadores, efetivos, correspondentes, beneméritos e honorários, esta instituição presta importante contribuição. Tem como Patrono–Mor Basílio de Magalhães.

Durante estes 51 anos, o IHG produziu a edição de 14 revistas, com um número considerável de artigos, revelando-se uma fonte riquíssima para pesquisadores sobre a história de São João del-Rei, de Minas Gerais e do Brasil. O número XV, que apresentamos aqui, reúne artigos e ensaios, que privilegiam, em sua maioria, a temática voltada para estudos que se inserem na história e sociologia da religião. Não se trata de um *dossier* temático, mas diversos artigos refletem sobre práticas ritualísticas existentes no passado e na atualidade em Minas Gerais e remanescentes do período colonial, que segundo Afonso Ávila também aborda formas diversas de expressão de religiosidades.

No artigo IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL-REI E A PROCISSÃO DE ENDOENÇAS, a antropóloga e sócia efetiva do IHG Suely Campos Franco nos oferece o conhecimento das origens e significados de um ritual incluído nas celebrações da Semana Santa. ENCOMENDAÇÃO DE ALMAS: CATOLICISMO POPULAR NA TRADIÇÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI é o título do artigo de Betânia Maria

Monteiro Guimarães sobre as origens ibéricas e difusão em Minas Gerais de uma prática ritualística peculiar e preservada em poucas localidades do mundo luso-brasileiro. Antônio Gaio Sobrinho, sócio efetivo do IHG e historiador com vasta produção, oferece-nos um tema ainda pouco tratado pela historiografia no artigo HOSPÍCIO DA TERRA SANTA EM SÃO JOÃO DEL-REI; explica o autor que hospício era uma espécie de hospedaria de religiosos, que abrigava e acolhia viandantes e doentes. No ensaio “NOS PASSOS DE JESUS”: UM OLHAR SOBRE AS LITOGRAVURAS DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS DORES, Wellington Tibério analisa as litografias existentes na Igreja de Nossa Senhora das Dores, na cidade mineira de Dores de Campos. Em MISSA DO GALO, Abgar Campos Tirado faz um relato, citando dois momentos em que experienciou a “Missa do Galo” na cidade de São João del-Rei. SOBRE LUÍZA MARIA DE JESUS: “SÁ LUÍZA LERIANA” OU “SIÁ LUÍZA DA CANANEIA” é o título do artigo de José Antônio de Ávila Sacramento que levanta importantes e inéditos documentos que traçam a vida e atuação da beata Luíza Maria de Jesus, nascida em uma localidade cujo topônimo é o de Cananéia nas proximidades de São João del-Rei.

Como em outros números da Revista do IHG, este número abre-se para contribuições diversas, que enfocam aspectos variados da história sócio-cultural de Minas Gerais. Maria Lúcia Guimarães, no artigo UM OLHAR SOBRE AS ARTES PLÁSTICAS NO CAC: SÃO JOÃO DEL-REI/MG, traz ao conhecimento dos leitores a criação e as atividades do Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei, uma importante associação cultural fundada no dia 8 de março de 1959 que atuou na promoção das artes, da ciência e do patrimônio cultural. Bruno Campos, historiador diplomado pela UFSJ apresenta-nos uma rica análise da condenação dos conjurados mineiros em

8

1792 no artigo JUSTIÇA APLICADA AOS INCONFIDENTES SOB A ÓTICA DAS ORDENAÇÕES DO REINO (1789-1792). Paulo Roberto de Sousa Lima, sócio efetivo e atual Presidente do IHG, faz uma abordagem focalizada no meio ambiente e na paisagem de São João del-Rei em ARBORIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOÃO DEL-REI: ABORDAGENS ECOLÓGICA E HISTÓRICA. O artigo A REALIDADE SOCIAL E HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DEL-REI SOB AS PERSPECTIVAS ARTÍSTICAS DAS AGLUTINAÇÕES CULTURAIS NA MOSTRA VESTÍGIOS é uma reflexão dos alunos do curso de mestrado do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) que propõe reler a história da cidade de São João del-Rei por meio de suas obras de arte. ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA NOS PROCESSOS CRIATIVOS, texto de Tiago Morandi traz um resumo de uma pesquisa que tem como objeto de estudo o espaço, tempo e memória como elementos de constituição de processos criativos de artistas na cidade de São João del-Rei (MG). O SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL-REI E O QUILOMBO DO AMBRÓSIO SETECENTISTA é o texto do sócio correspondente do IHG, J. Afrânio Vilela; o autor apresenta dados históricos recolhidos em diversas fontes para o conhecimento das organizações quilombolas na região de São João del-Rei. Alex Lombello Amaral, historiador e sócio efetivo do IHG, oferece-nos no artigo O ABOLICIONISMO EM SÃO JOÃO DEL-REI, uma contribuição para ampliar o conhecimento sobre as questões abolicionistas nesta região de Minas Gerais, refletindo sobre a existência ou não do abolicionismo em São João del-Rei, utiliza como fontes os periódicos de finais do século XIX. O historiador e sócio efetivo Bruno Nascimento Campos apresenta, em sua defesa de patrono no IHG, traços biográficos de Aureliano

Pereira Corrêa Pimentel (1830-1808). Marcus Antônio Croce traz um estudo inédito e muito importante para o conhecimento do patrimônio industrial em **INDÚSTRIAS SOBREVIVENTES DA CRISE DO ENCILHAMENTO NO BRASIL**: um estudo sobre a Companhia Têxtil São Joanense (1891 – 1900).

Vale recordar que todos os números da Revista do IHG são dedicados ao Patrono-Mor **BASÍLIO DE MAGALHÃES**. Entretanto, em cada número, o IHG coloca em relevo personalidades que pelo forte destaque na vida local e por força da efeméride celebrada naquele ano. Neste número, publicado no ano em que se comemora 300 anos do início da construção da Igreja Matriz do Pilar, que em 1961 recebeu o título de Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, o Instituto presta sincera homenagem a dois sacerdotes que ali atuaram: Sebastião Raimundo de Paiva, mais conhecido como **MONSENHOR PAIVA** e Padre Ramiro José Gregório que faleceu em abril de 2021, com 76 anos, lamentavelmente vitimado pelo Covid-19 . Apresentamos uma breve nota biográfica dos saudosos sacerdotes.

Natural de São João del-Rei, **Sebastião Raimundo de Paiva** nasceu no bairro do Tijuco, no dia 28 de janeiro de 1928, em uma família já numerosa. Em 1941, ele se mudou para Mariana com o intuito de se tornar seminarista no Seminário Menor. Em 1953, Paiva encerrou a sua formação e em novembro do mesmo ano foi ordenado presbítero, em Barbacena.

Realizou a sua primeira missa na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João del-Rei, em celebração solene dedicada a Nossa Senhora da Conceição em 8 de dezembro de 1954. Instaurada a Diocese da cidade em julho de 1961, foi nomeado como Cônego Catedrático e posteriormente, em 1967, ele assumiu esse cargo de Pároco, momento em que a Igreja do Pilar já tinha recebido o título de Catedral Basílica. Por toda sua

10

entrega à vida sacerdotal, Sebastião Raimundo Paiva recebeu o título de Monsenhor, em 15 de maio de 1971, do Papa Paulo VI.

Foi um sacerdote dedicado às causas dos menos favorecidos. Monsenhor Paiva era admirado pelo seu testemunho de sacerdote zeloso e dedicado às causas da Igreja Católica e da cultura são-joanense. Nesta vida dedicada à Igreja, ele foi um dos responsáveis pela beatificação de Francisca de Paula de Jesus, a Nhá Chica, a mãe dos pobres de Baependi, no Sul de Minas, nascida em São João del-Rei. Na paróquia da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, onde exerceu seu sacerdócio durante 60 anos, preservou, com respeito e perseverança, as riquezas dos antigos rituais católicos. Aos 86 anos, o Monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva faleceu no dia 03 de março de 2014. As solenidades pela morte do religioso causaram uma grande comoção em toda São João del-Rei e repercutiram em outras cidades do estado de Minas Gerais.

Padre Ramiro José Gregório era natural de Itabirito. Filho de José Gregório e Maria de Lourdes Lima, foi ordenado em 30 de novembro de 1980, em Belo Horizonte. Sua atuação em São João del-Rei nunca se limitou às suas atividades de Vigário Paroquial da Catedral de Nossa Senhora do Pilar. Como ressaltou Dom José Eudes Nascimento, bispo diocesano de São João del-Rei, entre outras tarefas evangelizadoras, Padre Ramiro era um apaixonado pelas letras, pelas artes, pelas tradições e culturas da histórica cidade de São João del-Rei. Membro da Academia de Letras de São João del-Rei e do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, era também responsável pela gestão do Memorial Dom Lucas Moreira Neves. Padre Ramiro, amigo alegre de todos, deixa seu legado junto aos trabalhos pastorais, culturais, artísticos e sociais de São João del-Rei. Foi com muita emoção, aplausos e palavras de admiração e carinho

que amigos, familiares, fiéis católicos e religiosos se despediram no dia 17 de abril de 2021, do padre Ramiro José Gregório.

(Fontes:

<https://museuregionaldesaojoadelrei.museus.gov.br/monsenhor-paiva/>
; <https://www.jornaldaslajes.com.br/integra/morre-aos-86-anos-em-sao-joao-del-rei-o-monsenhor-raimundo-sebastiao-de-paiva/1324/>
<https://diocesedesaojoadelrei.com.br/diocese-de-sao-joao-del-rei-se-despede-de-padre-ramiro-jose-gregorio/>)

IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL-REI E A PROCISSÃO DE ENDOENÇAS

Suely Campos Franco¹
Sócia efetiva titular da Cadeira nº 13
Patrono Pe. José Maria Xavier
suelyfran@gmail.com

No ano de 2018, na Quinta-feira Santa, São João del-Rei assistiu a retomada de um costume muito antigo da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, quando esta participava das celebrações da Quaresma e da Semana Santa: a **Procissão de Endoenças**². Associando à figura símbolo - os penitentes que marcham levando tochas - a procissão é chamada também de **Procissão dos Fogaréus**³.

A presença e atuação da Irmandade da Misericórdia no chamado mundo luso-brasileiro é um tema de estudo bastante recorrente na historiografia luso-brasileira, mas tem sido também

¹ Doutora em Études Portugaises, Bresiliennes et de l’Afrique Lusophone (Université Paris 3/Sorbonne Nouvelle). Membro do PPLB/ Polo de Pesquisas Luso-brasileiras (UFRJ / Real Gabinete Português de Leitura), ARBRE/ Association pour la Recherche sur le Brésil en Europe e CARAVELAS /Grupo de Pesquisas sobre música luso-brasileira (CESEM-FCSH-Universidade Nova de Lisboa).

² Procissão de “Endoenças”, palavra que deriva do latim de indulgências, é um dos principais ritos das Misericórdias. Bluteau, Raphael, Vocabulário Portuguez & Latino, vol. 3, p. 102.

³ Com a aprovação da Mesa Administrativa da Irmandade da Misericórdia de São João del-Rei do ano 2017-2018, sendo Provedor Altamir Zanetti, a Procissão de Endoenças foi reintroduzida no quadro de celebrações da Semana Santa de São João del-Rei. Além da dita Procissão, outras celebrações e atividades tiveram lugar na Capela de Nossa Senhora das Dores a partir desta data. Estão à frente desta iniciativa o historiador Pedro Paulo Correa, atualmente Mordomo da Capela e o arquivista e zelador da Capela, Boscolo.

objeto de estudos em outras disciplinas das Ciências Sociais, interessando-se não somente pelos momentos fundacionais da instituição, mas particularmente pelo seu marcante papel sociorreligioso e cultural nas diversas sociedades onde tiveram sua atuação.

Em princípios do século XV surge a primeira Santa Casa de Portugal, por iniciativa da rainha viúva de D. João II Dona Leonor de Lencastre (1458-1525), com o objetivo de atuar nas ações sociais caritativas, necessárias àquele período de grandes transformações urbanas, de crescimento demográfico e, conseqüentemente, de aumento da pobreza e das doenças. Em 1498 foi instituída a Irmandade de Invocação a Nossa Senhora da Misericórdia, na Sé de Lisboa regida por um Compromisso aprovado pelo Rei D. Manuel I. Ao longo dos séculos projeto da Misericórdia de Lisboa estendeu-se a todo território português, ancorando-se desde sempre na doutrina cristã quatorze obras de misericórdia que caberiam aos irmãos (sete obras espirituais e sete corporais).⁴

Na formação das vilas e cidades mais importantes de Portugal e do vasto território ultramarino criava-se uma Câmara Municipal e uma Misericórdia⁵. É incontestável correlação entre

⁴ As Sete Obras Corporais de Misericórdia: 1. Dar de comer a quem tem fome; 2. Dar de beber a quem tem sede, 3. Vestir os nus; 4. Dar pousada aos peregrinos; 5. Assistir aos enfermos; 6. Visitar os presos; 7. Enterrar os mortos; As sete Obras Espirituais de Misericórdia: 1. Dar bom conselho; 2. Ensinar os ignorantes; 3. Corrigir os que erram; 4. Consolar os tristes; 5. Perdoar as injúrias; 6. Suportar com paciência as fraquezas do nosso próximo; 7. Rogar a Deus por vivos e defuntos.

⁵ Boxer, Charles R. – O Império colonial português (1415-1825), Lisboa, Edições Setenta, 1969, p. 263. Conforme Boxer, a Câmara e a Misericórdia podem ser descritas como pilares gémeos da sociedade colonial portuguesa. Sobre o tema ver também em Russell-Wood, A. J. R. – Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 14

o ano de fundação de uma dada Misericórdia com o contexto histórico e socioeconômico de uma cidade. A relevância econômica e política de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e das cidades do ciclo do ouro em Minas Gerais muito contribuiu para a criação das suas Misericórdias⁶. Nas Minas Gerais, a fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto em 1730 e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei em 1783, sedes das duas Comarcas mais importantes, coincidem com o momento em que estas cidades se tornaram polos auríferos relevantes.

Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei

Janeiro de 1783 é uma data aceita como marco de criação da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei por iniciativa de Manuel de Jesus Fortes. Entretanto, em 1764 a instituição já vem mencionada em carta do Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes Francisco Carneiro de Pinto de Almeida ao governador da Capitania de São Paulo Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, relatando as providências tomadas para execução de ordem referente à Santa Casa de Misericórdia daquela cidade.⁷

Obtidos os recursos necessários para a fundação de um hospital e uma Casa de Caridade iniciou-se a construção da

1550-1755, trad. de Sérgio Duarte, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

⁶ Em 1548, por ato régio foi criada em Salvador a primeira Irmandade da Misericórdia do Brasil. A Misericórdia foi constantemente privilegiada por ordens régias, recebendo erário régio e ficando isenta do pagamento de impostos.

⁷ O documento, manuscrito original de uma página datado de 3 de agosto de 1768 encontra-se na Biblioteca Nacional. O Ouvidor da Comarca foi incumbido de efetuar a diligencia da Santa Casa de Misericórdia daquela cidade.

capela, atos pelos quais inauguravam-se as funções caritativas da Irmandade. A primeira capela da Santa Casa da Misericórdia tinha como orago São João de Deus e o termo de sua aprovação foi passado em 1784 no Bispado de Mariana.⁸

Figura 1. Detalhe do quadro com o retrato de Manuel Fortes. Sacristia da Capela da Santa Casa.



São João del-Rei. Foto: Suely C. Franco

A Provisão Régia de 31 de outubro de 1816 muda a Casa da Caridade em Santa Casa de Misericórdia, tomando Sua Majestade o rei D. João VI em sua proteção e mandando que se adotasse o Compromisso dado para a Misericórdia de Lisboa no que fosse aplicável, mas “[...] reformando-o quanto a distinção dos Irmãos Nobres, ou de Maior e o de mecânicos ou de menor: porque sendo a Igreja e a Religião o vinculo de união entre os Irmãos da Misericórdia, não admite qualquer semelhante distinção”.⁹

⁸ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

⁹ Provisão Régia de 31 de outubro de 1816. Cf. Alvarenga, Luís de Melo. História da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei 16

Manifestações festivas da Irmandade da Misericórdia

As festas e celebrações religiosas realizadas ao longo do ano pela Irmandade da Misericórdia de São João del-Rei em sua Capela cumpriam as determinações de seus estatutos conforme modelo do Rio de Janeiro e de Lisboa e os irmãos eram obrigados a comparecer estatutariamente: no dia 2 de julho à Festa da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, que marcava ainda o início do ano compromissório da Irmandade da Santa Casa¹⁰ e as três festas dos santos padroados: Nossa Senhora das Dores, São José e São João de Deus, santos outorgados no Compromisso aprovado pelos irmãos, em 21 de janeiro de 1817.¹¹ O trecho de um Programa publicado no jornal O Arauto de Minas, vem comprovar a participação da Irmandade na Quaresma em finais do século XIX¹².

Septenário. – Começou hontem na Santa Casa de Misericórdia o septenário da Virgem Senhora das Dores que deverá se encerrar no dia 23 com solemne

(1783-1983), org. André G. D. Dangelo e Aluizio J. Viegas, Belo Horizonte, Código Comunicação, 2009, p. 37.

¹⁰ Santa Isabel é considerada padroeira das Misericórdias. O dia dedicado à sua festa rememora Visitação de Maria a sua prima Isabel, grávida de João Batista, episódio bíblico retratado no Evangelho de São Lucas (Lc, 1,39-54).

¹¹ Cf. Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei, 1812.

¹² O Arauto de Minas, em 17 de março de 1877. Atualmente é de responsabilidade da Irmandade dos Passos a realização do Setenário das Dores e Procissão da Soledade na última sexta feira da Quaresma. As celebrações em honra a Nossa Senhora das Dores também estão sendo reintroduzidas na Capela pela Irmandade da Misericórdia de São João del-Rei, e já foram celebradas em 2018 e 2019 no mês de setembro coordenadas por Pedro Paulo Correa.

procissão da mesma Senhora as 6 horas da tarde; na entrada da qual ocupará a Cadeira sagrada o inteligente pregador Reverendo Joaquim Ignácio Vianna.

Figura 2. Exposição *Mater Dolorosa* na Capela N^a S^a das Dores (Santa Casa da Misericórdia).



Senhora das Dores: devoções e iconografia. Curadoria de Pedro Paulo Correa. Semana Santa, 2018 Foto: Suely C. Franco

Além dessas festas, a Irmandade da Santa Casa realizava a procissão das Endoenças, na Semana Santa e, possivelmente um cortejo que ficaria conhecido como Procissão dos Ossos no Dia de Todos os Santos¹³. Diversas Santas Casas invocam a Virgem Maria

¹³ No cumprimento de uma das suas obrigações a Irmandade deveria exercer era a caridade para com aqueles que eram condenados à morte. Este exercício era praticado nos dias 1 e 2 de novembro, dia de Todos os Santos e o dia dos Fiéis Defuntos também é conhecido por dia dos Finados. Diversas Misericórdias organizavam a Procissão dos Ossos. Na Misericórdia de Braga, o capítulo XXVI do seu Compromisso, era dedicado precisamente a como se deveria ir buscar as ossadas dos que padeceram por justiça. Cf. Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Braga.

como Nossa Senhora da Misericórdia. Muitas delas celebram também o Espírito Santo e o Natal. Nos primórdios da Misericórdia de Lisboa e por ordem de D. Manuel I, realizavam-se as procissões do Anjo Custódio e a da Visitação.

Procissão de Endoenças

As celebrações da Quinta-feira Santa, em particular a organização da Procissão de Endoenças (ou da Penitência), sempre foram prerrogativas das Santas Casas de Misericórdia e se perpetuaram em todo o vasto mundo luso-brasileiro. Constata-se que esta procissão era praticada na Misericórdia de Lisboa desde a sua fundação. No Compromisso de 1516, impresso em 1520 há a seguinte disposição¹⁴:

Outro si seram obrigados os ditos irmãos a vir a ditta confraria tres vezes no anno (...) a saber por dia de Nossa Senhora da Visitação para se elegerem os officiais que ajam de servir e governar aquele anno as obras da Misericordia (...) e por de **quinte feira dendoenças** (sic) a noite para a processam dos penitentes que se faz polla cidade indo visitar o santo sepulcro onde o senhor estiver”

Esta atividade piedosa na Quinta-feira Santa, consagrada a rememorar a marcha dos soldados romanos do Pretório até o Horto das Oliveiras, a fim de efetuarem a prisão de Jesus Cristo é, desde sua criação, um exercício de reconhecimento dos pecados e de penitência dos fiéis cristãos. Conforme o Compromisso de 1619 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

¹⁴ Cf. Compromisso da Confraria de Misericórdia de Lisboa, 1516 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO. Disponível em: <http://microsite.scml.pt/500anoscompromisso/compromisso.html>

há nela duas vertentes: a visitação às igrejas e a penitência dos pecadores,¹⁵.

Quinta feira de Endoenças se costuma a Irmandade da Misericórdia ajuntar para ir visitar em Procissão algumas igrejas e sepulcros que está o Santíssimo Sacramento (...) E juntamente mover a efeito de penitencia aos fiéis cristãos que reconhecerem seus pecados, e por eles quizerem fazer alguma satisfação penal...

No Compromisso de 1628 da Santa Casa da Misericórdia de Braga, cidade portuguesa da qual São João del-Rei recebeu importante influência, era obrigação dos Irmãos se reunirem na Quinta-feira de Endoenças à tarde “para acompanhar a procissão que neste dia se faz...”. Conforme consta no Compromisso

A hora marcada os irmãos da Misericórdia com os seus balandraus vestidos, cabeça descoberta, tomarão os painéis e as lanternas e formar-se-á o cortejo. A frente irá o Andador com a matraca...¹⁶

Da mesma forma, em outros Compromissos mais antigos das Misericórdias portuguesas – Viseu, 1624, Elvas 1705 e outros - há um capítulo: “Do modo com que se ha de fazer a Procissam de Endoenças”.

A descrição desta procissão em Braga no início do século XX feita pelo escritor português Antero de Figueiredo é um documento bastante interessante para o conhecimento de sua realização:

¹⁵ Cf. Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Lisboa, 1619, Cap. XXXIII, na p. 3 Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO.

¹⁶ Cf. Compromisso da Misericórdia de Braga, de 1628, com aprovação régia de 1630, no capítulo “Do modo com que se há de ordenar a procissão das Endoenças”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1628-1630, n.º 2, fls. 28v. e 29.)

“A Procissão dos Fogaréus”. Ao meio dia de Quinta-feira Maior Braga entrava em silêncio. Calavam-se os sinos nas torres, os relógios não batiam horas, eram a meia voz os pregões nas ruas, a garotada assoviava a medo e às crianças proibiam-lhes o riso e canto. Nos botequins, cobriam-se os bilhares, guardavam-se os baralhos das cartas, as pedras no dominó... Um negro silêncio como cerrada nuvem que descesse e abafasse a cidade, entenebrecia tudo (...).

Noite cerrada, saía da Igreja da Misericórdia a procissão de Endoenças, que significava a visitação da Irmandade às sete igrejas, aproveitando-se o cortejo para a penitência de cristãos que publicamente quisessem mostrar seu arrependimento, nesse dia de dor, comemorativo do derramado sangue de Cristo. Pouco a pouco, apagada todas as luzes no interior das casas, as varandas e as janelas de rótulas iam-se enchendo de figuras escoadas a medo na tinta noturna.¹⁷

Este dia conhecido antigamente como Dia da Remissão, da Indulgência ou Endoenças, esteve por um longo período associado a uma prática da reconciliação dos pecados públicos. A extinção desta prática em muitas localidades deu lugar à penitência simbolizada na visitação às igrejas¹⁸. Um relato no

¹⁷ FIGUEIREDO, Antero de. A Procissão dos Fogareos (Braga Antiga). In: Braga Antiga: A Procissão dos Fogaréus. Braga, ASPA - Associação para o Estado, Defesa e Divulgação do Patrimônio Cultural, Câmara Municipal de Braga, 1980.

¹⁸ Da manifestação exterior de ir visitar em procissão algumas igrejas, estipulados nos estatutos das Misericórdias, vem o costume que se mantém em São João del-Rei: na noite de quinta-feira, após a cerimônia do Lava-Pés, os fiéis percorrem as ruas, em sinal de penitência, para “visitar” as igrejas onde estão “armados” cenas bíblicas da Paixão.

século XVIII em Lisboa, revela o costume de autoflagelação dos fiéis visando ao reconhecimento público e expiação dos pecados:



Figura 3. Fogaréus e Catedral de Santa Maria de Braga.
Fonte: <https://semanasantabraga.com/>

Os irmãos (...) vestidos de vestimentas pretas e postos em ordem de procissão com suas velas nas mãos. Diante d'elles vão oitocentos, novecentos e até mil homens e mulheres disciplinando-se os quais vão todos vestidos de vestimentas pretas e assim homens como mulheres se ferem com disciplinas, que tiram muito sangue (...)¹⁹

Antero de Figueiredo, ao descrever a Procissão de Braga em princípios do século XX, faz referência a dois procedimentos comuns às antigas procissões de Endoenças e que motivaram

¹⁹ Costa Goodolphin, 1750. Apud. AZEVEDO, Pe José Manuel Semedo de. Procissões da Semana Santa e de Domingo de Páscoa (Não contidas no Missa Romano Guia litúrgico segundo costumes centenários de Portugal). Bispado do Algarve, Faro, 1960, p.18 -19.

proibições até a sua extinção por parte da Igreja Católica. Na procissão participavam, além dos penitentes que se autoflagelavam, figuras que vinham em bando, rostos cobertos, prontos a apontar e denunciar pecadores ao longo do trajeto²⁰.

E as labaredas dos fogaréus, passando à altura dos primeiros andares, iluminavam desfiguradamente a palidez daquelas faces apavoradas, inquirindo, nos golpes que a revolta e vergonha nelas rasgara os efeitos das difamações ou das verdades denunciadas(...). Passado o bando e extinto ao longe o último sussurro da turba atordoadora a contrastar com a algazarra, a silenciosa procissão, solene e fúnebre (...) E tudo era lento e silencioso. (...) O povo treme, geme, chora, soluça! Padres de sobrepelizes brancas entoam o salmo “Miserere mei Deus” (...) as caixas, rufando cadenciadas, marcam o andar dos soldados;

Mas que era esta procissão comparada a outra, também de Endoenças, muito mais antiga, cheia de penitentes a carregarem aos ombros varões de ferro, cruces, pedras, e a arrastarem dos pés, descalços e feridos, as gramalheiras dos condenados! Penitentes que iam rasgando os joelhos nas lascas de vidro e nos bicos dos pregos,

de véspera semeados nas ruas por mãos de cobardes alucinados com o olhar doído, açoitando-se freneticamente no peito com disciplinas a miúdo molhadas em vinho cozido, para mais se lhes arreganha as carnes maceradas...

A introdução desse costume e a sua disseminação no Brasil se deve à Irmandade da Misericórdia de Salvador, fundada em 1549. Na igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, quatro painéis de azulejos, ainda preservados na atualidade, ilustram

²⁰ “A Procissão dos Fogaréus” por Antero de Figueiredo Ilustração Portuguesa 3(57), p. 21-24.

duas das mais peculiares procissões do cristianismo ibérico: a procissão do Fogaréu e a procissão dos Ossos. No Rio de Janeiro, sua introdução data de princípios do século XVI e teria sido feita, certamente, conforme ao modelo de Lisboa.

Nesta procissão, teve sempre marcante participação a figura do **fogaréu** ou *farricoco*, homens vestidos de balandrau negro, pés desnudos ou em sandálias rústicas, com corda atada na cintura, a cabeça coberta por um capuz a esconder o rosto, com duas aberturas apenas para os olhos, emolduram todo trajeto carregando os fogaréus, recipiente de ferro elevado em hastes onde ardem chamas e que têm a função de iluminar o percurso dos penitentes. Assim descreve o memorialista Vieira Fazenda, a presença desta figura simbólica na Procissão organizada pela Misericórdia do Rio de Janeiro:

Além dos tocheiros mencionados nas Instruções, a procissão era emoldurada por duas longas filas de homens vestidos de longos balandraus negros, carregando archotes formados por varas de pau em cuja extremidade, num receptáculo de metal ardiam maçarocas de estopa embebidas em terebintina. Esta a razão do nome popular de Procissão dos Fogaréus²¹.

Ainda no Compromisso da Misericórdia de Lisboa, está definida a função destas figuras:

Irão alguns fugareos por hua parte, e outra de toda a procissão, e com ele ira todo aparelho que for necessário para continuar com luz todo tempo, e os irmãos que vão governando a procissão terão cuidado

²¹ Fazenda, José Vieira – “Procissão dos Fogaréus”. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 140, Rio de Janeiro, 1921, p. 131-135.

de o ir despond em espaço conveniente, e de os mandar prover quando lhes parecer necessário...²²

Alguns destes personagens simbólicos levam também as matracas que ecoam no silêncio da noite, chamando os fiéis à “desobriga” ou confissão dos pecados²³.

A indumentária dos farricocos é, por analogia, semelhante à dos nazarenos, nome dado às figuras simbólicas pertencentes às confrarias de penitência de Jesus Nazareno espanholas. Por este motivo, alguns pesquisadores sugerem que esta prática em Portugal teria sido trazida da Espanha. Sabemos ainda que no sul de França e no norte da Península Itálica, haveria igualmente as confrarias penitenciais, os quais desfilavam com a cara coberta e se flagelavam ao longo do caminho.

Os vários documentos depositados no Arquivo da Irmandade da Misericórdia de São João del-Rei e outros arquivos de Irmandades e Confrarias locais, revelam que essa procissão existiu até o período bem avançado do século XIX, ainda que não saibamos dela os detalhes da sua organização durante o período em que integravam as celebrações para-litúrgicas²⁴.

²² Cf. Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Lisboa, 1619, Cap. XXXIII, na p. 3 Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO.

²³ Matraca ou “ruge-ruge” instrumento de percussão, utilizado na Semana Santa para chamar os fiéis em substituição aos sinos que estão mudos durante do Tríduo Pascal. Na Procissão dos fogaréus em Braga as matracas são caixas de madeira montadas no topo de varas negras e que faziam rodar sobre um eixo, Cf. FERREIRA, Rui; MACHADO, Manuela. A Semana Santa de Braga nos arquivos da cidade. FORUM 49•50, 2014/2015, p. 136.

²⁴ Importante lembrar que, em um passado mais distante, a participação da Irmandade da Misericórdia na Quinta-feira de Endoenças não se

Dentre estes documentos, localizamos um registro lavrado em 19 de junho de 1820 em que o Provedor e a Mesa solicitam uma certidão à Irmandade da Misericórdia do Rio de Janeiro “sobre o que nella se pratica”. Entre os artigos do estatutos está o que se refere à Procissão dos Fogaréus com a minuciosa descrição de como os elementos deveriam compor o cortejo.

Diversas associações religiosas também tomavam parte nesta procissão que marcava o final da Quaresma e o início do Tríduo Pascal. Apesar da sua realização integrar uma das obrigações confraternais do primitivo Compromisso, a responsabilidade de organização dessa procissão penitencial em São João del-Rei foi transferida, por volta de 1873, para a Irmandade do Santíssimo Sacramento para ser mais tarde totalmente extinta²⁵.

Ao longo do tempo foi desvalorizada, ou pelo menos, secundarizada face aos outros ritos do período Quaresmal e do Tríduo Pascal. Entretanto, e apesar disso, esta piedosa atividade continua fixada nos compromissos da Irmandade são-joanense.

A procissão na atualidade

Atualmente, a antiga Procissão de Endoenças persiste no mundo luso-brasileiro, com algumas alterações e adaptações sendo popularmente conhecida como Procissão dos Fogaréus. No

restringia à realização da procissão; em Lisboa havia também Missa, Sermão do Mandato e cerimônia de Lava-Pés quando o Provedor prostrado de joelhos lavava os pés dos eleitos e à tarde Procissão de Endoenças. Cf. “Solenidades da Misericórdia a que a mesa assiste” Arquivo da Misericórdia de Lisboa.

²⁵ Não nos foi possível ainda encontrar os motivos explícitos da transferência de sua realização para a Irmandade do Santíssimo da Matriz do Pilar e nem dos motivos da eliminação da procissão do programa da Semana Santa.

Brasil encontramos esta tradição preservada especialmente na Cidade de Goiás (GO) mas também em Paraty (RJ) e em Serrinha (BA).



Figura 4. Adro da Capela de N^a S^a das Dores antes da saída da Procissão dos Fogaréus
Foto: Suely C. Franco, 2019.

Em Braga e praticamente em todo norte de Portugal, é conhecida como Procissão do Senhor *Ecce Homo*. Levado na procissão, em andor ou em painéis, a figura do Cristo da Prisão, Senhor da Cana Verde ou *Ecce Homo* apresenta a iconografia do Cristo coroado de espinhos, com as mãos atadas ou segurando um cetro figurado numa cana verde.

(...) a bandeira da Irmandade levada por um irmão nobre a qual seguirão todos os irmãos por uma parte e

outra com tochas nas mãos muito por ordem, e entre eles ira a bandeira com a imagem do Ecce Homo que levará um irmão official... e no fim deles a imagem do Ecce Homo de vulto, que vai no andor, levado pelos devotos (...)²⁶

Em São João del-Rei, como dissemos acima, este costume foi recuperado em 2018 a partir do conhecimento de sua prática através dos documentos disponíveis e pesquisas recentemente realizadas²⁷. Os organizadores vêm procurando, a cada ano, adotar os elementos colocados no Compromisso da Irmandade que, como vimos, tomou como modelo o Compromisso da Irmandade da Misericórdia do Rio de Janeiro. Foram reunidos diversos esforços para as despesas que abrangiam desde a indumentária dos fogaréis, paramentos litúrgicos e ornamentos de decoração até a música da procissão. Estudou-se o itinerário, prepararam-se as alfaias e o cortejo contou com grande assistência já na primeira edição. No ano seguinte a Irmandade encomendou ao escultor sacro uma imagem de Jesus representando a sua prisão e na segunda edição

²⁶ Cf. Compromisso da Misericórdia de Braga, de 1628, com aprovação régia de 1630, no capítulo “Do modo com que se há de ordenar a procissão das Endoenças”. (ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1628-1630, n° 2, fls. 28v. e 29.)

²⁷ As instruções para a organização da Procissão foram baseadas nos capítulos dos Compromissos da Irmandade de Misericórdia de Lisboa, do Rio de Janeiro e de São João del-Rei que tratam especificamente da Procissão. Estudos sobre a realização desta procissão em São João del-Rei realizados pela autora para a tese de doutorado (<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01582505>), que colocou em perspectiva comparativa a Semana Santa de Braga e de S.J. del-Rei, serviram de bússolas para tal intento. Lembramos que em 2019 a cidade mineira de Ouro Preto passou a realizar novamente esta procissão.

o andor foi incorporado à procissão e ao acervo da Capela da Santa Casa.

Figura 5. Procissão no adro da igreja da Ordem Terceira de São Francisco.



Foto: Marcus Luan. 2019.

O cortejo inicia-se às 23h da quinta-feira, na Capela de Nossa Senhora das Dores, percorre a antiga rua da Misericórdia passando pelas traseiras da Igreja de São Gonçalo Garcia até alcançar a igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Acompanham cerca de quarenta voluntários vestidos de farricocos, com sarja preta, encapuzados, incumbidos de transportar os fogaréus. Formam ainda o cortejo o Capelão e outros sacerdotes, músicos instrumentistas e cantores, o Provedor, os membros da Mesa Administrativa e demais membros da Irmandade da Misericórdia vestidos de balandrau com a insígnia da Misericórdia levando as matracas.

Centenas de pessoas, fiéis e turistas, acompanham a procissão. No adro da Igreja de São Francisco há uma encenação da prisão de Cristo: as luzes são abaixadas, os tambores soam e o coro canta o Miserere enquanto sai do templo um andor com a imagem do Cristo com cabeça baixa e corda no pescoço. É um momento de forte apelo teatral e de grande significado simbólico. Em seguida, o cortejo retoma sua forma e segue o percurso de volta à Capela da Santa Casa pela antiga rua de São Francisco.

Conclusão

Importante mencionar que a integração da figura dos fogaréus incorporada à procissão da Quinta-feira Santa tem, na atualidade, um caráter especialmente simbólico, fazendo lembrar a sentido penitencial deste ato ritualístico. Mas tem também o intento de ver renovada e “ressuscitada” uma instituição que teve importante presença e atuação na vida de São João del-Rei há pelo menos quase três séculos. Tem ainda o objetivo de promover ainda mais a Semana Santa de São João del-Rei integrando atos devocionais aos atos litúrgicos.

Segundo os responsáveis da Procissão, trata-se de um resgate religioso de um costume *secundum legem* de caráter devocional aprovado pela Diocese de São João del-Rei e acatado pelo pároco e pelo capelão da Santa Casa Este artigo visa oferecer algum conhecimento histórico desta procissão mais que centenária, devolvendo-lhe o significado com que foram instituídas para que haja compreensão de quem participa e de quem simplesmente assiste.

Dada a relevância da Semana Santa de São João del-Rei, a “Roma brasileira”, como manifestação de uma religiosidade ímpar e patrimônio cultural brasileiro, e a proeminência da Irmandade da Misericórdia ao longo da sua história nesta cidade,

justifica-se iniciativa de promover a sua memória e a reintegração deste rito às cerimônias previstas nesta santa e tradicional semana.



Figura 5. Programa da Procissão de Quinta-feira Santa promovida pela Irmandade da Misericórdia de São João del-Rei, 2019.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga (ADB) Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro dos Estatutos e assentos desta Santa Casa da Misericórdia, 1618-1625, nº 1.

Arquivo Distrital de Braga (ADB), Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Compromisso da Misericórdia de Braga, de 1628, com a descrição “Do modo com que se há de ordenar a procissão das Endoenças”. 1628-1630, n.º 2, fls. 28v. e 29.)

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei (ASM) Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei - Minas Gerais”, 1812 livro n.º: 15.

Fontes impressas

Compromisso da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619

Ilustração Portuguesa, n.º 57, 25 de março de 1907.

Livro de atas e termos das sessões e deliberações da administração da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos anos de 1830-1840 (Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., p. 54, 1915).

Periódicos consultados

Commercio do Minho, Braga [1873-1922]

O Arauto de Minas, São João del-Rei [17 de março de 1877]

Dicionários e Inventários

Bluteau, Raphael, Vocabulario Portuguez & Latino, volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, versão eletrônica disponível em <https://www.bbm.usp.br>.

INVENTÁRIO de fontes do acervo da Santa Casa da Misericórdia de São João del Rei XVIII – XX. Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei e Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei UFSJ, Coord. Maria Leônia Chaves de Resende e Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves.

Bibliografia

ALVARENGA, Luis de Melo. Efemérides da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei. [Texto digitalizado para edição do CD-ROM sobre a obra de Luiz de Melo Alvarenga, Coor. Maria Leônia Chaves de Resende], 2005.

_____. História da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei (1783- -1983), org. André G. D. Dangelo e Aluizio J. Viegas, Belo Horizonte, Código Comunicação, 2009.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa. América Latina en la Historia Económica número 35, enero-junio de 2011, p. 271-296.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco”, in *Hispania Sacra*, LXII, 125, 2010, p. 106.

AZEVEDO, Pe. José Manuel Semedo de. *Procissões da Semana Santa e de Domingo de Páscoa*(Não contidas no Missa Romano Guia litúrgico segundo costumes centenários de Portugal). Bispado do Algarve, Faro, 1960.

CAPELA, José Viriato; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013.

CASTRO, Maria de Fátima. *A Irmandade e Santa Casa de Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI ao começo de século XIX)*, Braga, s/ed., 1998.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982.

FRANCO, Suely Campos. *Deux villes, une fête: la Semaine Sainte à Braga et à São João del-Rei - XVIIIe - XXIe siècles*. Tese doutorado, Université Paris 3/Sorbonne Nouvelle, Paris, 2011(

_____. A Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei – 230 anos: assistência e devoção. *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias*. Actas. Braga, 2014. p.181-196

_____. “Fazei isto em minha memória” A Semana Santa em São João del-Rei e em Braga. *Revista Misericórdia de Braga* n.º 9 (Comemorativa 500 anos), dezembro 2013, p. 403- 436.

FERREIRA, Rui Manuel, As procissões e a Semana Santa em Braga nas memórias da Misericórdia de Braga, *Misericórdia de Braga. Apontamentos Históricos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, pp. 52-61.

FERREIRA, Rui; MACHADO, Manuela. A Semana Santa de Braga nos arquivos da cidade. *FORUM* 49•50, 2014/2015, p. 123-148

FIGUEIREDO, Antero de. *O Último Olhar de Jesus*. 7.a edição. Lisboa: Bertrand, 1928.

FIGUEIREDO, Antero de. A Procissão dos Fogareos (Braga Antiga). In: *Braga Antiga: A Procissão dos Fogaréis*. Braga, ASPA - Associação para o Estado, Defesa e Divulgação do Patrimônio Cultural, Câmara Municipal de Braga, 1980

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923.

_____. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Of. Gráf. da Fundação Romão de Mattos Duarte, Rio de Janeiro, 1960.

FONSECA, Cláudia Damasceno, *Pouvoirs, ville et territoire: genèse et représentations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe début du XIXe siècle*, tese do doutorado em História, Paris, EHESS, 2001.

NOVAIS, Cláudia Sofia Bastos Carvalho. Manifestações festivas na Misericórdia de Braga (século XVIII). Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga, 2017, <http://repositorium.sdum.uminho.pt>.

PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos Religiosos; União das Misericórdias Portuguesas, 2004.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; HARGREAVES Lucy Gonçalves Fontes – Inventário de fontes do acervo da Santa Casa da Misericórdia São João del Rei. XVIII–XX, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei, DECIS/UFSJ, Junho/1997.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Os azulejos da Misericórdia: a imagem documento na história da cultura religiosa luso-brasileira. *História* v.34, n.1, p. 148-162, São Paulo, jan./jun. 2015

TRINDADE, Raimundo. Instituições de igrejas no bispado de Mariana, Rio de Janeiro, Mec, 1945.

VASCONCELOS, José Leite de. Etnografia Portuguesa, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549-1999). EDUFBA, 2ª ed. 2016, p.254.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*, 2 e, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

ZARUR, Dahas Chade. *História da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro – Uma velha e nova história*, 2. ed., Rio de Janeiro, Gráfica Itambé, 1979.

Sites consultados

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/procissao-do-fogareu-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-imaterial-da-bahia/>

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/19/album/1555676372_598391.html

<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0066999-os-encantos-de-paraty-na-semana-santa>

<https://www.museudamisericordia.org.br/o-museu/index.html>

ENCOMENDAÇÃO DE ALMAS: CATOLICISMO POPULAR NA TRADIÇÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

Betânia Maria Monteiro Guimarães
Sócia efetiva titular da cadeira 26
Patrono Altivo Lemos de Sette Câmara
bgbetaguima951@gmail.com

Noite tardonha de quaresma, ora vamos
Pequena orquestra e coro rumo aos cemitérios
A implorar no vão da estreita porta:
“Senhor Deus, misericórdia!”
(Altivo Sette)

1 Origem

Encomendação das almas, encomenda das almas, recomenda, recomendação, reza, alimentação, lamentação, procissão, terno, terço e reis das almas são os termos sinônimos usados que refletem o pensamento popular acerca do significado social dessa manifestação do catolicismo popular.

De origem ibérica, compõe-se de um conjunto piedoso de devotos que, a altas horas da noite, sai pelas ruas no período da quaresma, entoando cânticos lúgubres em louvor às almas, rogando rezas em seu sufrágio e exortando os fiéis pecadores a corrigirem seus erros, sob pena de serem condenados ao inferno. Há grupos apenas masculinos, outros femininos, além dos mistos. Crianças geralmente não participam. Encomenda e suas variantes falam do objetivo de se encomendar, ou recomendar as almas, aos cuidados divinos, por meio de preces, no sentido de aliviar-lhes as penas. Assim acreditam que elas alcançarão a luz celeste e o descanso.

No Brasil, não se tem certeza da data certa da entrada dessa prática religiosa popular, que foi via Portugal. Acredita-se

no início do século XIX, talvez um pouco antes. As formas mais primitivas, em voga naquela centúria, traziam consigo homens penitentes, que se autoflagelavam. A autoflagelação era feita com o chicote chamado “disciplina”, feito de couro cru ou fio de linho ou algodão trançado, tendo no extremo cacos de vidro, pregos, lâminas metálicas cortantes. Ao término do ritual estão os exangues. O sangue escorrido é uma purificação, obtida por esse ato extremado.

Em Minas Gerais, foi muito difundida no período colonial. Do século XIX são as citações de Saint-Hilaire (1817), em Itabira e Serro/MG, com penitentes batendo matracas. Na segunda metade, Melo Morais Filho (1979) descreveu tais práticas, também com os penitentes, todos homens, vestidos de buréis brancos e cabeça encapuzada por cogulas. Foram também noticiados os penitentes em Ibipetuba/MG (região do Rio Preto, afluente do São Francisco), por Edilberto Trigueiros (1963).

Segundo Wanda Almeida Totini, é difundida em Minas Gerais. No município de Ponte Nova, Zona da Mata mineira, “as encomendações de almas nas sextas-feiras da quaresma desapareceram, permanecendo em pequenas partes rurais como: Sesmarias, Três Tiros e Posses” (p. 53). Em Gomes & Pereira (1995), encontram-se preciosos informes analíticos e cantos coletados em Jequitibá, Nova Era, Logradouro e Vazante. Também Maria de Lurdes Sacramento (1972) estudou-a em Lima Duarte; Terezinha Sant’Anna em Carmo do Cajuru. Notícias orais, porém sem confirmação, informam sua ocorrência em Pedra do Indaiá, Itapecerica, Divinópolis, Juiz de Fora, Santos Dumont e Barbacena. Um recente levantamento (2002-3), efetuado por Oswaldo Giovaninni Jr., apontou-as ativas em Cajuri, Santana do Manhuaçu, São Miguel do Anta e São Sebastião da Várzea Alegre. Em Mariana ainda se pratica, ao que parece, já um tanto estilizada. É frequente no sudoeste mineiro.

2 Morte: a mais temida passagem humana

Segundo Sant'ana (1997), a morte, como o mais desconhecido momento da vida humana, tem gerado ao longo dos séculos uma série de crenças, tabus, superstições, práticas, sendo seu folclore rico e complexo, motivo para estudos.

Toda uma concepção religiosa da visão da agonia, da morte e do post-mortem, se inter-relacionam com velhíssimas práticas medievais europeias e mesmo mais remotas, advindas do paganismo. A encomendação é até certo ponto um rito coletivo, que alude à mais temida passagem humana.

Suas cantorias visam ao sufrágio das almas do purgatório, dos assassinados, dos afogados, etc., mas, como bem observaram Gomes & Pereira (1995), dirigem-se também aos vivos, admoestando-os a seguirem uma boa regra de conduta cristã, como condição para salvarem desde já as suas próprias almas: “onde vais, homem perdido? / ofender a Deus e a ti! / lá no inferno tem um fogo, / ai de ti, se lá cair...” Esta é exemplo de uma quadra pertencente ao repertório das antigas Encomendações de São João del-Rei, segundo informação de Aloísio dos Santos (1998).

Depreende-se que o ritual tenha assim um valor educativo e preventivo. É uma caridade que retorna: relatam que todos temos necessidade de rezar pelos mortos porque também nós, em breve, estaremos sepultados e precisaremos de rezas. Se em vida oramos pelas almas, uma vez falecidos teremos quem reze pela nossa; caso contrário ela ficará esquecida e não poderá ascender ao purgatório, pois creem, que são as preces recebidas que as fazem progredir, pela misericórdia divina, subindo das chamas em direção à luz.

Outro aspecto funcional é o da encomenda como expressão de fé nas almas, tal como se tem nos santos como

mediadores do sagrado. Assim, se a folia é uma manifestação consagrada aos Santos Reis e a congada à Senhora do Rosário, a recomenda é consagrada às almas. É uma forma devocional de se manifestarem seus devotos a elas, como um dançador ou promesseiro faria uma dança de São Gonçalo para o santo português de Amarante. As graças recebidas por intermédio das almas, podem ter a gratidão do devoto externada sob a forma de uma encomendação de almas.

Embora pouco abordada pelos estudiosos, tal devoção é muito maior do que se supõe, ultrapassando em muito à de vários santos. O fiel das almas vive quase à margem do catolicismo oficial. É bom contudo lembrar das Irmandades de São Miguel e Almas, frequentes nas cidades históricas, como forma aceita (oficialmente) de trabalho em favor das almas. São Miguel Arcanjo é popularmente o guardião das almas e seu condutor, levando-as pelos caminhos do além e pesando suas faltas e acertos no julgamento divino, daí ser representado com uma balança à mão. Nossa Senhora do Carmo é também relacionada às almas, acreditando-se que os fiéis que são seus devotos e usam seu escapulário, ao morrerem, terão suas almas resgatas pela Virgem do purgatório no primeiro sábado após a morte.

A igreja se viu obrigada a abrir concessões para o gigantesco número de devotos que abraçam essa crença. Nota-se nos livros de intenções de missas, a quantidade de celebrações pelas almas, pedindo isto ou aquilo, ou em ação de graças, ultrapassando em muito qualquer outra intenção, como se verifica em São João del-Rei. Nessa cidade, a visita dos fiéis ao cemitério na segunda-feira (dia votivo das almas) é sempre acentuada. Acendem muito mais velas brancas, em relação aos demais dias da semana. As missas de segunda-feira, costumam ser as que mais enchem as igrejas e em alguns casos acumulam mais fiéis que as de domingo. Ficou célebre a “missa d’alva”, na

38

aurora, 5 horas, que se realizava na catedral basílica de Nossa Senhora do Pilar. Ficou popularmente conhecida por “missa das almas”. Em Santa Cruz de Minas, pequena cidade entre São João del-Rei e Tiradentes, há uma missa na segunda-feira, dentro do cemitério.

A popularidade desse culto ainda se nota nos quintais, onde rezam e acendem velas para as almas. Acredita-se que não se pode fazê-lo dentro de casa, pois para aí se atraem as almas de todo o tipo e não é fácil extirpá-las do lar, assombrando os moradores. Somente ao ar livre se pode louvá-las, ou nas igrejas.

É grande o número das orações impressas em folhas avulsas, “santinhos”, e ainda nos jornais, sobretudo às chamadas “13 Almas Benditas”. Nos terreiros de umbanda também se consideram as almas. Há pontos riscados e cantados para elas. São inseparáveis da linha africana, sob o comando dos negros velhos e negras velhas, espíritos de escravos, e na quimbanda, na linha das almas, chefiada pelo respeitadíssimo sr. Omulu. Outro universo correlato é o das cantorias de ofícios, excelências, louvores de anjo (canto às almas de crianças), dos epitáfios e estudos de aspectos de túmulos, símbolos mortuários, condolências, ritos de velório e enterro, luto.

A devoção às almas é uma constante o ano inteiro. De uma ou outra forma ela ocorre. Na quaresma há o acréscimo especial do rito da Encomendação, que nas ruas encontra na mentalidade popular um imaginário devocional acerca das almas, já muito enraizado, posto que se desenvolveu o ano inteiro.

A quaresma é período de quarenta dias que se sucedem ao carnaval, a começar da Quarta-Feira de Cinzas. Foi sempre o período mais carregado do ano, ocasião que, segundo as narrativas populares, surgem toda espécie de assombros, como a mula-sem-cabeça, a bruxa, o lobisomem, o saci-pererê e outros terríveis seres mitológicos. O respeito ao período era até bem

pouco tempo muito seguido, graças sobretudo à força dominante do catolicismo. O recolhimento era uma exigência. Nesse clima de reflexão é que as encomendas vêm à rua.

Quando isso acontece, traz consigo todas as concepções sociais acerca da morte e da relação entre mortos e vivos, apaziguando suas tensões, evangelizando, no sentido de que ensina em seus versos a reta conduta como caminho de salvação. A encomendação é o corolário de todas essas ideias. O aspecto tenebroso, condenado por certos sacerdotes e carolas é apenas o reflexo de sua origem histórica nos próprios métodos da igreja medieval, pregando a existência de um Deus muito mais punitivo que misericordioso, profundamente medonha em sua estrutura, catequizando pela imposição contínua do medo da condenação ao fogo, fosse o do inferno ou o das fogueiras da inquisição.

3. A tradição em São João del-Rei

São João del-Rei é a única cidade que conservou esta tradição, sem alterações no seu contexto religioso e penitencial, isento de superstições. Conforme nos ensina Passarelli (2007), a Encomendação de Almas é mantida até hoje pelos músicos são-joanenses. Com o correr do tempo, sofreu alterações somente na parte musical. Desde que foi composta, no final do século XVIII ou início do XIX, era cantada a obra intitulada “Encomendação de Almas”, de autoria do compositor Manoel Dias de Oliveira (1735-1813), natural da Vila de São José del-Rei, hoje cidade de Tiradentes. Esse compositor é considerado entre os melhores do período colonial brasileiro. Teve largo campo de ação em São João del-Rei, pela expressiva quantidade de obras compostas especificamente para essa cidade, como comprovam muitos manuscritos musicais existentes no precioso Arquivo Musical da Orquestra Lira Sanjoanense, fundada em 1776 pelo Mestre de

Música José Joaquim de Miranda. O texto, em português, da Encomendação de Almas, de Manoel Dias, é o seguinte

Alerta mortais, alerta
Que é tempo como está visto
Que a Paixão de Jesus Cristo
Sua morte faz lembrar
E porque não duvidais,
Como é certo mandar Ele,
Que oreis por todo aquele,
Que Ele veio libertar
Lembraí-vos daqueles
Que em pranto desfeito
Já sentem o efeito
Da triste agonia
Dai-lhes, por piedade,
O socorro vosso
Por um Padre-nosso
E Ave-Maria
Em seguida,
“Senhor Deus, misericórdia;
Pelas dores de Maria Santíssima, misericórdia”.

Esta obra está estruturada para coro a quatro vozes mistas, duas flautas, duas trompas e baixo. Foi executada pelos músicos são-joanenses até princípios do século XX, quando foi substituída pelos motetos dos Passos, do compositor são-joanense Martiniano Ribeiro Bastos (1834-1912), compostos, provavelmente a partir de 1875 e que são executados até o presente.

4. Roteiro das Encomendações de Almas

Conforme a tradição, em São João del-Rei são realizadas três Encomendações, geralmente às sextas-feiras, no período quaresmal. No roteiro incluem-se os cemitérios das diversas

irmandades, confrarias e ordens terceiras; cruzeiros e encruzilhadas e em frente as igrejas.

Primeira Encomendação, realizada no perímetro histórico da cidade, percorrendo os cemitérios.

Cemitério das Mercês

Cruz lateral da capela do Santíssimo Sacramento, da Catedral

Cemitério das Irmandades da Catedral

Cemitério do Rosário

Cemitério de São Francisco

Cemitério de São Gonçalo Garcia

Cemitério do Carmo

Segunda Encomendação

Igreja Matriz de São José Operário

Cruzeiro da antiga ponte de pedra

Encruzilhada da Av. General Osório com o Beco Salomão

Encruzilhada da Av. General Osório com a Rua Afonsina Alvarenga

Capela de Santo Antônio, a Rua Santo Antônio

Igreja do Rosário

Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar

Terceira Encomendação

Cemitério Municipal

Encruzilhada da Av. Leite de Castro com a Rua Frei Cândido

Encruzilhada da Av. Leite de Castro com a Praça Afonso Dalle

Encruzilhada da Rua Paulo Freitas com a Praça Raul Soares

Cruzeiro da Rua do Barro

Cruzeiro do Pau d'Angá

Cruzeiro do Largo da Cruz

5. Ritual das Encomendações

O cortejo dos músicos e fiéis chegando ao local marcado, bate-se a matraca convidando todos os presentes ao silêncio.

Toca-se o moteto de Martiniano Ribeiro Bastos e, em seguida, reza-se o Pai-Nosso, Ave Maria e o Glória ao Pai. Reza-se ainda por intenção dos músicos falecidos, especialmente nos cemitérios onde foram sepultados.

Canta-se o “Senhor Deus”, e depois reza-se em latim pelo descanso eterno das almas:

V. Requiem aeternam dona eis Domine.

R. Et lux perpetua luceat eis

V. Requiescant in pacem

R. Amen

Bate-se novamente a matraca e, em seguida, inicia-se o cortejo para o próximo local, enquanto todos vão rezando, em voz alta, o Rosário de Nossa Senhora.

6. Considerações finais

Na opinião do folclorista Ulisses Passarelli (2007), pelo fato de a música seguir uma partitura, conservada em arquivo; pelo uso de instrumentos ausentes em grupos folclóricos; pelo canto coral, há de se convir, que a música da encomendação de almas nesta cidade não é folclórica. Felizmente porém, o lado verdadeiramente folclórico dessa encomenda ainda é mantido, ou seja, o ritual. E não há mal ou ofensa alguma que o seja, posto que, todos encerram em si uma parte do conhecimento das tradições populares. Não há vergonha em que seja folclórico, numa parte ou no todo. É uma questão de conceito e opinião, portanto muito subjetiva e nada acrescenta de útil à compreensão do fato nem a sua real conservação. E ainda afirma: o ritual folclórico parece-me que lhe aumenta o valor. É uma encomendação autêntica porque conserva este lado folclórico. A sua música e letra atuais não lhe conectam à raiz histórica. Considera a letra dos motetos perfeita para as vias-sacras, mas não afirma o mesmo para a encomendação.

Esse autor diz não estar fazendo nenhuma crítica ou juízo de valor, nem ao compositor, nem aos intérpretes, pois todos são muito capacitados e enaltecem nossa terra. Reconhece a beleza e o valor da composição e a perícia de sua execução por músicos das corporações da cidade, mas apenas a considera inadequada para a encomendação. Em sua avaliação, julga que a composição de Manoel Dias de Oliveira deveria oportunamente retomar o seu lugar, pois é mais apropriada.

As mudanças sociais tendem a extrair das encomendações sua áurea misteriosa. Mesmo em cidades tradicionalistas e fortemente católicas, onde a tônica do grupo ainda é barroca, as alterações são visíveis. Muitas pessoas acompanham o grupo por mera curiosidade, sendo que antes ninguém podia observá-los. Mulheres ingressaram no coro e instrumental, sendo que de antanho só homens tocavam e cantavam, alguns fazendo falsete para compensar a falta de vozes femininas. Isto não é crítica. É apenas constatação.

Agora a quaresma parece um tempo comum. Ainda na década de 1980 não havia nenhuma festa ou baile nesse período. No decênio seguinte acelerou-se o desrespeito ao silêncio do período e à quebra de seus tabus. Na atualidade, as casas noturnas não se recolhem ou diminuem muito pouco a atividade. Como resultado, as ruas estão cheias de gente à procura de diversão na hora da encomendação e lhes assiste a passagem com total indiferença.

Constata-se que é um grupo muito antigo, talvez setecentista, continua ativo, um pouco alterado. Informa Aluísio Viegas. O compositor Manoel Dias escreveu a música “Encomendação de Almas”, para duas flautas, duas trompas, baixo e quatro vozes mistas. Esse autor continua:

É obra que revela delicada beleza melódica e harmonia muito transparente. (...) consta de dois movimentos distintos: o primeiro, 2/4, andante, é interrompido por um moderato 3/4, terminado com poco allegro 3/4. O segundo, andante 2/4, em mi bemol maior, é o famoso Senhor Deus, cuja melodia ficou gravada pelos sanjoanenses.

Tal peça tem registro no arquivo musical da Orquestra Lira Sanjoanense (fundada em 1776), dessa cidade. A partitura data de 1809. A outra orquestra sacra também bicentenária de São João del-Rei, a Ribeiro Bastos, gravou um disco de vinil (LP – long-playing), que inclui a referida peça musical. A letra é a seguinte:

Alerta, mortais, alerta!
Que é tempo como está visto
Que a Paixão de Jesus Cristo,
Sua morte faz lembrar.

Lembrai-vos daqueles,
que em pranto desfeito,
já sentem o efeito
da triste agonia.

E porque não duvidais,
como é certo mandar Ele,
que oreis por todo aquele,
que Ele veio libertar.

Dai-lhes, por piedade,
o socorro vosso
por um pai-nosso,
e ave-maria!

É possível que tenha existido música mais antiga, porém, se de fato houve, ainda não veio à lume. E se não veio ao conhecimento público, considera-se esta a mais antiga.

O maestro são-joanense Martiniano Ribeiro Bastos (1835-1912), escreveu em 1908 os “Motetos dos Passos”, orquestrados para flauta, 1º e 2º oficleides, violoncelos e contrabaixo, com coro misto a quatro vozes (soprano, contralto, tenor e baixo), e texto em latim. Tais motetos são empregados nas vias-sacras externas no centro histórico da cidade e passaram a ser também usados na encomendação das almas, em data

incerta do século XX, em detrimento da original obra de Manoel Dias de Oliveira, um século mais antiga. Continua arrematada pelo “Senhor Deus, misericórdia pelas dores de Maria Santíssima”, mas na música dos motetos.

A trompa dá à música uma conotação especial. O contrabaixo, confere-lhe um ar tenebroso. O povo lhe chama rabeção: oh, são as trompas da encomendação das almas! – Senhor Deus, misericórdia; elas cantam pela clave de dó; o rabeção rascante, profundo, faz tremer os corações.

É coerente a existência em São João del-Rei de uma encomendação acompanhada de instrumentos clássicos, haja vista a imensa atividade musical dessa cidade, grande centro da música barroca mineira. Apesar dessa constatação, populares informam ter havido na cidade outros grupos de encomendação, que pela descrição, coincidem com os modelos camponeses, com instrumentos rudes, participantes encobertos por lençóis brancos, etc., o que se pode explicar pelo êxodo rural.

Nas esquinas, os bares estão com as mesinhas na calçada cheias de gente bebendo e conversando, com som ligado em alto volume. Carros passam correndo e a encomenda tem de encostar. Pessoas escancaram as janelas para assisti-los. Alguns na “contramão”, atravessam por entre os encomendadores sem cerimônia, nem sequer pedindo licença. As luzes e a agitação da noite moderna desambientam o grupo.

Muitos acompanhantes conversam, até durante rezas e cantos. Uns riem. O aspecto religioso contudo se mantém, teimoso. Isto foi constatado. Sabe-se que alguns participantes nessa cidade se mostraram desanimados em continuar com essa tradição, posto que além dos problemas supracitados, ao final da encomendação, tinham receio da volta para casa, não mais devido a assombrações, mas por causa da violência urbana.

Jornais têm algumas vezes abordado a encomendação com vistas a valorizá-la, transmitindo informações de ordem histórica e religiosa, além do itinerário. Mas sabe-se que “São João del-Rei é a única cidade mineira, e talvez a única do país, (não há registro da prática ritual em nenhuma outra cidade) a praticar o ritual em sua forma erudita praticamente inalterada”. “São João del-Rei é a única cidade que conservou esta tradição mantendo inalterado o seu contexto religioso e penitencial, isento de superstições, em São João del-Rei é tradição o rito de Encomendação das Almas”. Acredita-se que se manterá graças à dedicação e sabedoria de seus abnegados participantes, sobretudo dos organizadores, pessoas deveras capacitadas, a quem muito se deve pela conservação de nossas tradições. Na opinião do estudioso Ulisses Passarelli:

a encomendação corre o risco de se tornar, ao menos por aqui, uma atração quaresmal, um espetáculo musical de horas mortas, por causa do desrespeito galopante, não de seus integrantes, mas do meio urbano no qual está inserida. Não é possível guardá-la numa redoma de vidro blindado, à prova dos novos tempos. Ano a ano, a quaresma perde o seu recolhimento. Não só aqui, mas em muitos lugares, isso poderá ser facilmente averiguado. Já chamei a atenção publicamente para toda essa problemática. (2007)

Passarelli ainda concorda com as palavras de Jota Dangelo, (2000, p.7) em sua coluna semanal *Pelas Esquinas*: “Não sei mais o que significa Quaresma. Já houve tempo em que ela era semanas de mistério, de mulas-sem-cabeça tirando fogo com os cascos, no galope desenfreado sobre os pés-de-moleque do Largo da Câmara”.

Referências

- GIOVANINNI JÚNIOR, Oswaldo. *Registro do Folclore da Zona da Mata* Companhia Força e Luz – Leopoldina. FUNALFA, 2004 (Folder).
- DANGELO, Jota. *Gazeta de São João del-Rei*. 18 mar. n. 86, p.7. 2000.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- HILAIRE-SAINT, *Auguste de Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliana, 1938.
- MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. *Festas populares no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- PASSARELLI, Ulisses. Encomendação das almas: um rito de louvor aos mortos. *Revista do IHG de São João del-Rei*, V. XII, 2007
- SACRAMENTO, Maria de Lurdes. *Reza das almas pode motivar estudos*. Juiz de Fora: Centro de Estudos Sociológicos, 1972.
- SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Capitão Manoel Dias de Oliveira para documentação para uma longa vida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, v. 8, 1995.’
- SANT’ANNA, Terezinha de Azis Alexandre. *Viçosa: meu município*. Viçosa: Universitária, 1984.
- TRIGUEIROS, Edilberto. *A língua e o folclore da Bacia do São Francisco*. Maceió: UFAL, 1963.
- VIEGAS, Aluísio José. *Encomendação das almas em São João del-Rei*. Juiz de Fora: Centro de Estudos Sociológicos, 1977.
- VVAA. *Piedosas e solenes tradições de nossa terra: a quaresma e semana santa em São João del-Rei*. 2. ed. São João del-Rei: SEGRAC, 1997.

HOSPÍCIO DA TERRA SANTA EM SÃO JOÃO DEL-REI

Antônio Gaio Sobrinho
Sócio efetivo titular da cadeira 14
Patronese Maria Teresa Baptista Machado
gaiosobrinhoantonio@gmail.com

Peregrino, vinde ao sprital do reiposo
q' lá vos darey caza, cama, agoa, azeyte e sal

Nos tempos medievais, quando as viagens eram desgastantes aventuras, peregrinos e doentes praticamente se equivaliam. Donde a ambivalente etimologia das palavras hospício e hospital, palavra esta, que, em português arcaico, também se escrevia sprital. Na história da Igreja Católica, portanto, hospício era uma hospedaria, albergue ou asilo, uma espécie de casa de religiosos, que abrigava e acolhia viandantes e doentes, curáveis ou não, proporcionando-lhes assistência material e espiritual.

Tal instituição foi parte da atividade caritativa da Igreja cristã, desde os tempos de Santa Helena, no século IV. Mas, foi no tempo das cruzadas, no século XIII, quando surgiram as Ordens Militares, especialmente a dos Cavaleiros Hospitalares de São João de Jerusalém, que os chamados Hospícios da Terra Santa, a partir de Jerusalém, se multiplicaram pela Europa, em geral confiados à direção dos franciscanos. É sabido que, desde os tempos de São Francisco e do sultão Saladino, frades franciscanos têm a seu encargo a custódia dos Lugares Santos, para cuja manutenção arrecadam, em toda a Cristandade, esmolas e recursos. Só em Portugal, segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, ainda antes do ano de 1500, tais hospícios eram em mais de 500, dispostos ao longo das antigas estradas romanas ou dos caminhos que levavam aos

centros das mais notáveis peregrinações, como a de S. Tiago de Compostela, e também nas cidades onde estacionava a Corte: Lisboa, Évora, Coimbra, Porto, Leiria, Beja, Guimarães e Santarém.

Na Colônia Brasileira, os hospícios se estabeleceram nas principais Vilas e Cidades, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Na Capitania de Minas, sua fundação confrontou-se com maior dificuldade porquanto, nessa vigiada capitania, era vedado o estabelecimento permanente das Ordens Religiosas, cujos membros só podiam excursionar por aqui em visitas missionárias esporádicas.

Contudo, Xavier da Veiga informa que: em carta régia de 16 de novembro de 1712 se diz ao Governador da Capitania:

que se viu a carta dele de 26 de abril deste ano, em que lhe expõe a necessidade de todos quantos habitam estas Minas a respeito do pasto espiritual, por falta de párocos, e por isso lhe parecera conceder que os religiosos capuchos de Santo Antônio pudessem assistir em três hospícios por missionários nas três vilas do Ribeirão do Carmo, Vila Real e Rio das Mortes, os quais se obrigavam a fazer à sua custa os moradores, para aumento da Igreja, obrigando-se a ajuntar com os moradores e com os religiosos este remédio tanto em serviço de Deus, ao que lhe diz que manda informar para resolver o mais conveniente.

São vários os testemunhos e documentos que atestam a presença de franciscanos nas Minas, principalmente os capuchinhos, desde que sua vinda foi sugerida, em 1712, pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, de modo que, já em 1716, o provincial deles no Rio de Janeiro tinha ordem régia para enviar anualmente dois religiosos virtuosos e prudentes em missões nas comarcas mineiras.

Waldemar de Almeida Barbosa, reportando-se a uma informação de Frei Apolinário da Conceição, afirma que foram os franciscanos os únicos religiosos que se interessaram em vir pregar missões nas Minas, em seus primeiros tempos, sendo Frei Arcanjo da Ascensão o primeiro que, em visitas esporádicas, entre os anos de 1707 e 1708, percorreu os arraiais de Minas, pregando missões e administrando sacramentos, e pedindo esmolas para os Lugares Santos, a Terra Santa, na Palestina. Assim, atendendo à insistência dos pedidos, foi concedida aos franciscanos esmoleres permissão para estabelecer hospícios em Minas, uma vez que os conventos eram proibidos, sendo o primeiro hospício instalado em Vila Rica, no ano de 1726.

O significado desses hospícios, no Brasil, particularmente em Minas, certamente diverge um pouco daquilo que ficou dito, acima, a respeito deles na Europa, sobretudo em Portugal. Para esclarecer sobre o que eles significavam, por aqui, valho-me ainda de Waldemar Barbosa que assim escreve: A melhor maneira de explicar o que eram esses hospícios será mostrar a diferença entre eles e os conventos: Convento era a residência permanente dos frades; o hospício, uma residência temporária, onde os frades esmoleres se hospedavam. Percorriam eles léguas e léguas, de povoado em povoado, e descansavam alguns dias nos hospícios. Ali, permanentes, eram os serviçais. O convento tinha capela franqueada ao público, com porta de entrada para a rua; o hospício só podia ter capela interna, sem ligação com a rua.

Sabemos que os religiosos originados de São Francisco de Assis, no século XIII, os Frades Menores se subdividiram, posteriormente, em vários ramos, entre eles: os rigorosos, quanto à pobreza, e os moderados. Entre os primeiros, destacaram-se os Espirituais e os Fraticelli; e, entre os segundos, os reformados. Em 1517, fixou-se a divisão entre observantes e conventuais.

Apareceram, também, os Mínimos de São Francisco de Paula, em 1460, e os Capuchinhos (barbudinhos ou barbadinhos), em 1525. Neste trabalho, interessaram-nos os franciscanos capuchinhos, ditos italianos, que se destacaram na Minas colonial. Eles obtiveram permissão para, de três em três anos, aqui acorrerem a esmolar e pregar missões e desobrigas. Waldemar Barbosa explica que sua presença, no Brasil, viera substituir, no início do século XVII, aos capuchinhos franceses, assim que esses foram banidos do Brasil, após as continuadas tentativas dos seus compatriotas de se estabelecerem no litoral brasileiro, entre os anos de 1555 e 1614. E, generosamente, conclui Barbosa afirmando que o apostolado dos vigários, dos missionários franciscanos e dos capuchinhos italianos representou extraordinária força moral, na formação espiritual de nossa gente. Foram eles, esses padres, ditos também da Terra Santa, que, de fato, pregando e esmolando por toda parte, encheram Minas Gerais de capelas, cruzeiros e cemitérios, bem como da devoção aos mistérios da paixão de Cristo.

Numa carta registrada em livro na Câmara são-joanense, em 24 de maio de 1715, já o Senado da Câmara respondia ao Bispo do Rio de Janeiro que lhe escrevera sobre a possibilidade de se estabelecerem aqui religiosos da Companhia de Jesus ou da Congregação dos Franciscanos. Sobre o mesmo assunto, garante Cintra que, a 24-05-1719, manifestara-se o Senado da Vila, em carta enviada ao Bispo do Rio de Janeiro, na qual se lê: concordaram todos em que fosse o hospício de religiosos franciscanos que com grande vontade os querem logo. Não vindo, pois, os jesuítas, vieram os franciscanos, os capuchos, subordinados ao Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.

O processo da fundação de um hospício em São João del-Rei, que se prolongaria por cerca de 30 anos, teve mais um passo importante no dia 12 de setembro de 1719, com esta carta de

52

Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, ao Senado da Câmara são-joanense, assim registrada:

O R. do Pe. Frei José de Jesus Maria, Visitador Geral dos Capuchos, me avisou agora do desejo que tinha de que se fizessem neste Governo alguns Hospícios, com três ou quatro Religiosos Missionários, para se applicarem ao bem das Almas e atenderem ao seu pasto espiritual, cuja resolução lhe era preciso saber antes de vinte de outubro em que se havia de fazer o Capp° (Capítulo?) e sendo este intento tão pio e tão necessário nestas Minas, fio da piedade de Vossas Mercês que usem de todos os meios para que isto se consiga nessa Vila, convocando todos os homens bons e principais para que devotamente se movam para um fim tão santo. E espero em que Vossas Mercês lhes advirtam que assim como justamente devemos temer a ira de Deus pelos nossos pecados, é mui factual que o mesmo Senhor se queira servir deste instrumento para bem das nossas consciências e por isso será muito de seu agrado a sua aceitação. Vossas Mercês me respondam logo ao que lhes aviso para eu saber o que hei de responder ao Visitador. Deus guarde a Vossas Mercês muitos anos. Vila do Carmo doze de setembro de mil setecentos e dezenove anos. / Conde Dom Pedro de Almeida / Senhores Juizes e Officiais da Câmara da Vila de São João del-Rei (B.M.B.C.A. Livro TER 215 p. 52).

A que, pressurosa, no dia 25, a Câmara lhe respondeu assim, na redação do escrivão, Ignácio Franco Torres:

Exmo. Sr. = Por Carta de V. Ex^a de doze do presente se chamaram algumas pessoas da governança e com elas assentou este Senado uniformemente que se aceitasse o Hospício de seis até sete missionários que V. Ex^a é servido apontar-nos (?) ensinando-nos a buscar na conveniência comum destes Povos a mais principal utilidade para as consciências por ser igualmente do

agrado de Sua Majestade tudo que se encaminha para o serviço de Deus no bem de seus vassallos. Só nos parece rogar uma e muitas vezes a V. Ex^a queira significar ao R.d^o Visitador a qualidade dos missionários que deve escolher para operários de uma seara que está tão cheia de abrolhos e de espinhos, como a experiência tem mostrado a V. Ex^a ainda naqueles que deviam seguir diferentes passos. Também nos parece dizer a V. Ex^a que o (acórdão?) que neste p.ar (particular?) se fez em Câmara foi que o dito Hospício se fundasse nesta Vila pela preferência que em todos os termos deve ter à de São José porque só nesses ficava em pé a obrigação destes moradores para o favor e ajuda que prometem na fundação do dito Hospício. V. Ex^a mandará o que for servido entendendo sempre (que) posta está aos seus pés a obediência deste Senado. Deus guarde a V. Ex^a muitos anos. Vila de São João del-Rei, escrita em Câmara de vinte e cinco de setembro de mil setecentos e dezanove
|| José Álvares de Oliveira // Marçal Cazado Rotier // Francisco da Costa Rego // Inácio da Costa Montalvão // Domingos Francisco Pedroso (B.M.B.C.A: Livro TER 215 p. 53).

Recebida essa resposta, o Conde, em 2 de outubro de 1719, escreve ao Ouvidor Geral do Rio das Mortes agradecendo-lhe as providências sobre o Hospício dos Frades, escrevendo igualmente ao Visitador Geral dos Capuchos (Rev. do APM, Ano XXIV). Parecia, pois, estar tudo muito bem encaminhado, tendo a Vila sido visitada, nesse sentido, pelo Frei José de Jesus Maria, visitador geral dos capuchinhos, e pelo Frei Antônio Xavier de Santa Rosa que, por sermões aqui proferidos, vinha lançando já nesta terra as sementes do evangelho. A prova dessa sua atividade missionária dá-la Sebastião Cintra em efeméride de 28 de junho de 1719, onde se lê: A Câmara manda pagar 20 oitavas de ouro ao Pe. Frei Antônio Xavier de Santa Rosa que

pronunciou sermão encomendado para a festa de São João Batista. Igual sermão pregara também em 1716.

Mas, então, por que, estando tudo devidamente acertado, a fundação do dito hospício somente seria concretizada em 1743, conforme afirmam os nossos historiadores? Com certeza, penso eu, porque os governadores Lourenço de Almeida e Gomes Freire de Andrade, que sucederam ao Conde de Assumar, não viram com simpatia o seu estabelecimento. Aliás, nesse sentido, havia ordem régia, desde 1711, várias vezes reiterada, proibindo a entrada de Ordens Religiosas na Capitania de Minas Gerais. Haja vista, por exemplo, a carta de D. João V, que, em 2 de maio de 1725, preconizava ao governador Dom Lourenço de Almeida:

Me pareceu ordenar-vos façais observar inviolavelmente as minhas reais ordens que há neste particular não consentindo aí os tais religiosos capuchos, nem os das mais religiões e os façais voltar logo, caso que aí chegarem para os seus conventos, pois certamente os não leva a essas terras o espírito de missionarem, senão o de granjearem muitos interesses, vivendo sem religião e com muito distraimento e maus costumes, de que muitos são notados e vos hei por mui recomendada a infalível execução desta minha real disposição.

Serve lembrar ainda a opinião também contrária de Gomes Freire de Andrada, que Ivo Porto de Menezes descobriu no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Opinando sobre uma repre-sentação da Câmara são-joanense, de setembro de 1742, que dizia:

Destinou a devoção pia dos moradores desta Vila a ereção de um hospício dedicado a São Francisco, para que nele recolhidos (sic) seis religiosos, aquele governador assim escreveu ao Rei: Se intentou já, em

outro tempo e, também por uma confraria de Nossa Senhora do Carmo que há na Matriz daquela Vila, sobre o que, informado V. Majestade dos inconvenientes que se seguem de semelhantes concessões, foi servido não deferir até o presente, em que a dita Câmara repete a mesma súplica. Parece-me será mais prejudicial a assistência de frades naquela Capitania que útil o remédio, que nele se procura, quando é certo não faltam clérigos que, como até agora, principalmente na mesma Comarca do Rio das Mortes, satisfaçam as necessidades, que a Câmara representa... Rio de Janeiro a 22 de agosto de 1743.

Entretanto, segundo Augusto Viegas, em 1743, por Fr. Manuel de Santana, com o auxílio do síndico Sebastião Ferreira Leitão, aqui residente, foi instalado o Hospício da Terra Santa, próximo ao lugar em que depois se erigiu a monumental Igreja de S. Francisco de Assis. E foi assim que, nesse vai não vai, nesse pode não pode, a instalação do Hospício da Terra Santa, já longamente demandada e contestada, acabou acontecendo. Com certeza, o Rei menosprezou o parecer do governador e acabou por atender a representação que, em 1742, os oficiais da Câmara são-joanense, lhe fizeram, solicitando licença régia para que 6 religiosos franciscanos do Rio de Janeiro se encarregassem da assistência de um hospício na Vila de São João del-Rei (AHU – Con. Ultra-Brasil/MG – Cx 42, Doc.: 94).

Os terrenos para a Casa da Terra Santa, segundo uma nota do mesmo Viegas, foram doados aos Lugares Santos pelo Coronel Manuel Dias de Menezes, em 1743, ano considerado da fundação do Hospício. A doação foi confirmada pelo Senado da Câmara em 1752, sendo o auto de posse realizado só em 1759. É sabido também que, em 1741, alguns devotos de São Francisco se organizaram, visando a construção de uma primitiva capelinha em sua honra, marcando assim as origens daquela que, em 1749,

seria confirmada como Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis da Vila de São João del-Rei. Os terrenos da capelinha e do futuro templo de São Francisco ficavam vizinhos da Casa do Hospício, conforme se lê no ato de concessão e posse, datado de 1752, dez anos após a petição, onde se afirma: Concedemos aos suplicantes os chãos de que se faz menção ficando livre a saída da Rua que vai direta ao Morro entre as casas dos religiosos de Jerusalém etc. (B.M.B.C.A: Livro AFO 16). Entre aqueles beneméritos devotos estava o padrinho de Tiradentes, Sebastião Ferreira Leitão, dos homens bons da Vila, figura proeminente nos cargos públicos da mesma, que, associado de Frei Manuel de Santana, figurou na instalação do dito Hospício. É bem possível que, não apenas a vizinhança, mas também uma colaboração recíproca tenha unido os interesses dos devotos de São Francisco ao dos frades capuchinhos, do Hospício da Terra Santa, na construção inicial de sua história em São João del-Rei.

Na história subsequente do Hospício de São João del-Rei, tem-se uma representação, datada de 12 de maio de 1751, dos irmãos terceiros de São Francisco ao Rei D. José I, solicitando a mercê de lhes autorizar a edificação de uma Igreja e um hospício, bem como a presença de quatro religiosos (AHU – Com. Ultra-Brasil/MG – Cx: 58, Doc.: 35). Representaram eles igualmente à Câmara local sobre o pagamento de cômguas e recursos para a sustentação de franciscanos que aqui estacionavam a seu serviço. Diante disso, os oficiais da Câmara não se fizeram de rogados, porquanto, no mesmo dia 12 de maio de 1751, escreveram sua primeira carta ao novo Soberano português, nos seguintes termos:

Senhor: Por representação que as Câmaras fizeram da necessidade que havia de hospícios de Religiosos de

São Francisco ou da Companhia de Jesus, se expediu ordem de quatro de julho de 1714 pelo Conselho Ultramarino para o Governador e Capitão General de São Paulo e Minas ouvir as mesmas Câmaras sobre a côngrua e sustentação dos mesmos Religiosos. E como não tenha havido decisão em matéria tão importante ao bem das Almas e de presente se tenha estabelecido nesta Vila Ordem Terceira do mesmo Patriarca, em uma capela que se fez de esmolas, e se pretende fazer Igreja com outras esmolas, que parte tem já prometido os terceiros de que há um grande número, rogamos a Vossa Majestade se digne em conceder licença para a fatura da mesma Igreja, estabelecimento da Ordem, com quatro ou mais Religiosos, que tudo será de grande proveito para a reforma das vidas e salvação das Almas, em razão de que os vigários e clérigos cuidam mais nas suas conveniências, satisfazendo tão somente com administração dos sacramentos, mas não assistindo aos moribundos, concorrendo esta satisfação muito para a salvação. Sendo certo que no estabelecimento da Ordem e fatura da Igreja, hospício e sustento dos Religiosos se não dá prejuízo algum à Real Fazenda porque a fatura daquela há de ser de esmolas, sendo uma delas a que Vossa Majestade por sua real grandeza há de dar, e o sustento dos Religiosos também há de ser de esmolas por não poderem eles possuir nada próprio, no que não faltará a providência divina mais em guardar a Vossa Majestade por dilatados anos com vida e saúde. São João del-Rei, em câmara de doze de Maio de mil setecentos e cinquenta e um anos. // José de Lima Noronha Lobo, Manoel Gomes Vogado, Manoel Ferreira Braga, Antônio Teixeira da Silva, Domingos Alves Chaves (B.M.B.C.A: Livro ORD 133, p. 61 v).

Pelo conteúdo de tais documentos do ano de 1751 se depreende que o Hospício, estabelecido na Vila em 1743, sediava-se precariamente em algum modesto cômodo, para tal minimamente adaptado. Agora, em 1751, se pedia licença régia

para a construção, no mesmo lugar, de um prédio próprio, com melhores acomodações. Concedida autorização, logo se construiu a casa, inaugurada no ano seguinte.

Minha suspeita de que, após 1751, o hospício fora reconstruído em melhores condições se confirma, agora, quando Clarisse Martins Villela cita em sua tese de doutorado uma carta que encontrou em PT/TT/HTS mc27-62, na qual, em 15 de abril de 1759, frei Amaro da Sacra Família escrevia ao comissário geral de Lisboa, Frei Caetano da Piedade, dizendo, entre outras coisas que:

Também dou parte a V.E. em como antes de V.E. ser V. comissário geral, foi necessário reformar a casa de residência na Vila de São João del-Rei, e como se buliu em tudo, se acrescentou mais seis quartos para ficar em direitura e assim como estavam devendo alguns carpinteiros à Terra Santa não lhe podia tirar nada, e também alguns madeireiros se pagou por este modo e tivemos alguns benfeitores com suas esmolas para as ditas obras, do que veio a Terra Santa a não gastar quase nada.

Segundo essa pesquisadora a ampliação de 6 quartos é anterior a 1757.

Num fascículo sobre o Ginásio S. Antônio, editado em 1998, consta que, em 1922, um casarão era adquirido pelos franciscanos, com o objetivo de ampliar as instalações do Ginásio. E consta ainda que dito casarão, hoje reconstruído, é a residência episcopal da diocese. Tenho para mim que tal casa, em vez da residência episcopal, seria, com certeza, o chalé que se pode conferir, em 1910, naquela fotografia panorâmica de São João del-Rei, de André Bello, à esquerda do sobrado do colégio das irmãs Augusta Elisa e Maria Porcina. Casa esta, bem como o chalé, ainda existia em 1916, quando da inauguração da capela

de Nossa Senhora de Lourdes, como se depreende do livro de Frei Sabino. O mencionado chalé, com seu puxado, é que, de fato, fora a Casa do Hospício, edificada, com anuência régia, atendendo à representação da Câmara, de 12 de maio de 1751, acima transcrita. Segundo Frei Sabino, essa casa de hospedagem da Terra Santa só em 1890 foi vendida. Posteriormente adquirida pelos franciscanos holandeses, como dito acima. Situava-se no local onde está hoje a casa paroquial da matriz de N^a Sr^a de Lourdes, ao lado direito da atual casa da cúria diocesana. Para Abgar Tirado, porém, o prédio que abrigou o Hospício seria o sobrado do colégio das irmãs Augusta Elisa e Maria Porcina. Três opiniões diferentes, sem chance de solução por enquanto. Mas Richard Burton em 1868 anotou: “o modesto Hospício dos irmãos da Terra Santa destoa um tanto do conjunto [da praça]”. “Modesto”, a mesma palavra que Augusto Viegas empregaria em 1953.

E Boschi cita mais dois documentos: 1º) requerimento do comissário-geral da Terra Santa, Frei Manuel do Espírito Santo, solicitando passaporte para Frei Manuel de Santa Rita, vice-comissário no hospício de Vila Rica e para Frei José Joaquim de Santo Antônio, como esmoler procurador no hospício de São João del-Rei (AHU – com. Ultra-Brasil/MH – Cx.: 186, Doc.: 85); 2º) um segundo requerimento, do ano de 1800, do comissário-geral da Terra Santa, Frei Manuel de São Carlos, encarregado dos hospícios do Brasil, a Dom João VI, no qual solicita passaportes régios para Frei Antônio de São João Batista e para Frei Tomás de Santa Gertrudes, para poderem passar aos hospícios de Vila Rica e Rio das Mortes (AHU – Com. Ultra-Brasil/MG. Cx.:155, Doc.: 30).

Em toda essa história, de difícil recuperação, de quase um século de existência, sobraram, pelo menos, alguns nomes de frades capuchinhos ligados à vida e às atividades desse

benemérito hospício. São eles: Frei José de Jesus Maria, visitador em 1719; Frei Antônio Xavier de Santa Rosa, pregador, no mesmo ano; Frei Manuel de Santana, instalador do hospício, juntamente com o Ministro dos terceiros franciscanos, Sebastião Ferreira Leitão, em 1743; Frei Antônio de Jesus Maria José e Frei Antônio do Bom Sucesso, missionários; Frei José de Santo Antônio, esmoler; Frei Tomás de Santa Gertrudes, missionário em 1800; e o irmão esmoler Antônio de Santa Ana, que segundo Cintra, ainda em 30 de agosto de 1819, com absoluto desapego dos bens terrenos, costumava andar por diversas partes da Capitania em peditório para a Terra Santa de Jerusalém. || E ainda, num documento de 1786, remetido de São João del-Rei ao Provincial franciscano, citado em Os Leigos e o Poder, de Boschi, se mencionam mais alguns visitantes missionários: Frei Boaventura de São Salvador Cepeda (1751/53), Frei Manuel do Livramento (1756/62 | 1764/67), Frei Fernando de São José Menezes (1762/64). E, por fim, fechando o século do ouro, o célebre poeta Frei Francisco de São Carlos, que, em 1796, fez sua viagem a Minas.

Uma referência especial merece o célebre Frei Antônio do Extremo que, segundo Frei Sabino Staphorst, pregou, em 1748, uma missão em São João del-Rei. Ora, Luiz Mott, num artigo intitulado Os mistérios da Rosa, publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional, em setembro de 2005, por sua vez relata que em São João del-Rei, na Igreja do Pilar, certa feita Rosa Maria Egipcíaca, courana, interrompe a pregação de um missionário capuchinho italiano, gritando que ela era o próprio Satanás ali presente: é presa e enviada para a sede do bispado, em Mariana, sendo flagelada no pelourinho (...). Recuperada da tortura, procura o recém-empossado bispo da diocese, dom Frei Manoel da Cruz, que encarrega uma junta de teólogos de investigar se Rosa era mesmo possuída ou embusteira.

Comparando a afirmação de Frei Sabino com a de Luiz Mott, seguramente se pode concluir que o pregador ao qual a mística africana confrontou foi o capuchinho italiano Frei Antônio do Extremo, de estada, na ocasião, no Hospício são-joanense.

E, assim, finalmente, podemos encerrar este despretensioso artigo, emprestando de Augusto Viegas as seguintes palavras, das quais discordo somente quanto à localização do “modestíssimo prédio”: As questões que, após a Independência do Brasil, se suscitaram entre este e a Coroa Portuguesa relativamente aos bens da Terra Santa, durante algum tempo, em muitos lugares, sequestrados, levaram as respectivas Casas a extremas dificuldades, até o momento em que o primeiro Império lhes restaurou todos os privilégios. Então, a prodigiosa célula, constituída de frades capuchos, conciliando o profundo recolhimento da vida monástica com os misteres de sua evangelizadora missão através dos tempos, aqui existia, em modestíssimo prédio, cujo local, por feliz coincidência, está ocupado pela casa que é a Residência Episcopal João XXIII, (casa que pertencera anteriormente ao Sr. José Carvalho de Resende). Assim, a operação pela qual foi alienada a velha propriedade em que, por tantos anos, sucessivamente, viveram fazendo o bem as almas cândidas e boas de Fr. Antônio de Jesus Maria José e de Fr. Antônio do Bom Sucesso, teve a virtude de estimular as santas energias a que estavam confiadas a vida e o desenvolvimento da seráfica organização nesta cidade.

Referências

BARBOA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*, 2º v. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BIHLMAYER, H. e TUECHLE, H. *História da Igreja*. V. 3. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.

B.M.B.C.A = BIBLIOTECA MUNICIPAL BAPTISTA CAETANO D'ALMEIDA: Livros TER 215; AFO 16 e ORD 133.

- BOSCHI, Caio César (Coord). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arq. Histórico Ultramarino (Lisboa)*. BH: Fundação João Pinheiro, 1998.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. BH: Imprensa Oficial, 1982.
- GAIO SOBRINHO, Antônio. *São João del-Rei através de documentos*. UFSJ, São João del-Rei: 2010.
- MENESES, Ivo Porto de. *Documentação ref. Minas Gerais existente nos Arquivos Portugueses*. In Rev. do APM.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egipciaca: uma santa africana no Brasil*. Bertrand-Brasil, 1993.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: Anos: XXIV e XXXI. ano XXVI – BH: Impr. Oficial de M. Gerais.
- STAPHORST, Frei Sabino. *Vinte e cinco anos no Brasil*. Promoção da Família Editora, Belo Horizonte: 1985.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. BH: Fundação João Pinheiro, 1998.
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. 2ª edição. BH: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

NOS PASSOS DE JESUS: UM OLHAR SOBRE AS LITOGRAVURAS DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS DORES

Wellington Tibério
Sócio correspondente
wlalbertoni@hotmail.com

Os quadros que representam as 14 estações da *Via-Crucis* da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, da cidade de Dores de Campos, constituem-se de gravuras baseadas em desenhos do artista Francês Charles Emile Wattier²⁸ e reproduzidas pela editora L. Turgis²⁹. O estilo utilizado por Wattier, em suas litogravuras, foi o neoclássico observado a partir do excesso de teatralidade “um teatro de certa forma amador e individual, todos eles em linha, cercados por uma arquitetura imponente e movimentação rígida”.

A técnica da litografia teria sido introduzida no Brasil por volta de 1825 por iniciativa de Borges de Medeiros, que à época contratou o suíço Johan Jacob Steinmann para reproduzir obras de cartografia³⁰. O método da Litogravura faz-se a partir de “uma cobertura não muito grossa na superfície da pedra com goma arábica e negro fumo. Então, realiza-se o trabalho com raspadores. As partes gravadas são cobertas com tintas

²⁸ Nascido na França em 1800 destacou-se como desenhista, pintor e litógrafo, recebeu sua primeira medalha em 1827 e pouco antes de falecer ainda estava em atividade, tendo participado de evento organizado pela Câmara de Belas Artes em 1864 e veio a falecer em 1868.

²⁹ A editora localizava-se em Paris na Rua dos Écoles, 60.

³⁰ Apud SANTOS, Renata. *A Imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

litográficas, o que confere traços bem marcados ao desenho”³¹. A técnica foi amplamente utilizada na Europa, considerada mais simples para reprodução de imagens e vigorou até a invenção da fotografia³².

Não existe um relato preciso de quando vieram essas litogravuras para a Igreja de Nossa Senhora das Dores, no entanto sua produção ocorreu em fins do século XIX coincidindo com a construção desse templo: “Só no ano de 1897 é que foi demolida a construção provisória e iniciada a definitiva do corpo da Igreja sob a direção do coronel José Justino da Silva que exercia as funções de procurador (...) e assim em 1901 concluiu-se a Igreja”³³. Acredita-se que teriam sido adquiridas quando a Igreja foi elevada à condição de Curato em 1910.

Com seu principal templo edificado, no ano de 1921, os moradores solicitaram ao padre Luiz Maria Vidal apoio para implementação nas cerimônias da Semana Santa na localidade:

O povo de Dores de Campos desejando fazer este ano o descendimento da cruz nas solenidades da Semana Santa que se realizam lá pediram para que se alcançasse de V. Revma licença para fazerem esta cerimônia e eu aproveito também a oportunidade para obter de V. Excia. a autorização para pregar, eu mesmo, o sermão referente a esta importantíssima cerimônia.

³¹ Relatório de Restauração Litogravuras da Via-Crucis. Fundação de Arte de Ouro Preto, agosto/2012.

³² Na época ainda havia os métodos da Xilogravura e o buril.

³³ PEREIRA, José Lopes. *Na terra da Figueira Encantada*. p. 59, 60. Ocorreu em 1910 a elevação de curato e somente em 28 de abril de 1941 a criação da Paróquia de Nossa Senhora das Dores subordinada à Arquidiocese de Mariana.

Portanto, é possível que já fizesse parte do rito das solenidades da Semana Santa em Dores de Campos. O costume de narrar a paixão de Cristo por meio de quadros surgiu para que os analfabetos compreendessem o significado do martírio de Jesus em que foi condenado por Pilatos até o Calvário³⁴. A Via-Sacra, ainda tem por objetivo levar as pessoas à reflexão em torno dos últimos passos de Jesus na terra, representado por meio das 14 estações:

- I. Jesus é condenado à Morte;
- II. Jesus toma a cruz nos ombros;
- III. Jesus cai por terra;
- IV. Jesus encontra-se com sua mãe;
- V. Cirineu ajuda a carregar a cruz;
- VI. Verônica enxuga o rosto de Jesus;
- VII. Jesus cai pela segunda vez;
- VIII. Jesus consola as mulheres piedosas;
- IX. Jesus cai pela terceira vez;
- X. Jesus é despido de suas vestes;
- XI. Jesus é pregado na cruz;
- XII. Jesus morre na cruz;
- XIII. O corpo de Jesus é depositado nos braços de sua mãe;
- XIV. Jesus é depositado no sepulcro;

Algumas impressões sobre as cerimônias religiosas em Dores de Campos foram descritas por José Vicente Praxedes. Segundo ele, uma cerimônia diferente antecedia à semana Santa:

Às seis horas os sinos da igreja matriz acordavam os católicos para a missa. Após as várias formas de repicar os sinos e até o início da missa, os cristãos na caminhada

³⁴ A via-sacra é um ato litúrgico da Igreja Católica, termo usado pioneiramente no século XIII, no entanto foi somente em 1731 que o papa Clemente XII fixou as 14 estações correspondentes aos 14 passos de Cristo desde a sua condenação à sua crucificação baseados na narrativa bíblica.

para a Igreja ouviam uma sinfonia de belos cantos de pássaros no alto falante da matriz. Era como alimento para a alma do povo. Ao terminar a sinfonia começava a missa que tinha um ritual diferente, o padre João Batista de batina preta ficava de costas para os fiéis no altar e celebrava a missa em latim (...). Ali os fiéis agradeciam e faziam suas orações aos pés de um Cristo na cruz e de sua mãe que estava ao lado “³⁵

As litogravuras foram muito utilizadas em obras religiosas devido ao baixo custo de sua reprodução, da mesma editora foram encontradas as “estações da cruz” nos Estados Unidos³⁶ no estado de Iowa e em Quebec no Canadá, onde o valor das litogravuras foi apreendido no inventário em 1914 na quantia de \$2.200,00 obtida por doações de membros da Paróquia. As litogravuras da Via-Crucis foram tombadas através do decreto nº 25 de 21 de dezembro de 2010 pela sua relevância artística e histórica para a comunidade de Dolores de Campos e foram restauradas pela Fundação de Arte de Ouro Preto em 2012³⁷.

³⁵ PRAXEDES, José Vicente. *A saga dos Tropeiros da Terra da figueira encantada* p.15,16

³⁶ A editora L. Turgis possuía uma filial em Nova Iorque Duane St. 78.

³⁷ Os quadros se encontram na nave principal do centro, possuem a mesma dimensão 120 x 90 com uma moldura dourada com desenhos em relevo e uma cruz na parte superior, apenas o quadro da 1ª Estação diverge dos demais em virtude de um incidente ocorrido em 2004 quando o original foi quebrado e rasgado por um cidadão com problemas mentais, sendo reproduzido parcialmente e adesivado em Silkscreen.

Olhares diversos sobre uma obra de Arte

As descrições da figura de Jesus no quadro II cuja estação intitulada “Jesus toma a cruz nos ombros” traz variações interessantes nos olhares dos técnicos, na visão dos restauradores Daniel Pedro Sussumu Sales Correia e Marcelo Bento, sobre a figura de Jesus:

Há no centro uma figura principal masculina, de meia idade, ligeiramente curvada, sua fisionomia é de lamentação, em seu rosto há sinais de transpiração, cabelos longos e castanhos formando pequenas marolas no final de sua extensão, barba encaracolada ligada ao cabelo, seu braço esquerdo está curvado acima da cabeça segurando a cruz, o braço direito para baixo flexionando um objeto, tem o pé à direita aparente, veste túnica branca, com uma corda na cintura ligada às mãos de outra figura³⁸.

E da mesma forma buscou-se o olhar de um aluno da comunidade escolar³⁹, suas descrições que mesmo singelas pontuam a importância do bem para a comunidade, o aluno Miguel Arthur Silva Moreira em análise da 8ª estação descreve: “Jesus estava carregando a cruz para o calvário, tinha 10 pessoas e Jesus estava com um manto branco, havia 6 homens e 4 mulheres”. Outra aluna também ressaltou a cor do manto de

³⁸ Relatório de Restauração das Litogravuras elaborado pela FAOP p. 13.

³⁹ As atividades de visitação com os alunos do 4º ano da Escola Municipal Randolfo Teixeira de Andrade ocorreram em 27 de agosto de 2017 no âmbito da 6ª Jornada Mineira do Patrimônio Histórico e Cultural.

Jesus: “(...) estava usando um manto vermelho e estava ajoelhado no chão que estava seco”.

Na estação em que Jesus está caído no chão, os alunos pontuam o fato de ninguém ajudar a Jesus. Constatou-se que os sentimentos foram poucos observados, exceto por um aluno que ressaltou a tristeza dos homens que acompanhavam Jesus, contudo quase todos foram unânimes na descrição de quantidade, objetos, e cores e ainda sobre gênero.

Considerando que as litogravuras estão inseridas na Igreja, o conhecimento dos alunos em torno das estações origina-se das aulas de catecismo, quando as obras simplesmente retratam passagens bíblicas, contudo a atividade de Educação Patrimonial procurou contemplar noções de preservação do bem enquanto patrimônio cultural e do processo de obtenção de uma litogravura, a aluna Thainara Bianca de Souza Melo retratou com muita propriedade os resultados desta atividade de Educação Patrimonial:

Nós, alunos do 4º ano da escola Municipal Randolfo Teixeira, tivemos a oportunidade de conhecer com mais detalhes sobre o patrimônio cultural da nossa cidade, as litogravuras da via-sacra da igreja Matriz (...) trata-se de imagens do século XIX de origem francesa, essas litogravuras centenárias que foram impressas em uma técnica antiga, que hoje não se faz mais.⁴⁰

Referências

RELATÓRIO DE RESTAURAÇÃO DAS LITOGRAVURAS DA VIA- CRUCIS. Paróquia de Nossa Senhora das Dores. Fundação de Arte de Ouro Preto agosto de 2012.

DOSSIE DE TOMBAMENTO QUADROS DA VIA-SACRA.
Município de Dores de Campos 2011.
PRAXEDES, José Vicente. *A Saga dos tropeiros da Terra da Figueira Encantada*. 125 páginas
PEREIRA, José Lopes. *Na terra da Figueira encantada*. História de Dores de Campos. 3 e. Dores de Campos, 1967.

MISSA DO GALO

Abgar Campos Tirado
Sócio Honorário

O título do presente artigo lembra conhecido conto do imortal Machado de Assis, mas não se refere ao mesmo. Trata-se da Missa do Galo realizada em nossa São João del-Rei, no último Natal, na franciscana Matriz de Nossa Senhora de Lourdes.

Antes de discorrer sobre a celebração aqui apontada, apraz-me recordar a primeira Missa do Galo de minha vida, oficiada na mesma referida Matriz, na época apenas capela dos externos do saudoso Ginásio Santo Antônio: Estava eu concluindo a primeira série ginásial, sendo integrante do coro de alunos, competentemente dirigido por frei Geraldo de Reuver. A missa foi celebrada à meia-noite, como soía acontecer a todas as missas do galo de antigamente. Foi uma liturgia solene, oficiada por três sacerdotes, nas respectivas funções de celebrante, diácono e subdiácono, com a imponência do latim envolta na beleza diáfana dos melismas gregorianos. Não me recordo de quais eram os oficiantes, mas o pregador, lembra-me bem, era frei Metelo Geeve, com sua voz estridente, mas poderosa, citando diversas vezes, em latim, como em um refrão, aquela passagem do Evangelho de São João: *Et sui eum non receperunt*. Com que satisfação, com nossas vozes, participamos daquela missa, satisfação acrescida do prazer de, após a celebração, sermos convidados a nos reunirmos em uma das salas da casa franciscana, para amigável encontro capitaneado por frei Geraldo, enriquecido pelo saborear de chocolates holandeses. Mantenho até hoje a impressão de que aquela noite se constituiu em um dos mais felizes momentos de minha vida, fixando, de

modo especial, em minha memória, o caminhar para a saída, ladeando, na escuridão da noite, a cerca viva que conduzia ao portão externo, aspirando o ar perfumado por olentes flores. Face a essa imorredoura experiência, ano após ano, até hoje, busco nas noites natalinas contemplar o referido sítio, nem que seja apenas do terraço de minha casa.

Finalmente, o relato anunciado, referente ao Natal último: Frei Francisco Alexandre Viana, atual pároco de São Francisco de Assis, idealizou, para o Natal de 2019, realizar uma celebração mais à antiga, com um grande coral, posicionado no coro da igreja, com um repertório de músicas tradicionais. Para isso, entendeu-se com a maestrina Anizabel Nunes Rodrigues de Lucas, que, por sua vez, convidou-me para acompanhador do planejado coral. Aceitando a incumbência, lembrei-me de que poderia usar o antigo harmônio da então capela, o qual, por avariado, não mais fora utilizado; entretanto, o instrumento recebera recentemente uma ligeira reparação por parte do organista e técnico carioca Thiago Tavares, o que possibilitaria seu uso. Foi então formado um grande coro, estando também, entre seus componentes, dois frades, a saber, frei José Ricardo Teodoro e frei Paulo Afonso Aguiar. Para o acompanhamento instrumental, contou-se com a violoncelista Lidiane Lombello, com a própria regente, como flautista, e comigo, no velho harmônio. Atuaram, como cantores solistas, o seminarista franciscano Jonathan e o professor Lorrán Márcio. A Kalenda de Natal foi cantada solenemente, do ambão, pelo diácono frei José Bandeira de Oliveira, sendo a Missa presidida pelo pároco, frei Francisco, com a participação do citado diácono e do são-joanense Jonas, também diácono. Os cânticos apresentados foram, além da Kalenda, os seguintes: Noite Jubilosa, melodia siciliana recolhida por Herder, cerca de 1776; Glória, melodia tradicional francesa; Adeste Fideles, com harmonização de Abel

Di Marco; O Primeiro Natal, melodia tradicional inglesa; Minuit Chrétien, de Adolphe Adams; Natal, de Mendelssohn; Natal, de Jacy Ferreira; finalizando, o consagrado Noite Feliz, de Franz Gruber. Além dos cânticos citados, foram cantados, em seu momento litúrgico próprio, Kyrie, Sanctus-Benedictus e Agnus Dei, da Missa do Bom Pastor, de nossa autoria. No final da celebração, ao som do Noite Feliz, celebrantes e fiéis, em procissão, conduzindo a imagem do Menino Jesus, dirigiram-se ao presépio armado no exterior da igreja, onde a mesma imagem foi colocada, incensada e exposta à devoção de todos.

Assim chegou-se ao término dessa bela liturgia natalina, que, como disse no princípio, conduziu-me, no tempo, àquela minha primeira Missa do Galo, incluindo a participação do mesmo harmônio daquela época. Semelhantemente àquele longínquo acontecimento sagrado, fui convidado por frei Francisco para um ágape pós-missa na casa franciscana, convite esse que, infelizmente, não pude aceitar, face a compromisso familiar. Que bom ter podido reviver experiência tão marcante, comigo presente na mesma igreja, ao som do mesmo velho e querido harmônio, com a atuação de frades, novos embora, e novamente convidado para um encontro de conagração pós-missa. Tudo tão revivido, embora sem a presença amiga de frei Geraldo, sem a voz tão característica de frei Metelo e, de modo particular e pessoal, sem o palpitar de minha própria juventude, que tão ardorosamente se fazia presente naquela longínqua noite de minha primeira Missa do Galo.

Sobre Luíza Maria de Jesus: “Sá Luíza Leriana” ou “Siá Luíza da Cananeia”

José Antônio de Ávila Sacramento
Sócio efetivo titular da cadeira 11
Patrono Baptista Caetano d’Almeida
joseantoniodeavila.1959@gmail.com

“Prefiro morrer queimada no fogo da terra do que penar no fogo do purgatório”⁴¹.



Luíza Maria de Jesus
(20.08.1873 - 21.11.1958)

⁴¹ Palavras de Sá Luíza à D^a Balbina, em Ibertioga (MG), residência de sua habitual frequência. Revelação feita pelo dr. Walder Nascimento, em memória de infância, dentista em Barbacena (MG), filho de D^a Balbina com Dr. Mário Batista. Este é o texto de um depoimento datado de março de 2006 e que traz, ainda, a seguinte nota: “desejo realizado, pois morreu queimada em sua casinha, no lugar ‘Cananeia’, próxima à igrejinha que construiu ao longo da vida e foi dedicada e consagrada ao Sagrado Coração de Jesus”.

A palavra escrita ou falada é um importante instrumento de comunicação para se construir pontes memoriais entre as diversas gerações. Há momentos de falar e de ficar calado. Há bastante tempo que me cedi ao impulso de falar e escrever sobre fatos que ouvi contar quando ainda era menino e transitava pelos sertões do arraial bandeirante de São Miguel do Cajuru, numa época em que o frescor da existência ainda mantinha o horizonte bastante azul. O impulso que ora carrego é o de registrar fatos com amor, com temperança, sem desvirtuar ou fantasiar relatos, fugindo de armadilhas ficcionais ou da banalização da palavra: “nós não podemos deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos” (Atos dos Apóstolos, 4:20). Então, como eu ainda não adquiri a (in)capacidade para esquecer, registro recordações e os frutos de minhas pesquisas que, através do tempo, apesar de parecer insignificantes, tornam-se gigantes nas suas essências. Então, não é de hoje que eu enfrento os desafios de tecer tais relembramentos, registrando principalmente o que aconteceu e acontece nos quintais da nossa aldeia⁴² ou na região, buscando a positividade histórica, dando vez e voz a certos acontecimentos e para algumas criaturas, e é assim que vou registrando, escrevendo, falando e publicando sobre todas estas coisas na imprensa local, principalmente⁴³.

⁴² “Seja universal, fale do seu quintal” é frase comumente atribuída ao escritor russo Liev Tolstói. Mas o autor da frase foi o poeta, prosador e dramaturgo russo Aleksandr Púchkin. Há registro de que um jovem escritor russo procurara por Púchkin, indagando dele como fazer com que um romance se tornasse universal? Púchkin respondeu: “Queres ser universal? Fale sobre o seu quintal” (ou sobre a sua aldeia). O jovem escritor que consultou a Púchkin era Nikolai Gogol, autor do romance “Almas Mortas”, obra-prima da literatura universal.

⁴³ Versão reduzida deste texto foi publicada na Revista "Em Voga" - São João del-Rei - MG, ano III, nº 06, novembro e dezembro de 2017, página 16, sob o título de "Sá Luíza da Cananéia; a referida

Diante do que foi exposto nesta breve introdução, eu passo a evocar uma localidade cujo topônimo é o de Cananéia; o lugar ao qual me refiro não faz parte da antiga Terra Prometida e nem se trata da antiga Capitania paulista de São Vicente com suas belas praias onde a esquadra de Martim Afonso de Souza ancorou-se no dia 12 de agosto de 1531: a Cananéia que me interessa neste momento é o sub-burgo onde viveu uma criatura por demais virtuosa, é o povoado que fica encravado além da sede do Distrito de Emboabas⁴⁴, a aproximadamente a 36 quilômetros da cidade de São João del-Rei - MG.

O alvo a ser perseguido nesta publicação é a existência de “Sá Luíza Leriana”⁴⁵, uma virtuosa que como diria certo "demiurgo do sertão", foi mulher milagreira jejuadora, a quem acorriam com acurção os peregrinos, os aleijados, os cegos, os doentes de toda loucura e lepra, o rico triste e o próximo precisado⁴⁶. Assim, como nas obras rosianas, “Sá Luíza da Cananéia” é figura merecedora de toda atenção, posto que ela está associada à santidade e ao significado daquela energia interior simbolizada pela fé de cada um, energias que trazem consigo respostas para as indagações das jornadas dos habitantes

publicação, bem como a do Jornal de Minas, é ato de resistência e valentia editorial do meu confrade neste IHG e na Academia de Letras, Neudon Bosco Barbosa.

⁴⁴ Cananéia fica a cerca de 10km da sede do Distrito de Emboabas. Por que não tentarmos recuperar oficialmente o topônimo original do distrito, São Francisco do Onça? Ainda não encontrei justificativas substanciais para que o Distrito tenha a atual denominação; então, por que, e para que o Emboabas?

⁴⁵ Batizada com o nome de Luíza Maria de Jesus e, como era filha de Aureliano José Moreira e Maria (de tal), foi por causa do nome do pai que recebeu o apelido de “Luíza Leriana” corruptela de “Luíza (filha do) do Aureliano”.

⁴⁶ João Guimarães Rosa (In: Azo de Almirante - Tutaméia: Terceiras Histórias).

da zona rural dos tempos de antanho; ela fez parte de um universo que foi (e de certa maneira ainda é) carregado de incertezas e medos, atribulações que foram e ainda são enfrentadas com trabalho, coragem, sapiência, fé e crenças que permite tornar mais suave o enfrentamento das agruras da vida camponesa.

Então, para falar da “demiurga” que habitou aquele sertão são-joanense ainda quase que desconhecido, misterioso e fascinante palco de labutas das pessoas mais simples que foram capazes de ver bem e sentir aquilo que alguns poucos quase não enxergam ou sentem, eu começo a missão transcrevendo o depoimento de Beatriz A. Horta Barbosa⁴⁷, uma das pessoas que não se calou sobre a sua experiência de ter conhecido e convivido com a personalidade que passou à história com o apelido de "Luíza da Cananéia":

Há santos ignorados e para esses que se ocultam no anonimato grande deve ser a glória no céu. Conheci Luíza da Cananéia: passou a vida em oração contínua agarrada a seu terço rezado muitas vezes por dia, em sublime veneração à Virgem Santíssima e ao Sagrado Coração de Jesus. Com seu esforço, carregando pedras e material de construção, tudo adquirido de esmolas, construiu uma capela na sua aldeia, dedicando-a ao Sagrado Coração de Jesus. Quantas vezes vinha à minha casa e eu ficava edificada com tamanha piedade. A hora da refeição eu fazia o seu prato, [e ela] tomando de um copo, derramava água sobre a comida, dizendo na sua fé: é espírito de mortificação, minha filha. Certa vez eu lhe pedi que suplicasse a Deus uma graça de que precisava, sua resposta era sempre esta: não pede não, minha filha, deixa Deus dar o que quiser, assim é melhor. Quanta sabedoria que perfeito abandono à vontade do Senhor. Morava só, numa casinha

⁴⁷ No ano de 1982 Beatriz A. Horta Barbosa residia na Rua Resedá, 191/301 - Bairro São Lucas - Belo Horizonte - MG.

humilde, andava descalça e pobremente vestida, passou fome e frio por amor a Deus. Ficou cega nos últimos anos de vida e foi essa a causa de sua morte, porque não viu o fogo que devorava sua casinha, e morreu queimada sem poder sair de lá. Caminhava léguas e léguas em jejum para receber a comunhão no momento em que chegasse a cidade mais próxima, isso sempre e especialmente às primeiras sextas-feiras do mês. Muitas graças deverão vir à terra por seu intermédio, ela que tão humildemente viveu e morreu, consumindo-se no sacrifício e oração. Alma contemplativa e santa.

Noutro manuscrito (s.d.) encontra-se registrado mais um depoimento de Beatriz Barbosa:

Volto a falar de Luíza da Cananéia, a santa desconhecida mulher maravilhosa cativada pela sua humildade e pela fé profunda que possuía, apoiando-se sempre numa grande confiança em Deus, em seus desígnios perfeitos. Sofreu falta de tudo e com que serenidade caminhava em direção ao céu, ignorada e pobremente vestida, imagem perfeita da renúncia aos bens materiais contando somente com os tesouros eternos. Sua vida foi uma abnegação contínua, pregava o amor de Deus pelas suas atitudes edificantes, pelos seus conselhos sábios em linguagem singela, e era maravilhoso quando dizia, “reza minha filha”, vamos rezar e fazer sacrifícios, é assim que se ganha o céu. Era filha de Aureliano Moreira e Maria Moreira. Monsenhor Raul de Azevedo [Azeredo] Coutinho era pároco de Ibertioga e encarregado da Freguesia do Onça, hoje Emboabas, pertencente a São João del-Rei. Ele foi testemunha das virtudes de “Siá Luíza”, como a chamávamos. Na capela por ela construída com o próprio esforço, após sacrifícios incontáveis, Mons. Raul celebrou a primeira missa, tendo antes procedido a bênção da mesma. Em seu semblante lia-se a satisfação imensa do ideal realizado: propagar a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e dar-lhe um altar na pequena povoação onde vivia (Aureliano) hoje (Cananéia). A igreja mede vinte por seis metros e foi reedificada em

1979, ostentando na sacristia o retrato da santa de Cananéia “Siá Luíza”, que o mundo desconhece, mas a quem Deus deve ter reservado um belo lugar no seu Reino. Suas caminhadas de léguas e léguas a pé em jejum natural, conforme a antiga e austera disciplina da igreja, levaram-na a receber a comunhão já em horas adiantadas do dia. Nós que indiferentemente passamos pelos sacrários e que por qualquer motivo deixamos de receber o Senhor no coração, teremos nesta mulher extraordinária, nessa Santa desconhecida um exemplo perfeito de amor e fervor eucarístico. Sua casinha humilde consumida pelas chamas dia 21 de novembro de 1958 desaparecia e ela morria queimada, sendo sepultada em São Francisco do Onça, em túmulo comum⁴⁸. O Senhor prometeu elevar os humildes, e ela deve ter agora uma grande glória na eternidade. Supliquemos-lhe graças que necessitamos tanto e ela lá do céu onde recebeu o prêmio de suas virtudes extraordinárias, intercederá por nós. com muito carinho, com aquela generosidade que em alto grau possuía⁴⁹.

⁴⁸ Certidão de Óbito do Cartório Civil de Emboabas certifica que em 22 de novembro de 1958, no livro nº C-5, às folhas 45v, sob o nº 1049, foi registrado a morte de Luíza Maria de Jesus “falecida em 21 de novembro de 1958, no lugar denominado Cananéia, de cor branca, profissão do lar, com 85 anos, solteira, filha de Aureliano José Moreira e Maria de tal, tendo sido declarante Leopoldo José Vicente Filho, que deu como causa da morte proveniente de incêndio e o sepultamento foi feito no cemitério de Emboabas”. Assina a certidão Maria da Consolação Campos Resende, então Escrivã de Paz e Oficial do Registro Civil da Vila de Emboabas em exercício).

⁴⁹ O jornal “Lar Católico”, de Juiz de Fora - MG, na página 06 de sua edição de 21 de novembro de 1982, publicou o texto deste depoimento com poucas alterações, complementando-o com este parágrafo final: “Supliquemos-lhe graças, aquelas que necessitamos tanto e ela lá do céu, onde recebeu o prêmio de suas virtudes extraordinárias, intercederá por nós com muito carinho, com aquela generosidade que, em alto grau, possuía”.

Num segundo manuscrito, logo após a indicação do nome de Beatriz Horta Barbosa, segue-se esta indagação e súplica creditada a Alzira Maria Moreira (sobrinha de “Siá Luíza”):

Peço às pessoas que tiveram contato direto ou indireto com essa maravilhosa criatura que passe para os jovens quem foi Siá Luíza p/ que ela seja lembrada e adorada pelos nossos filhos, netos, bisnetos e etc.. Não podemos esquecer esta bela e verdadeira história, poderiam até fazer um filme, o que acham?

Noutro manuscrito do ano de 2003 aparece o depoimento de Orestes Batista Monteiro:

Quando a conheci de casa em casa com um pires de chícara (*sic*) de chá na mão na mão esquecida, enquanto andava de uma casa para outra ou quando não se encontrava na estrada, cobria-o com um lenço pois neste pires tinha poucas moedas de pequeno valor que ela pedia para construir uma Igreja para o Sagrado Coração de Jesus. Todos davam com um ar de zombaria, como podia uma mulher pobre construir uma igreja, pois tinha nada mesmo, nunca teve um sapato, aparecia sempre com o mesmo vestido, apesar de sempre limpinho. O terço, na mão direita, de Nossa Senhora, aceitava qualquer coisa para comer e não desagradava as ofertas. À noite era sempre bem acolhida na casa que chegasse, costume em toda região. São 9 horas, vamos dormir? Podia ser em casebre ou casa mais abastada da região, ou até mesmo na casa do Pe. Raul Coutinho, seu grande admirador, D. Luíza dizia: vamos rezar primeiro o terço...

No manuscrito anteriormente identificado, temos a ideia de como foi erigida a capela:

E a Igreja? Foi construída com material simples, com pouca base, e o Pe. Raul Coutinho, pároco em Ibertioga,

deu bênção a pedido de D. Luíza. Também o nome bonito foi ela que pediu: “Coração de Jesus da Cananéia”. Tempos depois, com o passar dos anos, ela caiu. Mas as moedinhas do pires multiplicaram-se, e com capital maior e a devoção ao sagrado Coração de Jesus, construiu outra mais sólida e a prova está lá, hoje. Tem uma estrada de terra e de São João del-Rei, duas vezes por semana, tem um horário de coletivo.

E como seria conhecida popularmente Luíza Maria de Jesus? Orestes Batista Monteiro aponta as hipóteses: "Qual o seu nome certo? Luíza Leriana? Luíza Rezadeira? Prima Roxa? O certo é que Luíza “Leriana” de Jesus, que eu conheci rezando, quando conversava, o Sagrado Coração de Jesus era o primeiro assunto.". Sobre as andanças de Luíza, Orestes registrou:

Em uma primeira sexta-feira, vindo da Cananéia, a 15 quilômetros mais ou menos de distância de Ibertioga, em jejum como determina os mandamentos da Santa Igreja, o pároco já tinha viajado para atender um doente fora, e ela ficou em jejum para não perder a comunhão. Às quatro horas da tarde apareceu uma condução para Barbacena. E o Pe. Raul que era o pároco de Barbacena atendeu com muito carinho e ela comungou já quase às 6 horas da tarde.

Ainda sobre as perambulações de Luíza, conheci outro manuscrito (sem data) que simplesmente traz a *assinatura* "Zico":

Quero aproveitar esta página de caderno para falar um pouco de uma velhinha que conheci no meu tempo de criança. Que saudades daquela criatura de Deus. Esta senhora que vou contar um pouco de sua história se chamava *Sá Luíza Leriano*, morava na comunidade de Cananéia, Paróquia de São Francisco de Assis do Onça. Era mesmo uma serva de Deus; grande devota do Sagrado Coração de Jesus, tão piedosa e com uma grande fé e amor

ao Sagrado Coração de Jesus que chegou a construir uma capela em honra e louvor ao Coração Eucarístico de Jesus. Ainda hoje existe esta capela lá em Cananéia. Calcula-se de Cananéia a São João del-Rei mais ou menos 40 km. Pois Sá Luíza vinha a pé nesta distância para comungar na missa das 5 horas da manhã na Igreja de São Francisco e participar também das missas. Veja bem, Sá Luíza passava no Arraial do Onça, parava em fazendas, povoados, não aceitava nada, nem água, dizia que para receber Jesus no coração tinha que fazer um jejum absoluto. Olhe, estou contando esta história porque mesmo em criança presenciei muitos fatos e acontecimentos na vida dela. Ainda me lembro, a gente morava em Morro Grande. Meu pai era dono do armazém (venda). À tardinha chegava Sá Luíza, com frio ou chuva ela estava ali, ela fazia uma parada, descansava e às vezes até pernoitava. Mas ela não ficava parada, lavava as louças, panelas, etc. Escolhia feijão, socava café no pilão e fazia outros serviços. Depois, sentava num banquinho que a gente chamava de banquinho da Sá Luíza. Ali ela reunia todos nós e começava a dar aquele sábio catecismo, agora vamos cantar para Jesus: Jesus vai comigo, eu vou com Jesus (Coração Santo), ladainha de Nossa Senhora, Com Minha Mãe Estarei, e assim por diante⁵⁰. *Sá Luíza* era uma criatura de Deus. Dócil, amável, caridosa, não tinha preconceito, todas as pessoas para ela eram boas, tudo o que fazia era por amor a Jesus no Santíssimo Sacramento. Certa vez, ainda me lembro, ela pernoitou na nossa casa; minha mãe arrumou a cama para ela com muito carinho e levou-a até o quarto para dormir. Sabe o que ela fez?, esperou que todos se acomodassem, pegou a sua coberta, colocou no assoalho e ali passou a noite deixando a cama intacta, e falava: tenho que fazer penitência para receber Jesus no meu coração.

⁵⁰ Recebi do sr. Oscar Donato Moreira cópia de outro manuscrito (s.d. e s.a.) intitulado "Estrofes dos cânticos que a snra. Luíza leriana Cantava para Jesus", onde se lê: "Jesus é meu/Eu sou de Jesus/Jesus vai comigo/Eu vou com Jesus", "Coração santo, tu reinarás/Oh cruz, tu nos salvarás" e Amado Jesus, José e Maria/Eu vos dou o meu coração e a minha alma/Assisti-me com piedade na minha última agonia".

Tudo isto que escrevi não tem exagero, são coisas verídicas que eu presenciei na minha infância e adolescência e guardo no meu coração até hoje com muito carinho e exemplo de vida. Nós colocamos nela um segundo nome, com muito carinho: *Sá Luíza Rezadeira*. Mais tarde tivemos uma triste notícia, vinda de Cananéia, todos falando de boca em boca: coitada da *Sá Luíza*! O que foi, perguntamos. Vocês ainda não sabem? Pois a lamparina estava acesa em cima do colchão de palha e ela morreu carbonizada. Mas uma certeza nós temos, ela está juntinho do colo de Jesus. Seu admirador, *Zito*.

Noutro manuscrito não datado, Maria Stela assim se pronunciou:

Sá Luíza da Cananéia trabalhou e lutou a vida inteira por amor ao Sagrado Coração de Jesus. Sacrificou para construir a Capela do Sagrado Coração de Jesus em Cananéia. Os antigos contam que ela carregava material na cabeça para o trabalho na obra (tábua, pedra e adobe). Vinha a pé, em jejum, para comungar aqui em São João toda primeira sexta-feira, quase 40 quilômetros. Morava sozinha numa casa muito humilde. Um senhor que morava no Onça contava que encontrou com ela na estrada, sentada num cupim, estava chovendo e ela não se molhou. Muitas vezes ela dormia na nossa casa lá no Onça, não aceitava cama não, só pedia travesseiro e colcha e deitava no chão ou num banco. Morreu queimada, seu corpo foi encontrado debaixo de uma bacia, ficou do tamanho de um recém-nascido e toda escura, irreconhecível. Maria Stela.

Noutro manuscrito sem data, assinado com o nome de Maria Josina Ferreira, assim está:

Luíza da Cananéia, moradora da Cananéia desde que nasceu, não sei o nome de seus pais. Solteirona, tinha irmãos. Vivia com auxílio da comunidade, em sua simplicidade. Saía pelas casas, levando seu embornal ao ombro, porque o que ganhava ali colocava. Quando

alimentava na casa de outros por acaso, colocava água na comida. Saía de Cananéia e vinha comungar aqui em São João, dormia onde anoitecia pois não enxergava bem. Com auxílio do povo construiu a Capela de S. Coração de Jesus em Cananéia, carregando alguns materiais no ombro ou na cabeça. Na época era padre José Reis e depois o padre Cristóforo. Sua casa era humilde, bem cheia de coisa que pedia a comunidade. Faleceu em sua residência, toda queimada. Maria Josina Moreira.

O jornal Gazeta de São João del-Rei, página 3 da edição de 16 de outubro de 1999, publicou matéria a respeito da Capela de Cananéia com a seguinte manchete: "Cananéia reforma capela e reclama de abandono - Povoado quer preservar a memória de Sá Luíza". O texto da reportagem já chamava a atenção para o "abandonado e esquecido" povoado de Cananéia e registrou esforços das pessoas daquela comunidade para reformar a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e de "uma pequena escola onde estudam 14 alunos"; o texto demonstrou que isto

é tudo que restou no povoado de Cananéia, cuja população não chega a 50 pessoas e que não possui sequer eletrificação rural, prometida há mais de 20 anos. Os ex-moradores, que na maioria mudaram para São João del-Rei, contam que o lugar antes era uma aldeia, povoada por mais de 20 famílias que moravam nas redondezas da igreja. Hoje, apenas uma família reside lá e as outras, poucas, moram afastado ou se mudaram, 'Os mais velhos foram morrendo e os novos saíram de lá pela falta de opção e de condições de viver', diz a ex-moradora Alzira Maria Moreira. No passado, as famílias trabalhavam para a própria subsistência, plantavam milho, feijão, criavam porcos e galinhas e produziam açúcar. 'Só comprávamos sal e querosene', diz a ex-moradora, contando que esses produtos eram trocados por alguém, na cidade mais próxima, e dividido entre os vizinhos. (...) A reforma da

Capela está sendo feita através da arrecadação de dinheiro dos moradores, que fazem barracas, leilões e pequenas festas improvisadas e realizadas durante o dia, por causa da falta de luz. Luíza Lariana (...) nasceu em Cananéia em 1873 e é tida como santa por todas as pessoas que a conheceram ou que puderam conhecer a sua história. Os moradores do povoado são unânimes ao narrar a história de vida devotada a Deus de Sá Luíza e alguns atribuem a ela graças alcançadas, como a cura de doenças. (...) Maria Laudelina da Silva, a dona Ná, vive agora em São João del-Rei e passou parte de sua vida ao lado de Sá Luíza. Ela conta que andou com ela léguas e léguas pedindo esmolas para a igreja, rezando e cantando. 'Jesus é meu, eu sou de Jesus', lembra dona Ná dizendo que não tem jeito de contar quantas vezes repetiram este verso. (...) Sá Luíza vivia em penitência, 'tinha mania de fazer sacrifício', diz o ex-morador de Cananéia, José Teodoro da Silva, o 'Zé Rita', acrescentando que 'ela misturava cinzas ou água a qualquer prato de comida que ganhasse, para tirar o sabor e o prazer de saboreá-lo'. (...) Maria Josina de Jesus, esposa de um primo de primeiro grau de Sá Luíza, é uma das pessoas que garantem já ter alcançado graças, como a cura de doenças, depois de rezar pela alma da 'santa'. Maria Josina foi vizinha de Sá Luíza durante muitos anos e conta que ela não sabia escrever e nunca frequentou escola., mas sabia ler todos os livros da igreja e organizava novenas e rezas junto à população. 'Ela era extremamente caridosa, muito preocupada com as outras pessoas, conselheira, sempre pedia a todos que rezasse, era uma santa mesmo.'

Mais recentemente, no ano de 2017, numa das nossas costumeiras conversas na sede da Academia de Letras de São João del-Rei, comentei despretensiosamente com o professor Abgar Antônio Campos Tirado⁵¹ que estava tentando fazer

⁵¹ Sócio efetivo e ex-presidente da arcádia são-joanense, membro honorário do IHG de São João del-Rei e integrante do quadro social de diversas entidades locais e estaduais. Professor, poliglota, palestrante, notável compositor e pianista, figura ímpar das letras e da música

alguns levantamentos memoriais sobre a vida e obra de *Luíza Leriana*; para a minha felicidade, o estimado professor me disse: "conheci-a quando eu era criança!". Assim, inundado de satisfação, eu solicitei dele a gentileza de conceder-me um depoimento, e, entendendo as minhas intenções, ele não se mostrou arredio a escrevê-lo: dias depois, pessoalmente, entregou-me o manuscrito que ora reproduzo:

Atendendo a solicitação de meu amigo, o ilustre intelectual são-joanense José Antônio de Ávila Sacramento, escrevo algumas palavras sobre a virtuosa e santa criatura, que foi "Sá" Luíza. Sendo eu muito criança ainda, lembro-me de que essa santinha visitava com frequência nossa casa, sita à Rua Padre José Pedro, número 212, ao lado da Igreja de São Gonçalo Garcia, onde então morávamos, junto a nossos pais, Antônio Tirado Lopes e Águeda Campos Tirado. Segundo me lembro, era miúda, franzina e muito clara, sendo quase cega. Era uma pessoa serena e meiga e, por enxergar muito pouco, aproximava muito seu rosto quando conversava conosco. Já sabia que ela estava construindo uma capela, mercê de ingentes esforços. Não me lembro se pedia doações a nossos pais para sua piedosa obra. Sei que era muito amiga nossa e tínhamos muito prazer em recebê-la. Relativamente há pouco tempo, fiquei sabendo através da nossa vizinha Maria Helena Resende, a Lelé, que seus avós, sr. José de Carvalho Resende e sua esposa, d. Zezé, hospedavam "Sá" Luíza em sua casa, situada à Praça Frei Orlando (hoje Palácio Episcopal). Para ela preparavam uma boa cama. Entretanto, nossa contemplada deixava de usar deste conforto, para deitar-se no duro chão; nem tocava na cama. Vê-se que "Sá" Luíza vivia de sacrifícios. Interessante, desde que tive notícia do grande movimento em favor do processo canônico de Nhá Chica, pensava eu: por que tanto esforço em prol de Nhá Chica e nada em favor de "Sá" Luíza? Depois considerei

erudita são-joanense, comentarista sacro das solenidades da Semana Santa de São João del-Rei...

que não era injustiça: Nhá Chica, além de sua indiscutível santidade, tinha grande prioridade cronológica. Tudo a seu tempo. Foi, pois, com grande alegria que me inteirei do fato de estar sendo lembrada, graças aos esforços do sr. José Antônio de Ávila Sacramento, não sabendo eu se haveria mais pessoas nesse justo e santo mister. Que possamos ver “Sá” Luíza elevada à honra dos altares! - Abgar Antônio Campos Tirado. São João del-Rei, 04 de abril de 2017.

O relato do professor Abgar transmitiu-me boas vivências, e, como tal, é fonte histórica capaz de enriquecer o conteúdo e o partilhamento deste minúsculo relato histórico em que visio ordenar algumas lembranças sobre “Sá Luíza da Cananéia”.

O cardeal José Saraiva Martins, certamente que seguindo o pensamento do filósofo francês Henry Bergson, considerou que “as maiores personagens da história não são os conquistadores, mas os santos”, e que os exemplos de santidade propiciam o aparecimento de novos modelos culturais que ajudam a dar respostas aos problemas e aos desafios dos povos, oferecendo a possibilidade de haver progressos para a humanidade no caminho da história⁵². Segundo Benjamin⁵³, tais

⁵² José Saraiva Martins: Prefeito Emérito da Congregação para as Causas dos Santos da Santa Sé, na conferência na Universidade Católica Portuguesa, em 01 de março de 2004, ao abordar o tema Santidade e Cultura.

⁵³ BENJAMIN, Roberto E. *Câmara. Devoções populares não-canônicas na América Latina: uma proposta de pesquisa. Rio de Janeiro: Associação Latino-Americana de Comunicação de Investigadores de Comunicação (ALAIC), 2003. (Mimeografado). Roberto Emerson Câmara Benjamim nasceu no Recife (PE), em 1943, e foi estudioso das culturas populares do Brasil, pesquisador ligado à Universidade Federal Rural de Pernambuco e integrante da Comissão Nacional de Folclore (do Brasil), dentre outros. Era professor de Folkcomunicação. Faleceu em 20.10.2013.*

devoções “têm sido pouco estudadas no campo da antropologia, do folclore, da psicologia social, das ciências da religião e da comunicação. No entanto, sabe-se que a sua prática envolve processos psicossociais e de comunicação da maior importância nas sociedades latino-americanas.”.

Como sabemos, o início de um processo canônico visando reconhecer a santidade, quando aceito, pode culminar numa canonização, mas a tramitação dele tem ritos complicados e costuma ser bastante demorado. Por outro lado, no catolicismo popular as pessoas buscam soluções imediatas para seus problemas e aflições através de cultos a "santos" e "santas" ainda não oficializados pela Santa Sé, os quais são eleitos, representados e aceitos como modelos de santidade para determinados grupos sociais. Então, experiências do “catolicismo popular” revelam possibilidades de os homens dialogarem com os seus valores culturais e religiosos pessoais diretamente, sem que tal fato demonstre contraposição declarada à Igreja e nem se configure como sendo ações depreciativas ou marginais. No dito catolicismo popular, as pessoas reconhecem a palavra do sacerdote e respeitam os sacramentos oficiais, mas as manifestações são uma espécie de estrada mais curta para a religiosidade e com a finalidade de atingir a graça, contornando-se o formalismo intrincado do catolicismo romanizado. Os habitantes das regiões rurais viviam (e ainda vivem) em locais ainda um tanto quanto inóspitos, onde requerer a presença de padres (e de médicos) era e ainda é difícil. Assim, desenvolveram suas experiências religiosas sem a mediação direta dos sacerdotes e estabeleceram ligações diretas com os santos protetores e/ou com as pessoas virtuosas, aquelas que viviam em estado de graça, praticando uma espécie de catolicismo heterodoxo aos olhos da Igreja.

Pelo que se nota no Brasil, as importâncias antropológicas e psicossociais das devoções populares não-canônicas não estão bem assimiladas e nem oficialmente consideradas. Os “santos” do credo popular, salvo raras exceções, não estão caminhando para os altares, mas são reconhecidos pelo povo como criaturas que viveram e passaram para a eternidade em estado de graça; assim, o povo abrevia-lhes o processo canônico e eles não necessitam de submeterem-se ao processo oficial da Santa Sé para receber veneração. A fé em tais criaturas é uma convicção emotiva que sucede à cura dos males do corpo, ao consolo de angústias, às saídas de situações aflitivas, a libertação das agruras e dos desafios diversos: o indivíduo pede e recebe a graça, então passa a crer na proteção do “santo” e deposita nele a sua fé como intercessor diante de Deus, independentemente do posicionamento oficial da Igreja. Nestes casos, é a devoção popular que elege os santos, ainda que Roma não os reconheça, e, para o povo, isto basta!

Temos exemplos de “santos não-canônicos” em terras brasileiras: no nordeste, o Padre Cícero já está santificado pelo povo, romeiros e poetas de cordel, os quais nunca se calaram ante o “impedimento” do nome dele pela igreja Católica; na Zona da Mata de Minas Gerais, Floripes Dornelas de Jesus, a “Lola”⁵⁴, leiga e devota do Sagrado Coração de Jesus; mais na nossa região, podemos citar a “Santa” Manoelina dos

⁵⁴ Lola nasceu no Município de Mercês (MG) no ano de 1913, viveu em Rio Pomba e passou mais de 60 anos de sua vida alimentando-se apenas da comunhão eucarística. Em quase todas famílias de Rio Pomba há alguém que alcançou graças por intercessão dela. Faleceu no ano de 1999 e o túmulo dela é alvo de romarias. Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006), então arcebispo de Mariana-MG, deu abertura ao processo de beatificação dela em 01 de julho de 2005.

Coqueiros⁵⁵, que num cômodo de terra batida, rezava e curava pessoas em Entre Rios de Minas, atual Desterro de Entre Rios; em São João del-Rei, durante muitos anos ficou esquecida pela Igreja a virtuosidade de “Nhá Chica, a ‘santa’ do Distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno⁵⁶”, que só recentemente foi beatificada; impedimentos ainda desconhecidos emperram o início do processo de reconhecimento oficial da virtuosidade do padre Miguel Afonso de Andrade, que em vida já era considerado um "santo cajuruense⁵⁷” e que quando

⁵⁵ No princípio da década de 1930, em Coqueiros, um povoado situado a cerca de 12 km da cidade de Entre Rios de Minas - MG, acredita-se que uma moça começou a fazer milagres. Assim, a analfabeta Manoelina Maria de Jesus (1911-1960) acabou ficando conhecida pelo apelido de Santa Manoelina dos Coqueiros. Era pessoa simples, pobre, honesta, fervorosa e passava os dias a cantar benditos e dizem que ela se alimentava apenas de vinho e água.

⁵⁶ Francisca de Paula de Jesus, batizada no distrito são-joanense de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno no ano de 1810, cuja obra social e religiosa se deu na cidade sul mineira de Baependi, para onde foi ainda pequena acompanhada por sua mãe e por seu irmão, Teotônio; passou a vida inteira a dedicar-se à prática de caridade, tendo sido em vida cognominada de "a mãe dos pobres"; durante 30 anos, reuniu doações para construir uma capela para Nossa Senhora da Conceição, de quem era fervorosa devota; morreu com fama de santidade, no dia 14 de junho de 1895; o processo visando canonizá-la só a tornou Serva de Deus no ano de 1991, Beata em 2013, e ainda aguarda pela santificação oficial.

⁵⁷ Padre Miguel Afonso de Andrade nasceu em 29 de setembro de 1912, no distrito são-joanense de São Miguel do Cajuru. Faleceu em 30 de setembro de 1976; já era considerado “santo” em vida e, agora, quando invocado, ainda opera prodígios. Como aos bispos diocesanos é que compete o direito de investigar acerca da vida, virtudes, martírio, fama de santidade e milagres aduzidos ocorridos na diocese, em 26 de setembro de 2006, foi protocolizado perante a Diocese de São João del-Rei o pedido para a abertura do processo visando à causa da canonização do padre, processo ainda sem solução positiva.

invocado ainda opera muitos prodígios. Em Minas Gerais são também famosos o Padre Francisco de Paula Victor, o “anjo tutelar” de Três Pontas, beatificado no mês de novembro de 2015; Frei Orlando, capelão militar da Força Expedicionária Brasileira⁵⁸; Filomena, a “mártir de Araxá”; o Padre Eustáquio (beatificado em 2006); a Irmã Benigna, a “santa da fartura”, de Diamantina; e a “Menina Marlene”, em Belo Horizonte, dentre outros e outras... Há caso de santos oficiais que chegaram até mesmo a ser desautorizados, por exemplo: o papa Paulo VI, em 1969, rebaixou um dos santos mais populares da Igreja, São Jorge, para a reprovável categoria de "santo facultativo, de culto não universal"; mas, felizmente, em 2000, o Papa João Paulo II restaurou a relevância do santo!

Se aos santos e santas, reconhecidos ou não, é dado pelo povo o poder de desempenharem a função de intermediários entre o céu e a terra, por que será que nem todos gozam igual prestígio? Por que alguns alcançam a aceitação plena e outros ficam esquecidos? Creio que como mediadores entre nós e Deus, santos oficializados e populares não se excluem, não se substituem uns aos outros e nem se rivalizam; então, será por que estão condenados ao esquecimento, como acontece com “Siá Luíza da Cananéia” e tantos outros?

⁵⁸ Antônio Alvares da Silva (Morada Nova de Minas/MG, 13 de fevereiro de 1913 - Bombiana, Itália, 20 de fevereiro de 1945), patrono do serviço de assistência religiosa do Exército Brasileiro; em São João del-Rei foi frade franciscano, deu aulas e instituiu a “sopa dos pobres”, dentre outras atividades, e, na época da Segunda Guerra Mundial, foi o capelão das tropas brasileiras na Itália. Morreu poucos dias antes da tomada de Monte Castello, em 1952, atingido por um tiro acidental; a fase diocesana de seu processo de beatificação está concluída desde 2009.

Nesta época de crise das utopias coletivas, num período de desconfianças e incredulidades, é importante o renascimento da atenção para com todos os santos, notadamente os nacionais e os locais, figuras nas quais encontramos não uma nova teoria e nem sequer uma nova moral, mas um novo desígnio de vida a narrar, um mundo a (re)descobrir através de uma nova forma de amar e de sermos receptivos às suas mensagens, as quais nos impulsionam a realizar atos grandiosos na tentativa da (re)aproximação com Deus.

As reverências prestadas aos “nossos muitos santos” e “muitas santas” ainda não estão reconhecidas oficialmente pela Igreja Católica, mas a população os trazem à luz da fama e da virtuosidade, fundamentando-lhes o caráter de santidade que tiveram em vida e continuam a merecer, mesmo depois da morte. À prática de intenso ascetismo, pobreza evangélica e isolamento eremítico de tais criaturas somam-se múltiplas narrações de benignidade, devoção e piedade; então, tais criaturas foram e ainda são personalidades extraordinárias que trouxeram luzes para o seu povo na época em que viveram, e, nos dias atuais, continuam ainda a brilhar com intensidade nos momentos das aflições, como se fossem faróis alumando os nossos caminhos no breu das noites mais tormentosas.

Um olhar sobre as Artes Plásticas no CAC São João del-Rei/MG

Maria Lucia Monteiro Guimarães ⁵⁹
Sócia efetiva titular da cadeira 16
Patronese Alexina de Magalhães Pinto
lucinha.ufsj@gmail.com

Pretende-se com este artigo apresentar breve relato do percurso histórico do Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei, o CAC, que com as suas diversas expressões artísticas, literárias e culturais impactou o desenvolvimento cultural da cidade, na vida de artistas e intelectuais que por ele passaram.

A existência da instituição, criada nos idos de 1959 percorreu toda a década dos anos 60, encerrando suas atividades em dezembro de 1970. No período e depois fertilizou iniciativas em diversos setores culturais da cidade, tais como artes plásticas, literatura, história, música e teatro. É na perspectiva da reflexão desses impactos que se apresenta a presente pesquisa.

Destacamos no artigo, principalmente a expressão das artes plásticas que alimentou não somente no município, mas em todo o país nos anos 60, sonhos dessa geração de artistas que viviam intensamente um momento cultural extremamente fértil e perseguiram novas experiências, explorando muitas possibilidades no fazer artístico.

Ao longo da pesquisa que fundamenta esse artigo, foram realizadas busca de outras bibliografias conhecidas, bem como entrevistas semiestruturadas com sujeitos significativos como a artista plástica local de expressão, Lygia Vellasco, e outros informantes que vivenciaram, direta ou indiretamente, as oficinas levadas a efeito no CAC ou os eventos por ele promovidos.

59 Mestre em Educação/PUC-RJ

Consultamos também fontes primárias (periódicos, documentos particulares, blogs, sites e produções artísticas).

Trajetória da Constituição do C.A.C.

Diversos intelectuais das artes, da literatura, do teatro, da música que, no período investigado, moravam ou eram cidadãos da cidade histórica de São João del-Rei agruparam-se em torno do projeto de constituição do Centro Artístico e Cultural, mais reconhecido por sua sigla, o CAC.

Abstraímos alguns itens dos apontamentos do Pe. Luiz Zver, um dos fundadores e o primeiro presidente da diretoria do CAC, coletados por Francisco dos Santos Braga e tratados em seu texto Pe. Luiz Zver⁶⁰, que ilustram bem o movimento de construção do CAC. Conforme esse documento fica claro que o CAC foi sendo gestado em São João del-Rei, por 9 meses até sua apresentação em solenidade aos são-joanenses dia 26 de julho de 1959.

Assim foi registrado:

1) Desde outubro do ano passado fala-se de uma entidade cultural em vias de organização, que foi variadamente apelidada pelos seus idealizadores: o primeiro nome foi o de Academia Sanjoanense de Letras; o último, o de Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei, ou CAC”

2) A mudança de denominação envolve não só uma questão de palavras, mas de rumos, de campo de ação, de fins e de meios; o CAC é incomparavelmente mais amplo e mais livre

60 Texto de Francisco José dos Santos Braga, intitulado Pe. Luiz Zver, tópico II. TEXTOS REFERENTES AO CAC disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/680>. Acesso em 10 de maio de 2020.

Seguem os itens 3 e 4 pontuando de forma crítica os posicionamentos dos participantes em relação à definição do nome a ser dado à instituição, tratando no item seguinte, sobre o investimento dos participantes na elaboração de seu estatuto:

5) O Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei andou aos poucos adquirindo feição definitiva, foi moldando-se e se afirmando. Foram redigidos e discutidos os pontos fundamentais dos seus estatutos, que no dia 28 de junho receberam a aprovação dos sócios fundadores, e no dia 5 de julho foi eleita a sua primeira diretoria.

No item 8 divulga o processo de formalização jurídica da instituição

8) O Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei é, felizmente, já uma realidade e receberá a sua existência formal e jurídica, pelo emposse do seu primeiro Conselho Diretivo, na solenidade que se realizará hoje, 26 de julho, às 19:30 h, no salão da sede social do Athletic à Av. Tiradentes, nº 463.

Coletamos também em um manuscrito, provavelmente redigido pelo Pe. Luiz Zver (pela similaridade da letra cursiva encontrada em outros documentos manuscritos do autor), dados sobre a pauta da sessão do dia 8 de março de 1959.⁶¹ Na programação da sessão, dentre outros pontos a serem discutidos, destacamos os seguintes: a resolução em torno do nome da instituição, a apreciação dos nomes dos sócios e o início da elaboração do Estatuto e Regimento. Tais destaques a serem discutidos em reunião sinalizam que os inauguradores da

61 Pauta de reunião manuscrita datada de 8 de março de 1953, sem assinatura

instituição de fato estavam firmes em seus propósitos de vir o CAC a ser referência na vida cultural e artística da cidade.

Ainda sobre o histórico de fundação do CAC encontramos em um livreto⁶² do II Salão Sanjoanense de Belas Artes, o seguinte registro: “O Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei foi fundado no dia 8 de março de 1959. A sua primeira e atual diretoria foi eleita no dia 12 de julho e empossada dia 26 do mesmo mês e ano.”

A posse que o texto do livreto se refere foi conclamada pelo Pe. Luiz Zver, em seus apontamentos citados anteriormente, momento em que convoca os sócios fundadores, simpatizantes e amigos do CAC para que compareçam ao evento e “deem o seu apoio à nova entidade”.

As atividades do CAC inicialmente foram agrupadas em três departamentos: literário, científico e artístico sendo que, no art. 4º do seu Estatuto, ficou previsto a possibilidade do Departamento Artístico “ramificar-se, quando for necessário, em subdepartamentos: musical, dramático e das artes figurativas.”⁶³ Sua primeira diretoria e conselho foi assim estruturada:

Presidente: Pe. Luiz Zver

1º Secretário: José do Carmo Barbosa

2º Secretário: José Américo da Costa

1º Tesoureiro: José Pedro Leite de Carvalho

2º Tesoureiro: Dr. José das Chagas Viegas

Diretor do Departamento Literário: Pe. João Bosco Nunes de Oliveira

Diretor do Departamento Científico: Dr. José Norberto Esteves

62 Informações retiradas do livreto produzido pelo Centro Artístico e Cultural sobre o II Salão Sanjoanense de Belas Artes – São João del-Rei – Minas, 1960.

63 Informação retirada de texto datilografado do Estatuto do Centro Artístico e Cultural de São João del Rey – Minas Gerais, datado de 28 de junho de 1959.

Diretora do Departamento Artístico: Mercês Bini Couto
Conselho Fiscal: Adenor Simões Coelho Filho;
Carmélio de Assis Pereira, Sebastião de Oliveira Cintra

E assim prossegue a instituição rumo a sua regularização legal tendo seu registro firmado no dia 2 de outubro de 1959, no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, sob o nº 4.847, e reconhecido na Lei Municipal nº 540 como entidade de utilidade pública em 28 de julho de 1960.

Os fins da instituição, registrado no art. 2º do Estatuto explicita:

Artigo 2. – Os Fins da Sociedade são:

- a) Aprimorar a cultura e estimular a produção artística e científica de seus membros;
- b) Promover atividades e manifestações de caráter cultural na cidade e zonas de sua influência;
- c) Incentivar, sobretudo nos jovens, o estudo e o cultivo das letras, ciências e artes;
- d) Preservar o patrimônio e a herança cultural e artística da cidade.

O Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei tem sua sede instalada em 1960, em um sobrado colonial, conhecido como a antiga casa do Barão de São João del-Rei, situado na Praça Frei Orlando, nº 174, que se destinara a alojar o Conselho Municipal de Preservação de São João del-Rei e o Museu Tomé Portes del-Rei.

Em 1960, sua diretoria foi ampliada constituindo mais três diretorias destacadas abaixo: de Artes Plásticas, História e Social.

Presidente: Pe. Luiz Zver
Vice-Presidente: José Bernardino Peixoto
1º Secretário: José do Carmo Barbosa

2º Secretário: José Américo da Costa
1º Tesoureiro: José Pedro Leite de Carvalho
2º Tesoureiro: Dr. José das Chagas Viegas
Diretor do Departamento Literário: Pe. João Bosco Nunes de Oliveira
Diretor do Departamento Científico: Dr. José Norberto Esteves
Diretora do Departamento Artístico: Mercês Bini Couto
Diretor do Departamento de Artes Plásticas: Geraldo Guimarães
Diretor do Departamento Histórico: Fábio Nelson Guimarães
Diretora do Departamento Social: Zuleika Botelho Braga
Conselho Fiscal: Adenor Simões Coelho Filho; Carmélio de Assis Pereira, Sebastião de Oliveira Cintra

Pe. Luiz Zver, deixa a presidência do CAC no dia 7 de setembro de 1961, quando é empossado, Antônio Elias Cecílio, como presidente da instituição tendo seu primeiro mandato no período de 7 de setembro de 1961 a 9 de junho de 1962 e o segundo mandato de 17 de março de 1963 a 8 de agosto de 1963. No período intermediário entre junho de 1962 a março de 1963 a presidência do CAC fica sob a responsabilidade de Fábio Nelson Guimarães, que até então era vice-presidente do CAC.

A composição desta nova diretoria, empossada em 7 de novembro de 1961, ficou assim definida:

Conselho Diretivo
Presidente: Antônio Elias Cecílio
Vice-Presidente: Fábio Nelson Guimarães
1º Secretário: Arlete Nelly Ávila
2º Secretário: Abgar Antônio Campos Tirado
1º Tesoureiro: José Pedro Leite de Carvalho
2º Tesoureiro: Dr. José das Chagas Viegas

Conselho Fiscal
Pe. Luiz Zver
José Bernardino Peixoto
José do Carmo Barbosa

Diretores de Departamentos
Literário: Gentil Palhares
Científico: Dr. Ronaldo de Simões Coelho
Artístico: Emanuel Coelho Maciel
Histórico: Sebastião de Oliveira Cintra
Museu "Tomé Portes del-Rei": Antonina Gomes
Teatro: Luiz Dangelo Pugliese
Artes Plásticas: Maria de Souza Resende
Social: Zoé Simões Coelho

O Departamento de Teatro criado no ano de 1961 teve curta duração, sendo extinto em conjunto com o Departamento Social no dia 17 de março de 1963, conforme relatório apresentado pelo presidente Antônio Elias Cecílio.⁶⁴ Neste mesmo documento fala-se da extinção do Departamento de Música, mas até a conclusão desta pesquisa não foi encontrado nenhum registro sobre a criação deste Departamento a não ser a referência no texto de Francisco Braga que discorre sobre a existência em 1961 do Madrigal Villa-Lôbos, mas com uma estrutura própria de organização (presidente, vice, secretários, tesoureiros, departamentos...) coincidindo apenas que seu presidente era o Pe. Luiz Zver que neste período havia deixado o cargo de presidente do CAC, permanecendo na instituição como “membro do Conselho Fiscal”. Podemos assim supor que o Departamento de Teatro e o de Música apesar de terem sido constituídos, não promoveram atividades significativas que

64 Texto datilografado intitulado “Relatório da Segunda Presidência do C.A.C., eleita a 20.8.61, em Assembleia Extraordinária e empossada a 7.9.61” assinado por seu presidente Antônio Elias Cecílio em 11 de agosto de 1963

justificassem a manutenção de tais diretorias dentro da estrutura da instituição.⁶⁵

Revela ainda, Antônio Elias Cecílio, em seu relatório que “As duas presidências, que teve o C.A.C., neste biênio 61/63, enfrentaram crises de ausência de sócios, às reuniões e assembleias.” A instituição em 1960 contava com oitenta e seis sócios inscritos, em 1963 houve um aumento de 11 novos sócios e no mesmo ano foi realizada uma “atualização do elenco de sócios, em campanha que redundou na efetivação de 100 (cem) sócios e na arrecadação de todas as anuidades referentes a 1963.” Apesar das dificuldades enfrentadas durante este período, a prestação de conta no dia 11 de agosto de 1963 aos “caqueanos” (assim se reconheciam), demonstra em todo o seu relato, o quanto foram diversificadas e importantes as ações executadas pela instituição, nestas gestões, para a vida cultural e artística da cidade.

Realmente é o período de constituição do CAC até 1963, o mais promissor da instituição. Tal afirmação é também corroborada na pesquisa já referida de Francisco José dos Santos Braga quando ao descrever as ações realizadas pelo CAC, encontradas em documentos que lhe foram disponibilizados pelo CSDP – Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa em Barbacena “evidenciam a efervescência artística naquela época” em São João del-Rei. As gestões que se seguiram até a extinção do CAC, em 1970, ficaram sob a presidência de Pe. Luiz Zver.

65 Apesar de as atividades promovidas pelo CAC de teatro não terem sido expressivas encontramos no Jornal do Comércio, um registro de 03 de dezembro de 1960, que diz: O Clube Arthur Azevedo e o Centro Artístico e Cultural (CAC) encenarão dia 10 do corrente, sábado, interessante peça de Pedro Bloch “Uma Janela para o Sol”, ou seja, o CAC promovia atividades de teatro antes mesmo da constituição de sua diretoria, o que deve ter motivado a criá-la no ano posterior.

Deste ponto em diante, no artigo iremos tratar das principais linhas de atuação do CAC, reservando um dos itens exclusivamente a uma das linhas de ação, as Artes Plásticas e finalmente concluímos o artigo discorrendo sobre a extinção do CAC e desdobramentos na cidade de São João del-Rei.

Principais linhas de atuação

O texto de apresentação do CAC, quando do II Salão Sanjoanense de Belas Artes em 1960, deixa explícito em seus dois últimos parágrafos como era a dinâmica da instituição.

Neste sentido o CAC na sua curta, ainda, porém já fecunda existência, tem promovido festas literárias, récitas teatrais, audições musicais, debates sobre problemas de interesse social, conferências e estudos sobre variados assuntos. Fundou e mantém um museu, denominado Tomé Portes del-Rei, (...) organizou, pela primeira vez nesta cidade, um Salão Geral de Pintura e criou uma Escola de Belas Artes, com secções distintas para adultos, crianças e adolescentes, com aulas regulares, três vezes por semana, quer ao ar livre, quer em sua sede...

e prossegue dizendo,

O C. A. C. desenvolve a sua atividade através de seus departamentos e da iniciativa individual; não só participa dos movimentos que ocasionalmente surgem, visando intensificação da vida intelectual e artística da cidade, mas os promove e impulsiona, sempre que uma oportunidade se apresenta ou se faz sentir uma necessidade, procurando desta forma desempenhar do melhor modo possível a missão que a si mesmo se propôs ou que lhe é imposta pelas condições e circunstâncias do momento.

Entendemos a partir dos registros e depoimentos recolhidos durante as pesquisas, que as principais linhas de atuação do Centro Artístico e Cultural – o CAC desenvolveu no período de sua existência aconteceram dentro das diretorias de Artes Plásticas, de História e Literatura. Apesar do foco deste artigo estar voltado para as ações das artes plásticas no CAC, não podíamos deixar, entretanto, de fazer referência breve sobre algumas ações que consideramos importantes promovidas pelos departamentos de história e de literatura.

O Departamento Histórico

O Museu Tomé Portes del-Rei

O museu constituído pelo CAC, descrito como Museu biográfico-histórico: Tomé Portes del-Rei,⁶⁶ fundado no primeiro ano de existência do CAC (1959) foi idealizado por Fábio Nelson Guimarães, que neste período integrava o grupo de associados do CAC. Em 1960, Fábio Guimarães assume a Diretoria do Departamento Histórico continuando a ser responsável pelo acervo do museu e em 1961, passa a ser o museu de responsabilidade de Antonina Gomes, retomando os cuidados de Fábio Nelson. Foi possível recolher informações em relatórios dos presidentes sobre doações de peças por cidadãos sanjoanenses, bem como restauração de peças do museu proporcionadas pelo CAC.

Na última página do folheto do II Salão Sanjoanense de Belas Artes em 1960, diz do museu: “(...) tem a finalidade específica de reconstituir a história de São João del-Rei, conservar suas relíquias e preciosidades, perpetuar a memória de seus grandes homens.”

66 Citado no “Questionário Formulado pelo Conselho Nacional do Serviço Social a ser respondido pela instituição quando na apresentação do pedido de registro”.

Conclama a população para contribuir com doações para o acervo do museu: “ENRIQUEÇA-O (confiando à sua guarda fotografias antigas, documentos de valor histórico, livros, objetos que talvez apenas lhe entulham a casa, correndo risco de se danificarem ou perderem”

E por fim, solicita a ajuda da sociedade para conseguir sede própria: “AJUDE O C.A.C. a conseguir uma sede adequada e definitiva para o Museu da cidade.”

Tal solicitação decorre do motivo que o museu desde seu início foi instalado provisoriamente, na Escola Técnica do Comércio Tiradentes, local este em que Fábio Guimarães atuava como professor. De acordo com os registros encontrados temos referência que até 1963 o museu permanecia neste mesmo local. Entre 1963 e final de 1970 há uma lacuna de informações sobre o museu. Apenas encontramos um registro de 15 de fevereiro de 1965, redigido pelo então presidente Luiz Zver, convidando os sócios para uma reunião em que um dos pontos de pauta seria o “Transporte para novo local do Museu Tomé Portes del-Rei, provisoriamente instalado na Escola Técnica de Comércio”. Nenhum documento posterior foi encontrado que registrasse se houve na época tal transferência ou não.

Publicações e Palestras do Departamento Histórico:⁶⁷

- Lançamento do livro “Fundação Histórica de São João del-Rei” de Fábio Guimarães em 5 de novembro de 1961;
- Conferência de Dr. Paulo Krügger sobre “O Barroco de as igrejas de S. João del Rei” em 20 de julho de 1962 e a palestra

67 Todas as publicações e palestras citadas até 1963, exceto aquelas relacionadas aos festejos dos 250 anos de São João del – Rei foram extraídas do relatório do Presidente Antônio Elias Cecílio.

com o tema “Estudo sobre São João del-Rei antigo” em 22 de julho do mesmo ano.

- Palestra do Sr. Antônio Elias Cecílio, sobre “O SENAI e o Ensino Industrial no Brasil em 9 de setembro de 1962;

- Palestra de Pe. Tiago Adão Lara sobre “O Concílio Ecumênico” em 11 de novembro de 1962;

- Lançamento do livro “A Vida de Tiradentes” de G. Hércules Pinto em 13 de janeiro de 1963;

- Palestra de Fábio Guimarães sobre “São João del-Rei nos seus 250º anos” em 28 de março de 1963.

Em um folheto contendo a programação da comemoração dos 250 anos de aniversário da cidade⁶⁸ podemos recolher importante produção e participação ligada à área histórica do CAC, a saber:

- Lançamento do livro “Efemérides de São João del-Rei de Sebastião de Oliveira Cintra em 3 de dezembro de 1963;

- Discurso do historiador Fábio Nelson Guimarães no dia 7 de dezembro de 1963 no lançamento da pedra fundamental do monumento a Nossa Senhora do Pilar;

- Lançamento do livro “De Tomé Portes a Tancredo Neves”, de Gentil Palhares e Paulo Cristóforo, em 7 de dezembro de 1963.

Durante os festejos dos 250 anos em 1963, o Museu “Tomé Portes del-Rei” ficou aberto à visita do público.

No Livro de Controle Financeiro podemos encontrar outros apoios do C.A.C. a produção da história das cidades, a

68 Folheto “São João del-Rei- festeja 250 anos de elevação à categoria de Vila – 1713/1963” disponível em http://www.patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/145316210513_250_anos_da_Vila_de_Sao_Joao_del-Rei. Último acesso em 25 de maio de 2017.

exemplo do livro de Antônio Guerra, do Clube Teatral Artur Azevedo:

- Lançamento do livro de Antônio Guerra: “Pequena História do Teatro, Circo, Música e Variedades em São João Del- Rei (de 1717 a 1967)”, em 1969.

O Departamento Literário

A diretoria do Departamento Literário, até 1960 ficou sob a responsabilidade de Pe. João Bosco Nunes de Oliveira e posteriormente, em 1961, foi dirigida por Gentil Palhares.

Quanto à parte literária, segundo registro no Livro de Controle Financeiro do C.A.C. e/ou no relatório do Presidente Antônio Elias Cecílio, mencionados anteriormente, algumas obras de literatura foram por ele lançado ou apoiado, a exemplo:

- Financiou a produção do livro Turbilhão de Sonhos, livro de poesia de Maria Amélia Porto Alegre Amaral. Rede Editora Latina: São Paulo, 1960.

- Lançamento do livro Ex-QUADRO de Gilberto Mansur definido como anti-conto em 30 de dezembro de 1961;

- Lançamento do livro de Poemas “Retratos de Minha Alma” de Paulo Terra em 2 de dezembro de 1962 em conjunto com Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras e o Diretório Acadêmico Santo Tomás de Aquino / DASTA.

- Palestra do Sr. Bernardino Peixoto sobre o tema “A Arte de fazer Versos” com a colaboração da declamadora prof. Zenith Bagni, em 21 de novembro de 1962.

- Mosaicos de Um Viajante de Edmundo Dantés Passos (Monte Cristo) em 1963.

Este departamento também era responsável em produzir textos a serem enviados para a coluna quinzenal do CAC, no Jornal Diário do Comércio. Dessa forma estabeleciam-se

vínculos na mídia e proporcionava-se uma maior troca de informação entre o C.A.C. e a comunidade local.

Os editais de convocação das assembleias do CAC, além dos ofícios encaminhados aos sócios eram comunicados e pagos sua publicação, no Jornal do Poste.

Há muito ainda o que se investigar e analisar em relação às ações desenvolvidas por essas duas diretorias, literária e histórica, no período de existência do CAC.

Departamento de Artes Plásticas

O primeiro documento que encontramos que trata da atuação e existência do Departamento de Artes Plástica foi uma nota no Jornal do Comércio em 25/06/60 que divulga a aula de Pintura do C.A.C. “– O Centro Artístico e Cultural, dando expansão às suas atividades, vem fundar uma Escola de Pintura, sob a eficiente direção do senhor Geraldo Guimarães, artista do pincel. As aulas terão início no dia 29 do andante.”. .

Outro documento importante que demonstra que esta diretoria já estava em pleno funcionamento desde a sua implantação, no início de 1960, foi o Relatório Manuscrito do Departamento Artístico relativo ao Ano de 1959 dirigido ao Presidente do CAC, redigido em 4 de setembro de 1960 por Mercês Bini Couto, diretora do Departamento Artístico:

“Sábia e utilíssima a resolução da Assembleia Geral de subdividir os diversos departamentos em subdepartamentos. Por esta medida o Departamento Artístico se viu beneficiário com a criação do subdepartamento de Artes Plásticas sob a orientação do distinto sócio Sr. Geraldo Guimarães. Assim possibilitou-se a criação da Escola de Desenho e Pintura que vem funcionando regularmente, propiciando resultados apreciáveis para a próxima abertura do 2º salão de Pintura

O departamento de Artes Plásticas, então implantado em 1960 no CAC, ganha forte impulso em 1961 com a incorporação do artista plástico baiano, João Garboggini Quaglia, de reconhecimento nacional e internacional, recém-chegado da Europa que decide, junto com sua mulher Lucila Cesari Quaglia, residir em São João del-Rei.

A Coluna do C.A.C. no Jornal do Comércio expressa a intensidade de atividades no campo das Artes Plásticas a partir de 1961. É interessante observar a integralidade do documento a seguir, que registra um pouco do que acontecia nesse momento em tela.

“Vamos Pintar Novamente!

1)Dia 3 de abril, segunda-feira de Páscoa, recomeçará o Curso de Arte do C.A.C., que funcionou no ano passado, de agosto a dezembro.

2)Haverá tanto a Secção de Adultos como a Infantil.

3)Contamos com professores de rara competência:

João G. Quaglia (prêmio Viagem ao Estrangeiro, pelo Salão Nacional de Belas Artes)

Lucila C. Quaglia (Diploma da Escola Nacional de Belas Artes)

Oldack de Freitas (Prêmio de várias exposições, artista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Geraldo Guimarães (medalha de Ouro do I Salão Sanjoanense)

Maria de Souza Resende (Curso de Especialização na Bahia)

1)Matérias do Curso: História da arte- Desenho – Pintura

2)Horário: História da Arte – Segundas-Feiras, 19,30-20,30h

Desenho – Terças e Quintas, 19:30 – 21:30h

Pintura – Sábados 14:00 – 17:00h

Domingos 9:30 -12:00h

(ao todo, oito horas e meia por semana)

1)A Secção Infantil terá aulas aos sábados, das 15 às 17 horas e aos domingos das 9 às 12 horas.

(ao todo, cinco horas por semana)

Se o horário permitir, esta Secção terá ainda uma outra hora durante a semana

1)Sim, sem dúvida, haverá uma mensalidade e uma minúscula joia de matrícula. E será necessário tomar a sério a frequência, o horário, o trabalho e a mensalidade. Esta será paga no começo de cada mês. É para a gente não ter preocupações financeiras durante o mês e poder dedicar-se com mais liberdade ao trabalho artístico.

2)Os interessados façam a sua inscrição com antecedência

- Os Grandes com o Sr. Geraldo Guimarães (na sede do C.A.C – rua Pe. José Maria 174 ou na Residência – Rua Mourão Filho 161) ou com D. Lucila (Rua Duque de Caxias, 150)

- Os Pequenos com a Srta. Maria de Sousa Resende (rua Resende Costa, 189, ou no pavilhão novo do Grupo Esc. João dos Santos).

1) Será preciso que cada qual se muna de pincéis, de um pequeno cavalete com pranchinha, de lápis, tintas, papel e ainda de muito entusiasmo; este último apetrecho não se encontra em casas de comércio, mas em compensação não custa dinheiro.

2)Quem tem jeito para pintura, capacidade de apreciação do belo e vontade de produzir obras de arte, tome conhecimento do acima está dito. E quem não tem, nenhum mal lhe fará, se também se informar e experimentar.

Vamos, pois, pintar. O cultivo da arte valorizará as nossas horas de lazer, elevará nosso espírito, engrandecerá a boa fama de São João del-Rei e talvez chegue a pôr em relevo maravilhosos talentos que Deus nos deu e que nós preguiçosamente enterramos.
“(Coluna do CAC, em 23/03/61. Jornal do Comércio)

A citação traz diversas informações sobre a dinâmica das oficinas de pintura oferecida pelo C.A.C., dando aos interessados nomes dos responsáveis, horários e algumas dinâmicas de funcionamento, convidando a participar pessoas com habilidades já notórias, bem como iniciantes, adultos e também crianças. Assim como previsto na divulgação dada ao Curso de Arte do CAC, as oficinas e diversas atividades de artes passaram a tomar forma.

A Oficina de Desenho e Pintura

Lucila e Quaglia, juntos, conduzem as oficinas de desenho e pintura para adultos e crianças iniciantes nas artes plásticas. Estas oficinas eram ministradas às terças e quintas-feiras na parte da noite, para os adultos, sempre na sede do CAC. A metodologia das aulas obedecia a alguns critérios como: história da arte, experimentos com diferentes técnicas de pintura a óleo, desenho livre e técnicas de modelagem.

Já nos finais de semana algumas aulas, inclusive para as crianças, ocorriam dentro das dependências da sede e também fora desse espaço, em locais previamente combinados. Essas aulas, ou ateliers, sempre aconteciam nas tardes de sábado e nas manhãs de domingo, segundo depoimento da pintora Ligia Velasco, que na época era uma das alunas de Quaglia.

É importante entender e destacar a produção cultural realizada no CAC no que se refere às artes plásticas e ao trabalho de sensibilização artística envolvendo as pessoas da comunidade e do seu entorno. Um relato muito importante foi o da artista naif, Alcidina Resende, que inicia seus trabalhos nos ateliês do C.A.C., mas recebe, segundo depoimentos de Ligia Velasco, uma orientação específica, sob o os cuidados criteriosos do mestre Quaglia, para o tipo de trabalho que desenvolve. Até o final de sua vida Alcidina nos brindou com suas lindas manifestações

artísticas, quase sempre em miniaturas, em exposição ou vendendo-as na feira da Praça Frei Orlando.

Quando Quaglia se ausenta da cidade para lecionar na Universidade de Santa Maria /RS, as atividades do ateliê no C.A.C. permanecem e são ministradas por Lucila Cesari e Geraldo Guimarães, conforme documentos assinados pelo presidente da Instituição.

Há um documento datilografado, datado de 14 de novembro de 1968 e assinado pelo presidente do CAC, sugerindo que por algum período, as atividades da área de artes estavam interrompidas. Tanto é fato que Luiz Zver comunica que serão reabertas “a sua Escola de Artes Plásticas ou o Atelier livre de Pintura” e que “(...) os interessados ou sócios do CAC dirijam-se a sede da Associação (...) procurando o Sr. Geraldo Guimarães.”

A Oficina de Litografia

Um registro importante que encontramos sobre as atividades do CAC foi sobre a instalação da primeira oficina de litografia artística em Minas Gerais propiciada e conduzida pelo artista plástico João Quaglia, escrito por Márcio Sampaio.

“A primeira oficina litográfica, com fins unicamente artísticos, montada em Minas Gerais, funcionou em 1961 no Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei. Do grupo faziam parte os artistas João Quaglia, baiano e com curso de litografia na Espanha, Geraldo Guimarães de São João del-Rei, os freis holandeses do Colégio Santo Antônio David e Tiago e Sílvia Lombardi. A oficina montada com os remanescentes da Gráfica Castello, que encerrou suas atividades em 1961, uma prensa

manual Krauser e 200 pedras, adquiridas por Quaglia.” (Sampaio, 1986)⁶⁹

Também Vitor Hugo Gorino em seu artigo “Lotus Lobo e a Fábrica Mineira”⁷⁰ ao discorrer sobre a trajetória da artista afirma

“Sua ligação com a litografia se acentua ao viajar para São João del-Rei em 1963, quando trava contato com João Quaglia (1928). O artista baiano é um personagem de importância central na introdução da litografia de cunho artístico em Minas Gerais, pois instala em 1961 a primeira oficina litográfica desvinculada da indústria no estado.” (Gorino, 2013)

O texto de Márcio Sampaio, autor já citado, também informa que de 1962 a 1964 a oficina de litografia sai do CAC e passa a funcionar na residência do Quaglia. O artista baiano é convidado para ministrar cursos para alguns artistas na Escola Guignard, que tinha um atelier de litografia que funcionava precariamente. Diz ainda Sampaio, que “o curso ministrado por João Quaglia, em 1963, seria assim fundamental para a renovação artística em Minas”.

Exposições e Palestras do Departamento de Artes Plásticas

I Salão Sanjoanense de Pintura - 12 de Dezembro de 1959

69 Trecho retirado do encarte da exposição '25 Anos de Litografia de Arte em Minas Gerais' 1961-1986, escrito por Márcio Sampaio (crítico de arte, pintor, desenhista, poeta e professor) e publicado em junho de 1986. A Gráfica Castello a que ele se refere funcionou em São João del-Rei até o final da década de 1950.

70 Artigo de Vitor Hugo Gorino (doutor em artes visuais pela UNICAMP) apresentado no 22º Encontro Nacional da ANPAP. com a temática Ecossistemas Estéticos. Belém-Pará em outubro de 2013.

Exposições dos trabalhos elaborados pelos participantes do CAC, em parceria com o Museu Regional e a Prefeitura.

X Salão Oficial de Pintura – 25 de junho de 1960

Ainda no ano de 1960 três dos participantes do C. A. C. se inscrevem no, X Salão Oficial de Pintura – Organizado pela Sociedade de Belas Artes “Antônio Parreiras”, em Juiz de Fora/MG, com trabalhos de pintura, escultura e arte aplicada. A imprensa local e de Juiz de Fora noticiaram a “Gloriosa Vitória do Centro Artístico e Cultural C. A. C”, pois Geraldo Guimarães, Lígia Velasco e Marcos Mazzoni haviam conquistado as três premiações de pintura e escultura.

II Salão Sanjoanense de Belas Artes - 08 de Dezembro de 1960

Esse salão foi marcado com características singulares, segundo depoimentos anotados, já que havia um local destinado a obras consideradas cópias e outras na categoria de originais. Isso despertou a curiosidade de experimentos artísticos e novas técnicas de criação, mais especificamente na pintura e no desenho, além de alguns experimentos na escultura. A exposição contou com cinco seções de trabalhos dos artistas participantes.

A primeira seção era composta de obras de Pintura, participaram 10 artistas de São João del-Rei: Adjalma Rodrigues, Altivo Sette, Astrogildo de Assis, Fausto Ribeiro Nobre, Geraldo Guimarães, Leda Alvarenga, Ligia Vellasco de Almeida Magalhães, Luiz Bonifácio, Nadir Boucherville e Renato Nogueira. De Belo Horizonte participaram 8 artistas: Aída Fazanelli Guimarães, Alberto Veiga Guignard, Celeste Sette Campos, Daliana Aparecida, Fernando Araújo Gomes, Herculano Campos, Marcos Mazzoni e Wilde Dâmaso Lacerda. De Juiz de Fora participaram um total de 7 pintores: Clério

Pereira de Souza, Jaime Soares, Katarina Zelentzeff, Lenine S. Almeida, Maria B. Idefelt, Maria de Lourdes Costa e Roberto Gil. Os artistas plásticos Oldack de Freitas e Zélia Salgado, ambos da cidade do Rio de Janeiro e José Jardim de Araújo de Niterói. Na segunda seção de Desenho, foram expostos os trabalhos do artista plástico sanjoanense, Geraldo Guimarães, de 3 artistas de Belo Horizonte: Conceição Ferraz Ventura, Fernando Araújo Gomes e Jarbas Juarez Antunes e de 2 artistas cariocas, Henrique Bernadelli e Lincoln de Souza. A terceira seção foi dedicada a Gravura, com a participação de Geraldo Guimaraes e Renato Nogueira, os dois de São João del-Rei e Newton Efigênio Camponêz de Belo Horizonte. A quarta seção de Escultura contou novamente com a participação de Geraldo Guimarães de São João del-Rei e de Bley Barbosa de Castro e Marcos Mazzoni, ambos de Belo Horizonte e a quinta seção, de Cerâmica e Arte Aplicada participaram os sanjoanenses Astrogildo de Assis e Marta Maria Assunção Teixeira e Ainda Fazanelli Guimarães de Belo Horizonte.

Houve ainda uma Seção Infantil, que apresentou trabalhos dos alunos da Escolinha de Arte do CAC sob a orientação da Prof.^a Maria de Sousa Resende. Alunos participantes: Antônio Sette, Eduardo Alves do Nascimento, Lígia de Almeida Magalhães, Maria Denise Boucherville Carvalho, Maria Inês Lordello Teixeira, Maria Magali Boucherville Carvalho, Márcio de Almeida Magalhães, Moema de Almeida Magalhães, Neusi Maria Romano e Sílvia Lombardi.

Mostra de Pintura no CAC – Semana Santa de 1961

Vinte e um quadros entre os quais três premiados na IV Bienal de São Paulo e de autoria de Quaglia foram expostos, durante o período da Semana Santa, na sede do CAC contando além do Quaglia, com a participação dos artistas plásticos

Bichels, Schaeffer e Morais e artistas sanjoanenses como Geraldo Guimarães, Altivo Sette, Lígia Vellasco e Adjalma de Oliveira.

Primeira Exposição de Arte Infantil - 10 de dezembro de 1961

Na sede do CAC foram expostos os trabalhos de arte realizados pelas crianças que frequentavam a Escolinha de Arte do CAC, sob a orientação da professora Maria de Souza Resende.

Mostras de Pintura e Desenho – Semana Santa de 1962

Exposição de pintura do Atelier dos Adultos, na sede do CAC. Participaram os artistas plásticos Adir Botelho e Alfredo Bichels.

Conferência do Dr. Ronaldo Simões Coelho, sobre “Van Gogh: sua vida e sua obra” no dia 10 de abril de 1962;

Mostras de Pintura e Desenho - Semana Santa de 1963

Grande exposição durante a Semana Santa que conta com uma mostra significativa de trabalhos de pintura e de litografia artística e será um marco para a história da litografia em Minas, sob a tutela do Mestre João Quaglia. Exposição de pintura do Atelier dos Adultos, na sede do CAC.

IV Salão Sanjoanense de Belas Artes – 01 de dezembro de 1963

Ocorreu ao final do ano, em comemoração dos 250 anos do aniversário da cidade, à rua Mal. Deodoro,149. Também foi realizada noite de autógrafos com o lançamento das

EFEMÉRIDES DE SÃO JOÃO DEL REI de Sebastião de Oliveira Cintra e o livro de Gentil Palhares denominado DE TOMÉ PORTES A TANCREDO NEVES.

Conferência do professor, Carlos Cavalcante, da Universidade da Guanabara sobre “História da Arte” no dia 7 de dezembro de 1963;

V Salão de Pintura – 30 de novembro de 1966

No salão nobre da Prefeitura Municipal, foram expostos os trabalhos de Olga Tukoff, Hans Wittmer e Geraldo Guimarães. Os trabalhos de Hans Wittmer se encontram até os dias de hoje no saguão do Hotel Ponte Real e podem ser apreciados pela delicadeza do traço e da harmonia na composição.

Vernissage de Antônio Sérgio Nascimento, inspirada no folclore oliveirense – congada em 10 de abril de 1968, na sede do CAC

Palestra proferida por Geraldo Guimarães para os sócios do CAC sobre O Sentido e o Valor da Pintura Moderna no dia 01 de dezembro de 1968.

Exposição da Associação dos Amigos do Museu de Arte Moderna - de 1969

Geraldo Guimarães expõe seus quadros na Associação dos Amigos do Museu de Arte Moderna em São Paulo.

Encerramento do CAC e Desdobramentos

O CAC sendo uma instituição organizada pela sociedade civil para fomentar a arte e a cultura para a própria sociedade que dela usufruía, necessitava de encontrar meios que garantisse o

seu funcionamento. Uma das formas de manutenção era a contribuição dos sócios revertida diretamente para o patrocínio de exposições, livros, apoio à manutenção do museu e das atividades desenvolvidas em sua sede. Portanto a participação de membros da sociedade civil e de outras iniciativas seria fundamental para que o CAC conseguisse manter suas atividades. Pelos registros que encontramos sobre essa questão, podemos supor que um dos motivos que inviabilizou a continuidade do CAC foi à diminuição expressiva de seus sócios.

Em 1963, Luiz Zver, ao assumir no segundo semestre novamente a presidência, convidava todos os sócios a empenharem-se em conseguir mais sócios, de maneira bem entusiasmada “Somos atualmente uma boa centena, podemos ainda este ano duplicar este número.” Infelizmente podemos deduzir que o apoio à instituição não foi o esperado, mas sim reduzido drasticamente.

Os membros do CAC fazem ainda, neste mesmo ano, uma tentativa de oficializar a “Escolinha de Arte “Antônio Francisco Lisboa”, mas o projeto é rejeitado na Câmara⁷¹. Luiz Zver assim descreve seu desapontamento diante do pouco compromisso do legislativo em relação aos interesses da sociedade:

Fomos informados que na sessão noturna de ontem a Câmara Municipal houve por bem rejeitar o projeto de lei, apresentado pelo senhor Prefeito no sentido de ser oficializada a nossa “Escolinha de Arte “Antônio Francisco Lisboa”, que há quatro anos, quase funciona, ininterruptamente. Abstenho-me de proferir qualquer juízo sobre esse fato. Não me assiste esse direito. Mas todos os sócios do CAC compreendem que isto apenas quer dizer que, apesar do muito que já se fez, um

71 Ofício do Presidente Luiz Zver dirigido aos sócios em 19/11/1963.

imenso trabalho ainda resta por fazer, até que a cultura, a arte e a educação sejam aqui valorizadas como devem ser e como o são alhures. E é pena que isto tenha acontecido precisamente nas vésperas das comemorações do 250º aniversário da vila de São João del-Rei! Quando se festejar o 300º aniversário, alguém há de lembrar este fato... Alô, cronista: tome nota do que fica dito. (ZVER, 1963)

Em 2 de julho de 1965, período em que o CAC completa seis anos de existência, Luiz Zver dirigindo-se aos associados afirma que “ o CAC continua “atuante e, quando possível, fecunda em realizações úteis à comunidade sanjoanense” e continua “Graças a lealdade e dedicação de muitos sócios antigos e ao entusiasmo de novos, conseguiu sobreviver as crises próprias da primeira infância essa nossa associação, cuja morte, algumas cassandras já há tempo tinham prognosticado.” Convoca os associados para uma Assembleia Geral a ser realizada no dia 8 de agosto do mesmo ano com a finalidade de eleger um novo Conselho Diretivo. Apesar das dificuldades este documento comprova que o CAC por um tempo ainda resiste e continua com suas atividades funcionando regularmente.

Em 30 de setembro de 1968, um outro documento dirigido aos associados que haviam faltado a uma ‘reunião especial’ que havia sido realizada no dia 8, Luiz Zver chama a atenção dos associados quase como um desabafo, fazendo um apelo para participação e maior compromisso dos sócios que não compareceram à reunião.

Quero crer que, se o prezado sócio, não compareceu, não foi por causa do seu desinteresse pelo CAC, mas que foi impedido por um motivo muito grave e imprevisível. Admitamos, todavia que tenha sido mesmo por que, por um momento, descreu do CAC.

Segue no último parágrafo fazendo um apelo dramático, na tentativa talvez de sensibilizar os sócios na construção da sobrevivência do CAC.

Não julgue desperdiçado o tempo que, num dia de folga, dedicar a uma Entidade que há dez anos, persiste em semear cultura em terreno inteiramente sáfaro, empedrado e fabuloso. Renove a sua confiança no C.A.C.- “E não seja incrédulo, mas fiel (Jo. 20,27)

Os que compareceram à reunião, sugeriram que,

para solucionar algumas dificuldades inerentes à estrutura da nossa associação, se reformassem em alguns pontos do Estatuto da mesma e que para este fim, e para decidir a respeito da futura Diretoria, houvesse uma nova reunião extraordinária, para a qual se deveriam novamente convocar todos os sócios.

Fica evidente que o Centro Artístico e Cultural encontrava-se com sérias dificuldades de se manter. Próximo do ano de encerramento do CAC, Pe. Luiz Zver dirige-se a Gentil Palhares que havia solicitado apoio no lançamento de seu livro *Frei Orlando, o capelão que não voltou*. O ofício redigido em setembro de 1969 trata das dificuldades do CAC em apoiar o evento em decorrência do esvaziamento de associados ao CAC, “somos atualmente muito poucos, menos de uma dezena verdadeiramente ativos e perseverantes.”

No final de 1970, mais precisamente no dia 20 de dezembro de 1970, o Centro Artístico e Cultural de São João del-Rei encerra suas atividades.

Apesar de extinto o C. A. C. os movimentos culturais e artísticos que se mantiveram ou que surgiram a partir daí em São João del-Rei, ou foram oriundos das atividades promovidas pelo CAC, ou por ele foram influenciados.

Nas Artes Plásticas

Os pintores que participavam do CAC, foram se organizando em seus ateliers, vendiam e expunham seus trabalhos na cidade ou em outros lugares, dando continuidade às suas produções artísticas e cada vez mais sendo reconhecidos no município e no país, conforme as pesquisas confirmam. Dentre os ateliês que permaneceram, impulsionados pelas iniciativas do CAC podemos citar dentre outros, os dos artistas Geraldo Guimarães, Lígia Vellasco e Alcidina Resende. Outros ateliês e artistas foram despontando.

Adquire-se na cidade um costume, que até então não havia, o de promover exposições de arte com participação dos artistas locais ou em conjunto com artistas ou obras de artistas reconhecidos internacionalmente. Podemos citar alguns exemplos:

Em outubro de 1973, na Semana do Ouro, da Arte e do Artesanato aconteceu uma exposição no Hotel Porto Real, do qual participaram os artistas plásticos: Hans Wittmer (desenho), Dom Evandro do Ceará (escultura) e Geraldo Guimarães (pintura).

Em 1974, a Mostra de Arte promovida pela empresa Sul América foi assim registrada no Jornal Ponte da Cadeia:

Além dos vinte artistas apresentados pela coleção da companhia, três pintores locais foram convidados e obtiveram expressivo resultado promocional para sua obra: Hans Wittmer, Geraldo Guimarães, o “Abade, e Lygia Vellasco Magalhaes. Foram esses os quadros apresentados: C. Portinari – Espantalho; Milton da Costa – Mulher com Bicicleta; Emeric Marcier – Paisagem; Kazuo Wakabaiashi – Abstração Azul; Tikashi Fukushima – Composição Bege e Marron; Ivan de Moraes – Bahiana; E. Di Cavalcanti – Mulher Loura, Nua, Deitada; Maria Polo – Abstrato – Opus

408; Pancetti- Marinha; Yutaka Toyota – “In – Xoo”- Contraste; Manabú Mabe – Abstrato – 659; A Volpi-Bandeirinhas; Carlos Scliar – Entardecer c/ Dois Barcos no Canal; Inimá de Paula- Ladeira de Santa Teresa; Henrique Oswald – Cidade de Terra; Orlando Teduz – Morro; Adelson de Prado- Canavial – 70; Raimundo Oliveira- Trombetas de Jericó; Bianco – Nú Azul Abaixada; Caribé – Cavaleiros; Velasco – 2 quadros – Nossa Senhora e Igreja; Geraldo Guimarães (Abade) – Nossa Senhora; Hans Wittmer – Panorama de Tiradentes (da coleção de Hans Mackeldey). (Jornal Ponte da Cadeia, 1974)

A Academia de Letras de São João Del- Rei

É importante aqui registrar, já referido no tópico que trata da constituição do CAC, que o primeiro nome cogitado para o Centro Artístico e Cultural foi o de Academia Sanjoanense de Letras. Bem, se não foi assim o início da implantação da Academia, foi exatamente no ano seguinte do encerramento do CAC, em 08/12/1970, que a Academia de Letras de São João del-Rei teve fundação e sua instalação efetivada no início do ano seguinte. Suas reuniões mensais ocorrem no último domingo de cada mês, com sede no andar superior da Biblioteca Baptista Caetano de Almeida. Cidadãos sanjoanenses, membros do CAC foram os fundadores da Academia de Letras.

O Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei

Associação civil de direito privado voltada a atividades científicas e culturais, fundada em 01/03/1970, com raízes no C. A. C., de onde vieram a maioria de seus sócios fundadores. Funciona hoje na Casa Mais Antiga na cidade de São João del-Rei, em regime de comodato com a Prefeitura Municipal. As reuniões acontecem no primeiro domingo de cada mês

O Museu Tomé Portes del Rei

Encontramos alguns registros de quando o CAC é extinto, que revela que todo o acervo de peças do Museu “Tomé Portes del Rei” foi doado à Prefeitura Municipal de São João del-Rei ⁷², sendo deliberado pelos membros da Diretoria que o mesmo deveria ser incorporado ao Museu Municipal. Compunha o acervo 166 peças, incluindo castiçais, gramofone, machadinhas indígenas, túnica bordada a ouro, algema e grilhão de escravos, candieiro, pistolas, bateia, telas, dentre muitos outros objetos. O Museu Tomé Portes del Rei funciona desde então, em um antigo sobrado do século XVIII, na conhecida casa de Bárbara Heliodora, vizinho ao sobrado do Barão de São João del-Rei, onde funcionou por 10 anos o Centro Artístico e Cultural, o CAC.

Referências

GUIMARÃES, Geraldo. Obras de arte: pintura, litografia, escultura; Obras Literárias (reinstalação da placa denominativa da Biblioteca “Geraldo Guimarães” do IHG – SJDR)

LOBO, Lotus. Boaventura, Maria José. Pitta, Fernando. “25 Anos de Litografia de Arte em Minas Gerais, Uma Exposição retrospectiva promovida pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, Secretaria de Estado de Cultura e Rede Globo-Minas”- 1961-1986.

72 A doação bem como a relação de todo o acervo está registrado em diversos documentos: ofício nº20/71 dirigido ao Pe. Luiz Zver, expedido pelo Prefeito Municipal Mário Lombardi em 1 de abril de 1971; texto redigido manualmente por Antônio Elias em 19/04/1971 comunicando do acerto entre as partes que o acervo do CAC não seria transferido ao Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei mas à Prefeitura Municipal e “Relação do material recebido do Museu do CAC e em existência atualmente” assinada por Djalma Tarcísio de Assis, chefe do Departamento de Turismo e Diretor do Museu Municipal datada de 23 de abril de 1971.

Padre Luiz Zver 1913-2005: Carta Mortuária, Inspetoria São João Bosco, Paróquia São João Bosco, São João del-Rei, MG, maio 2007.

VELLASCO, Ligia. Entrevista documentada em vídeo concedida à autora, assessorada por Paulo Sousa Lima; Obras de arte; Literatura: “Espelho”, divulgação e manhã de autógrafos.

WEB: “Blog do Braga”
<https://bragamusician.blogspot.com/search?q=CAC>

A JUSTIÇA APLICADA AOS INCONFIDENTES SOB A ÓTICA DAS ORDENAÇÕES DO REINO (1789-1792)

Bruno Nascimento Campos
Sócio efetivo titular da cadeira 19
Patrono Aureliano Pereira Corrêa Pimentel
camposbn@gmail.com

Fruto das relações sociais, o direito pode ser decisivo no esforço de se apreender a forma de organização de determinada sociedade. Esta apreensão requer, necessariamente, a observação atenta dos desdobramentos históricos, uma vez que as mudanças jurídicas estão relacionadas com transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Estado e Justiça⁷³: as Ordenações do Reino de Portugal

Os conceitos de Direito e Justiça são entendidos aqui de formas distintas. Jacques Derrida entende, referenciando-se ao filósofo Emanuel Kant, que “não há direito sem força” (DERRIDA, 2007, p. 8). “(...) acontece que o direito pretende exercer-se em nome da justiça, e que a justiça exige ser instalada num direito que deve ser posto em ação” (DERRIDA, 2007, pp. 42-43). Nesse sentido, o direito é uma concepção de justiça institucionalizada na forma de leis e instituições, e reflete o jogo de forças do qual emergiu.

O direito não é Justiça. O direito é o elemento do cálculo, é justo que haja um direito, mas a justiça é incalculável, ela exige que se calcule o incalculável; e as experiências aporéticas são experiências tão

⁷³ Ao longo do texto, será utilizado “Justiça” para se referir ao conceito e “justiça” para se referir às estruturas judiciárias, leis, direito e suas aplicações.

improváveis quanto necessárias da justiça, isto é, momentos em que a decisão entre o justo e o injusto nunca é garantida por uma regra (DERRIDA, 2007, p. 30 – grifo da edição).

Quando o Rei ou agente nomeado para este fim exerce ou faz a justiça, ele está se utilizando de um aparato institucional baseado em Lei escrita, na tradição (direito consuetudinário) ou ainda em sua própria autoridade.

Cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única, que nenhuma regra existente ou codificada pode absolutamente garantir. Pelo menos, se ela a garante de modo seguro, então o juiz é uma máquina de calcular; o que às vezes acontece, o que acontece sempre em parte, segundo uma parasitagem irreduzível pela mecânica ou pela técnica que introduz a iterabilidade necessária dos julgamentos; mas, nessa medida, não se dirá do juiz que ele é puramente justo, livre e responsável. Mas também não o diremos se ele não se referir a nenhum direito, a nenhuma regra ou se, por não considerar nenhuma regra como dada para além de sua interpretação, ele suspender sua decisão, detiver-se no indecível ou então improvisar, fora de qualquer regra e de qualquer princípio (DERRIDA, 2007, p. 44-45).

De forma dispersa ao longo do período medieval, Kantorowicz (1998) nos evidencia que as ideias que basearam a construção dos Estados modernos circularam e se difundiram. Além das ideias, é necessário lembrar que a igreja católica também passa por um processo de institucionalização paralelo ao dos Estados onde as “infinitas inter-relações entre a Igreja e o Estado, ativas em todos os séculos da Idade Média, produzem híbridos em ambos os campos” (KANTOROWICZ, 1998, p. 125). Neste contexto o autor demonstra a ideia da existência de

dois corpos do Rei: um natural, portanto finito, e outro místico, eterno:

O Rei possui duas Capacidades, pois possui dois Corpos, sendo um deles um Corpo natural, constituído de Membros naturais como qualquer outro Homem possui e, neste, ele está sujeito a paixões e Morte como os outros Homens, o outro é um Corpo político, e seus respectivos Membros são seus Súditos, e ele e seus Súditos em conjunto compõem a Corporação (KANTOROWICZ, 1998, p. 24-25).

Aos poucos, durante o medievo, o Rei, inicialmente um intermediário entre a Lei Natural e a Lei Positiva, se transforma em *lex animata*, sendo a Justiça entendida neste contexto como poder intermediário entre deus e o mundo, logo, o príncipe como *Iustitia animata* (KANTOROWICZ, 1998, p. 95-96). “O Rei é a Lei animada sobre a terra e pode fazer Lei e revogá-la quando vir que convém fazer assim” (Ordenações Filipinas – Livro III, título 75, parágrafo I).

António Manuel Hespanha (1984), apesar de se calcar em uma concepção weberiana de Estado, admite a existência do Estado corporativo como outra forma de organização estatal possível e antecessora do Estado moderno. Para o autor, entre o período medieval e o fim do Antigo Regime ocorre uma progressiva expropriação pelo poder central de tarefas até então desempenhadas por órgãos periféricos (HESPANHA, 1984, p. 58-59).

Um esforço nesse sentido de, por um lado, consolidar a posição do Rei como o corpo de onde se emana a justiça e, por outro, de expropriação de prerrogativas de órgãos periféricos pela Coroa, ocorre em Portugal, já nos séculos XV e XVI, através da compilação das legislações do Reino e a difusão das

Ordenações. Assim o declara expressamente o Proêmio do Livro I das Ordenações Afonsinas:

No tempo que o mui alto e mui excelente Príncipe El-Rei D. João de gloriosa memória, pela graça de Deus reinou em estes reinos, foi requerido algumas vezes em Cortes pelos fidalgos e povos dos ditos reinos que por bom regimento deles mandasse prover as leis e ordenações feitas pelos reis que ante ele foram, e acharia que pela multiplicação delas se recreciam continuamente muitas dúvidas e contendas, em tal guisa que gravemente e com grão dificuldade os podiam diretamente desembargar... (apud VELASCO, 1994, p. 17).

Portugal sentiu de modo especial a necessidade de uma sistematização de sua atividade legislativa no início do século XV, em consequência de seu amadurecimento histórico. Após a conquista do Algarves (1249), logo no início do reinado de D. Afonso III (1248-1279), Portugal alcança sua definitiva extensão territorial. Encerrada a Reconquista inicia-se um período de consolidação (1248-1495) caracterizado pela progressiva organização política do Estado Português e pela concentração do poder nas mãos do Rei.

Neste período, a multiplicidade de normas jurídicas (representada pelos foros e cartas de foral, pelas disposições do direito romano e canônico, pelos capítulos de Cortes, leis régias, etc.), e as contradições originadas dessa multiplicidade (dificultando sobremaneira a administração da Justiça), foram fatores de peso no surgimento das Ordenações do Reino. Trata-se das Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e Ordenações Filipinas, promulgadas no ano de 1595 e editadas em 1603, período do domínio espanhol sobre o Reino de Portugal.

Velasco (1994) apresenta o contexto de publicação de cada Ordenação, bem como as necessidades de tais sistematizações. O autor esclarece que as Ordenações Afonsinas foram a primeira grande compilação das leis esparsas em vigor. Criadas no reinado de D. Afonso V, que reinou em Portugal de 1438 a 1481, são divididas em cinco livros que tratam desde a história da própria necessidade daquelas leis, passando pelos bens e privilégios da Igreja, pelos direitos régios e de sua cobrança, pela jurisdição dos donatários, pelas prerrogativas da nobreza e pela legislação especial para os judeus e mouros; o Livro IV trata mais especificamente do chamado direito civil; e o Livro V diz respeito às questões penais.

As Ordenações Manuelinas foram publicadas pela primeira vez em 1514 e receberam sua versão definitiva em 1521, ano da morte do rei D. Manuel I. Foram obra da reunião das leis extravagantes promulgadas até então com as Ordenações Afonsinas, visando a um melhor entendimento das normas vigentes. A invenção da imprensa e a necessidade de correção e atualização das normas contidas nas Ordenações Afonsinas foram justificativas para a elaboração das novas leis. A estrutura de cinco livros foi mantida. As Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, durante o reinado de Filipe I (Filipe II de Espanha), compuseram-se da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência.

Toda legislação não incluída nesta compilação foi revogada, com exceção das transcritas em livro guardado pela Casa de Suplicação, das Ordenações da Fazenda e dos Artigos das sisas (LARA, 1999, 33).

Surgem, assim, as Ordenações do Reino de Portugal que representam, considerando a Europa do século XV, esforço

pioneiro de sistematização do que podemos propriamente chamar um direito nacional, fato este que ajuda a caracterizar Portugal como um dos primeiros Estados da época moderna.

Nas monarquias da época moderna e, mesmo sob o despotismo esclarecido, o soberano constituía o centro único e indissolúvel do poder e da ordenação social (LARA, 1999, p. 19). Os interesses público e doméstico interligavam-se, sendo considerados componentes harmônicos do bem comum. Não se trata da distinção (e oposição) entre público e privado, mas de hierarquia de poderes senhoriais: o Rei no topo da hierarquia em seu Reino, delegando parte de seus poderes aos funcionários reais, encarregados de fazer com que suas ordens chegassem a todos os lugares sob seu domínio; os senhores, do mesmo modo, exercendo seu poder sobre tudo e todos em suas casas, em seus domínios particulares.

Numa sociedade estabilizada (pelo menos, segundo critérios de hoje) como a medieval, esta espontaneidade dos equilíbrios sociais criou a imagem da existência de uma ordem natural na qual estivesse pre-disposta (sic) a hierarquia e as funções de cada corpo (concepção corporativa ou pluralista da sociedade⁷⁴) (HESPANHA, 1984, p. 66).

Por isso, manter a paz e a ordem era algo fundamental no exercício do poder do soberano, que se distribuía e se fazia presente em todo Reino através de uma estrutura hierárquica de

⁷⁴ Para Hespanha, durante o período feudal e a modernidade, o poder era disperso através da multiplicidade de células sociais, com indistinção entre o político e o econômico, e onde o privilégio se sobrepunha ao direito. Para o autor há uma continuidade entre o período feudal e o absolutista (HESPANHA, 1984).

jurisdições e alçadas (LARA, 1999, p. 20). O exercício da justiça, entendida aqui como o direito ou justiça institucionalizada, seguia no mesmo caminho (da política, com cerimonial, festas e outros dispositivos simbólicos), fazendo privilegiar a vontade do monarca sobre a vingança particular, tornando pública a justiça penal (LARA, 1999, p. 21).

A justiça era concebida como uma obrigação real, como um ato de poder, sempre praticada em nome do monarca, de seu poder e sua glória (LARA, 1999, p. 24). Os juízes ordinários e juízes de fora usavam insígnias na lapela que simbolizavam a presença do poder real. O Governador-Geral, além da governança político-administrativa, era também autoridade em assuntos judiciais. Símbolo da autoridade e da justiça régias, o pelourinho erguia-se sempre numa praça central das vilas e cidades em todo império português (LARA, 1999, p. 25). No âmbito senhorial, as relações entre os senhores e escravos trazem para o âmbito doméstico uma relação análoga à do rei e todo seu aparato de justiça. O castigo exemplar aplicado a um escravo era exemplar para os demais cativos, além de ser uma demonstração de poder. A condenação dos conjurados mineiros em 1792 retrata a execução em toda sua plenitude do ritual de mil mortes: por um lado, a clemência da rainha para com 11 condenados à morte e, por outro, a execução exemplar de um único réu; faces do mesmo ritual de afirmação da glória soberana (LARA, 1999, p. 28).

Nestes anos finais do século XVIII, anos finais do antigo regime surge, por parte do poder, uma intenção nova de organização ativa que visa

impor à desordem dos interesses particulares uma disciplina visando o interesse público, que surge, deste modo, como algo contraditório ou oposto ao interesse

dos particulares” representando o novo “desígnio ordenador do poder em relação a uma sociedade que já não é considerada como refletindo uma ordem natural, mas que carece de ser organizada em função do aumento do poder do rei (HESPANHA, 1984, p. 68).

(...) a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Com relação ao amplo leque de ações que envolviam a justiça e a lei, o Livro V possuiu grande “(...) *importância para a experiência brasileira, tanto no período colonial como nas primeiras décadas do Império*”. Inteiramente dedicado ao direito penal, comenta a autora, o livro “*conserva elementos indissociáveis do mundo em que foi concebido*” (LARA, 1999, p. 45).

Ordenações do Reino e sua aplicação no caso da Inconfidência Mineira

Em linhas gerais, a Inconfidência Mineira foi um movimento conspiratório, ocorrido em Minas Gerais em fins da década de 1780. O fim do século XVIII foi palco de um conjunto de transformações que abalaram tanto as bases do Antigo Regime europeu, quanto a relação dos regimes com suas colônias americanas. Nesse contexto podemos destacar o processo de Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) como os primeiros exemplos dessa transformação (VAINFAS, 2000, p. 301).

No caso do Brasil, a crise do sistema colonial se elaborou a partir do momento em que a administração colonial portuguesa se voltou para um conjunto de medidas políticas de reforço fiscal

e aumento da repressão (MAXWELL, 2010, p. 33-34). Na época, a principal atividade econômica regional girava em torno da exploração e extração dos metais preciosos. Em Minas Gerais, principal centro da atividade mineradora, a existência das instituições e autoridades portuguesas se fazia mais presente (MAXWELL, 2010, p. 80-81). Na medida em que as reservas minerais da região foram se esgotando, as tributações e a fiscalização colonial tornaram-se mais intensas (MAXWELL, 2010, p. 168-179).

Em Vila Rica, um grupo de intelectuais, representantes da elite local e integrantes de setores médios da população articulou uma insurreição. Entre os integrantes do movimento estavam os poetas Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga; os padres José de Oliveira Rolim e Manuel Rodrigues Costa; os coronéis Domingos de Abreu e Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Os insurrectos defendiam a criação de um governo republicano e o estabelecimento de uma Carta Constitucional (aos moldes da que fora criada nos Estados Unidos). Minas Gerais seria uma região emancipada com sua capital em São João del-Rei (MAXWELL, 2010, p. 205). No que se refere à escravidão, os registros mostram que o tema foi discutido, porém não houve uma posição acerca da manutenção ou não deste instituto (MAXWELL, 2010, p. 206).

As leis que vigoravam na época, as Ordenações Filipinas, que, na prática, não previam investigação prévia, bastando elementos indiciários, não carecendo a existência de provas cabais. O movimento seria acionado às vésperas da cobrança da derrama. Os envolvidos na conspiração foram acusados do crime de lesa majestade a partir da delação de um dos participantes, Joaquim Silvério dos Reis (MAXWELL, 2010, p. 261-264).

Lesá Magestade quer dizer traico cometida contra a pessoa do Rey, ou seu Real Stado, que he tão grave e abominavel crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharo, que o comparavo a lepra; porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que com elle conversão, plo que he apretado da communicaco da gente: assi o erro da traico condena o que a commette, e empece e infama os que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa.

(...)

E quanto ao que fizer conselho e confederao contra o Rey, se logo sem algum spao, e antes que per outrem seja descoberto, elle o descobridor, merece perdão. E ainda por isso lhe deve ser feita merce, segundo o caso merecer, se elle não foi o principal tratador desse conselho e confederao. E não o descobrindo logo, se o descobrir depois per spao de tempo, antes que o Rey seja disso sabedor, nem feita obra por isso, ainda deve ser perdoado, sem outra merce. E em todo o caso que descobrir o tal conselho, sendo já per outrem descoberto, ou posto em ordem para se descobrir, será havido por commettedor do crime de Lesa Magestade, sem ser relevado da pena, que por isso merecer, pois o revelou em tempo, que o Rey já sabia, ou stava de maneira para o não poder deixar saber (Ordenaces Filipinas, Livro V, Título VI).

Acerca do crime acima apontado, eram passíveis de punio com as seguintes penas: prisão simples ou prisão com trabalhos forçados; gals (temporárias ou perpétuas) - trabalho público; desterro (deixar a terra); degredo (perpétuo ou temporário), ocorrendo morte civil no primeiro caso; açoites (chibatadas em público); mutilaco (mão, língua, p). Além da previsão de penas de morte: morte simples (sem tortura), morte natural (forca), morte para sempre (exposio do cadáver), morte

atroz (esquartejamento), morte cruel (tortura prévia). (Ordenações Filipinas, Livro V, Título VI). Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, por exemplo, foi punido com pena de morte natural, atroz e para sempre, ou seja, um único homem morreu, simbolicamente, três vezes.

Punições afirmativas e exemplares (ritual punitivo): os castigos relacionavam-se com a posição do acusado na hierarquia social e o rigor da punição era proporcional à gravidade da falta, visando expiar suas culpas e restaurar o poder real violado pelo crime em toda sua força e plenitude.

Na teoria clássica da soberania, vocês sabem que o direito de vida e de morte era um dos seus atributos fundamentais. (...) Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. (...) Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito de vida. (FOUCAULT, 1999, p. 286-287).

Outra característica daquela época era a prevalência das penas cruéis, desproporcionais aos delitos e suas aplicações ainda dependiam da condição social do agente: “pessoa vil”, “homem de qualidade”, “fidalgo honrado”. Por exemplo, se fosse fidalgo honrado, não poderia ser condenado na Colônia, devendo ser julgado e condenado diretamente pelo Rei e sujeito à comutação da pena pelo seu sangue e não pela atrocidade do ato que estava sendo censurado. Sob as Ordenações do Reino, a pena poderia extrapolar a pessoa do agente, podendo atingir seus sucessores por gerações. Podemos observar nos Autos da Devassa que não só Cláudio Manoel da Costa, mas também outros dois finados condenados, mesmo depois de mortos, sofreram condenação.

O advogado, José de Oliveira Fagundes foi nomeado em 21 de outubro de 1791 para proceder à defesa dos vinte e nove réus que se encontravam presos havia mais de dois anos. No mesmo dia ele assinou o termo de juramento e em 2 de novembro, levando com vistas os sete volumes com os interrogatórios. No dia 23 os devolveu com a defesa em 121 itens, decorrentes de um minucioso estudo. Fez primeiro uma defesa geral e, depois, defendeu cada um dos réus, um por um, colocando as circunstâncias individuais.

Citou as menores circunstâncias favoráveis aos réus e, esbarrando com a confissão de Tiradentes, a fim de atenuá-la apelou para ‘um furor de entendimento que tinha perdido a ordem e a regularidade natural’. Certamente, antepassado da ‘perturbação de sentidos e inteligência’ e ‘oligofrenia’ [deficiência do desenvolvimento mental] de nossos dias (JORDÃO FILHO, 2007, p. 36).

Foi apertado o calendário de defesas de Oliveira Fagundes (MAXWELL, 2010, p. 304): em 18 de abril de 1792 ocorre a lavratura e leitura do acórdão, que se seguiu por 18 horas; em 19 de abril de 1792 (manhã) houve a intimação dos 11 réus condenados à pena de morte e, na mesma manhã, nova defesa (“embargos”) no prazo de 24 horas apenas. Invocou o Tribunal do Santo Ofício como defesa e requereu a transformação da pena de morte em cárcere perpétuo para todos os condenados. Rejeitados os embargos. Novos embargos em 8 itens: prazo meia hora. Nova rejeição, sendo que neste ponto terminavam todos os recursos.

Os devassantes que vieram de Portugal para se somarem a alguns outros e comporem a chamada Alçada Régia aqui no Brasil, trouxeram já feitas duas Cartas Régias, sigilosas e

lacradas, enviadas pela Rainha, escritas em 15 de outubro de 1790, quase dois anos antes da solução formal desta devassa. Uma delas dizia respeito aos réus clérigos e outra, aos réus leigos. As Cartas Régias, abertas e lidas após a condenação dos inconfidentes, não traziam nomes e não se referiam a um líder ou chefe, mas a chefes e cabeças da conspiração. Foram juntadas as Cartas Régias. E quando se juntaram as Cartas Régias, aí é que veio a salvação de dez dos condenados à morte, que tiveram seu pescoço livre e salvo por conta da Carta Régia, porque eles não confessaram:

Quanto aos outros réus, e entre eles os reputados por chefes, e cabeças da conjuração, havendo algum, ou alguns, que não só concorressem com os mais chefes nas assembleias e conventículos, convindo de comum acordo nos pérfidos ajustes que ali se trataram mas que além disto, com discursos, práticos e declamações sediciosas, assim em público, como em particular, procurassem em diferentes partes fora das ditas assembleias introduzir ao ânimo de quem os ouvia o veneno da sua perfídia, e dispor e induzir os povos, por estes e outros criminosos meios a se apartarem da fidelidade que me devem não sendo esta qualidade de réu ou de réus, pela atrocidade e escandalosa publicidade do seu crime, revestido de tais e tão agravantes circunstâncias digno de alguma comiseração; ordeno que a sentença que contra ele, ou contra eles for proferida, segundo a disposição das leis, se dê logo a sua devida execução (Autos da Inconfidência Mineira, 1982, p. 268-270).

E agora, o que falava a mesma Carta Régia que salvou os dez, num outro trecho:

Quanto porém aos outros réus também chefes da mesma conjuração, que se não acharem em iguais

circunstâncias, querendo usar com eles da minha real clemência, e benignidade; ordeno, pelo que respeita tão-somente à pena capital em que tiverem incorrido, que esta lhes seja comutada na imediata de degredo por toda a vida, para os presídios de Angola e Bengala, com pena de morte se voltarem para os domínios da América. (Autos da Inconfidência Mineira, 1982, p. 268-270).

No processo da devassa havia inicialmente mais de 80 implicados. Ao final: 29 condenados, dos quais eram 5 padres e 3 falecidos. Naquela época, bastava uma notícia de um delito para virar devassa. Comentou um detalhe curioso: durante a produção de provas, não havia a presença de um advogado. Só após a coleta de provas, é que entrava o advogado. Valia a tortura, valia a pressão, valia uma pessoa falar e outra escrever. Naquela época, a confissão era chamada a rainha das provas. Na Inconfidência Mineira, o único dos vinte e nove leigos e mais cinco sacerdotes que confessou foi Tiradentes, os outros negaram, exculparam-se. Porém, em se vigorando as Ordenações daquela época, a condenação foi correta. Os condenados à morte neste processo foram: 01) Alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes; 02) Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade; 03) José Álvares Maciel; 04) Coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto; 05) Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira; 06) Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes; 07) Sargento-mor Luiz Vaz de Toledo Piza; 08) cirurgião Salvador Carvalho do Amaral Gurgel; 09) Capitão José de Resende Costa, pai; 10) José de Resende Costa, filho; 11) Domingos Vidal de Barbosa Laje. Condenados a degredo perpétuo foram: Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, Capitão Vicente Vieira da Mota, Coronel José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues e Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Vitoriano

Gonçalves Veloso foi condenado à pena de açoite seguido de degredo. Os condenados à pena de exílio por dez anos foram: Capitão João Dias da Mota e Tenente Fernando José E. Ribeiro. Condenado à pena de galés: José Martins Borges. “Mandados em paz” por já terem sofrido três anos de prisão: Faustinho Soares de Araújo e Manuel da Costa Capanema (ou Manuel da Silva Capanema). Foram absolvidos: Domingos Fernandes da Cruz, Alexandre Silva (ou Alexandre Pardo), Manoel José de Miranda e João Francisco das Chagas. Falecidos no cárcere, que tiveram a memória infamada, bem como a de seus filhos e netos, e seus bens confiscados: Cláudio Manoel da Costa, Capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes e Francisco José de Mello.

Quanto aos réus clérigos, mencionou ter havido sentença sigilosa e em autos apartados, porque o Estado não podia condenar clérigos à morte. (MAXWELL, 2010, p. 303) Todos foram enviados para Lisboa, a saber: Cônego Luís Vieira da Silva, Padre José da Silva e Oliveira Rolim, Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, Padre Manuel Rodrigues da Costa e Padre José Lopes de Oliveira.

Após três dias do enforcamento de Tiradentes, sendo que os outros teriam que ser desterrados nos dias seguintes por causa daquele segundo trecho da Carta Régia, o advogado Fagundes ainda vislumbrou a possibilidade de interposição de embargos. Interpôs novo recurso que foi acolhido em parte, tendo conseguido mudança de locais do degredo em benefício dos réus e redução das penas de vários condenados.

Considerações Finais

A Justiça esperada pelos inconfidentes, ou seja, a esperança de consolidar em Leis a sua concepção de Justiça,

buscando a criação de um Estado independente nas Minas Gerais setecentistas, falhou.

Sobre os participantes das conversas que poderiam gerar a sedição, foram aplicadas a justiça expressa nas Ordenações do Reino, surgidas no contexto de consolidação dos domínios do poder do Rei, nos séculos anteriores. As Ordenações foram construídas em um contexto condizente com a teoria clássica da soberania, em que o direito de vida e de morte era um dos seus atributos fundamentais.

O Estado português, no caso da chamada Inconfidência Mineira, ao mobilizar seu aparato de justiça, buscou mostrar, por meio da promoção de um autêntico espetáculo público de execução e degredo no Rio de Janeiro, que a vida e a morte dos súditos era monopólio da Coroa, fruto da vontade soberana do Rei, este corpo simbólico, naquele tempo encarnado pela Rainha Maria I de Portugal.

Fontes

AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. 11 volumes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1976-2001.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 03 Jan. 2015.

Bibliografia

DERRIDA, Jacques. Força de Lei. *O fundamento místico da autoridade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbnekian, 1984.

JORDÃO FILHO, Hariberto de Miranda. *Quem defendeu Tiradentes?* Revista de História da Biblioteca Nacional. Nº 19, ano 2, 2007.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. (Org.). *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar: Do regimen medieval ao conceito de Governo*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, 2006.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VELASCO, Ignácio Maria Poveda. *Ordenações do Reino de Portugal*. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S.l.], v. 89, p. 11-67, jan. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67236/69846>>. Acesso em: 18 Dez. 2014.

ARBORIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOÃO DEL-REI: ABORDAGENS ECOLÓGICA E HISTÓRICA *

Paulo Roberto de Sousa Lima⁷⁵,
Sócio efetivo titular da cadeira 2.
Patrono José Matoll
pierrezlima@gmail.com

Uma reflexão sobre como se dá a construção da tessitura urbana, e o formato que uma cidade toma ao longo da sua história, nos remete ao entendimento que o *Homo Sapiens* faz de como é viver em sociedade (Harari, 2016), em um dado espaço físico, com seus acidentes geográficos, que ele ocupa e urbaniza. E mais, aplicando uma lupa analítica sobre a história da ocupação e urbanização das nossas Minas Gerais, é possível descobrir, se olharmos com atenção, as características que cada ocupação humana tomou ao crescer em número de habitantes, em complexidade de bens e serviços e na institucionalização de relações sociais para, em dado espaço de tempo, avançar de povoado a vila e desta a cidade.

Em obra literária recente o confrade Antônio Gaio Sobrinho (2016, p. 31-38), deste IHG-SJDR, discorre, de forma clara e didática, como ocorreu o processo de institucionalização pelo qual as povoações criadas no país, e em nossas Minas Gerais, assumiram a condição de cidade.

A escolha de uma vila para se fazer dela uma cidade tinha em vista sua maior importância política, militar e religiosa. Mas pouca diferença fazia daquilo que já eram as vilas, sendo o status de cidade quase somente uma questão histórica de privilégios e prerrogativas

⁷⁵ Sociólogo.

honoríficas. Velhas reminiscências do direito romano ou medieval, como se assentadas fossem em terras próprias, que perpetuassem o sentido de município romano – *munus capere* – direito de se administrar por leis próprias, independente e livre, onde a *civitas* encontrasse morada.

A cidade, desta forma, constitui-se como um movimento social que pode ser entendido como uma força centrípeta pela qual habitantes, bens e serviços se acumulam ao longo do tempo de forma a potencializar a ocupação de um dado lócus. Tomando licença de usar novamente o texto do confrade Gaio Sobrinho, acima citado, e se olharmos mais especificamente o processo histórico de ocupação do espaço físico em que se formou a cidade de São João del-Rei, é possível imaginar que:

Um retrato da paisagem urbana são-joanense, por ocasião da sua promoção à cidade, em 1838, pode ser elaborado cotejando as informações dos viajantes estrangeiros que visitaram São João , na primeira metade do século XIX, com as do comendador José Antônio Rodrigues, de 1859. Teria a cidade um pouco mais de sete mil habitantes (...). Era, entretanto, importante entreposto comercial, sede de extenso município e capital da ainda dilatada comarca do Rio das Mortes. (E que...) num restrito espaço urbano, a que, talvez inadequadamente, se costuma denominar centro histórico, existiam 80 casas assobradadas e 1.600 térreas, repartidas em 24 ruas, com imensas travessas e becos.

A referida urbanização deu-se de forma acelerada desde a chegada à região da “Bandeira” de Paes Leme. A terra virgem que acolheu e abrigou os bandeirantes, e a posterior leva dos mineradores oriundos de Portugal e de todo o mundo, era praticamente a mesma que mansamente, por quase 10.000 anos,

foi ocupada e compartilhada pelos povos indígenas aqui radicados. Em um átimo de 200 anos de ocupação colonial por parte do homem europeu, e seus agregados negros africanos, essa “terra da promessa”, na perspectiva dos bandeirantes, foi desbastada; rasgada em trilhas, estradas e ruas; aterrada para se nivelar de forma a receber edificações que mudaram de estilo ao longo do tempo e cresceram em número e em tamanho e mudaram em suas características construtivas com a evolução do conhecimento para sua engenharia e sobre materiais como taipa, a adobe e da pedra a “*materiais artificiais, ligados ou não por argamassa*”, típicos da alvenaria (Dic. Silveira Bueno, 1992).

Da mesma forma as ruas, travessas e becos, ali criados para separarem as terras demarcadas em lotes e em quarteirões, sofreram transformações, com os espaços vagos entre elas ocupados por logradouros públicos ou praças, onde foram instalados os símbolos da institucionalização de uma cidade. O espaço ocupado com as praças, ruas, travessas e becos do espaço físico que virou cidade sofreu uma intervenção humana que começou com a devastação da cobertura vegetal existente. O terreno desnudado ao ser usado pela população mudou sua configuração desde a terra batida pelos pés dos passantes para piso de cascalho e posteriormente para cobertura de pisos mais elaborados com a aplicação de materiais como pedras polidas a pedras poliédricas tipo paralelepipedal, o que facilitou a sua gradativa ocupação pelos veículos de tração animal e motor, expulsando daí os pedestres e obrigando a construção de passeios laterais, ou meio-fio.

Nos espaços das praças e ruas mais largas viu-se o surgimento de intervenção de reconstrução paisagística na forma de arborização, construção de jardins e implantação de equipamentos urbanos e símbolos institucionais como o Pelourinho, bancos, coretos e fontes. Note-se que esse processo

de trazer de volta ao terreno desnudado uma cobertura vegetal torna-se uma questão crucial para a qualidade de vida da população. Ele subsiste e se expande quanto mais a urbanização avança e passa a ser entendido, reversamente, como a ‘humanização’ da urbanização realizada com a ocupação desenfreada e desregrada dos espaços físicos da cidade em benefício dos interesses individuais e públicos.

Essa envolvente temática da arborização dos espaços urbanos é muito cara aos ambientalistas em geral e aos confrades desse sodalício. Pude constatar isso a partir de mais um agrado que a sorte benfazeja me dá. Ao escolher um conjunto de livros para compor um kit de organização de um novo ponto de estímulo a leitura da Biblioteca da Comunidade de Águas Santas, a se instalar em um atelier de um oficial letrista em Belo Horizonte, como o projeto “Pintando Literaturas”, me deparei com um livro que nos foi doado pela associada Fabrícia Barcelos e integrante do acervo do seu pai, o Coronel da Reserva Carlos Alberto Barcelos, ambos residentes nas Vertentes. Nele havia como que um marcador de leitura, só que bem mais avolumado, como se fosse uma dobradura de textos ali cuidadosamente guardados. Abri e tive uma surpresa: era um documento com carimbo do IHG-SJDR, elaborado e assinado pelo membro efetivo Altivo de Lemos de Sette Câmara, datado de 03 de março de 1974, portanto 4 anos após a fundação do IHG, e hoje com 43 anos de existência. À leitura revelou-se um documento significativo e, por isso, passo a descrevê-lo como forma de homenagear o bem feito, demonstrar a permanência histórica e a pertinência da preocupação dos ambientalistas com os dilemas da arborização no contexto da urbanização da cidade de São João del-Rei e o grau de sofisticação a que essa preocupação pôde assumir.

O autor escreve (apud cit., 1974), e aqui mantenho a forma original do texto datilografado:

QUARESMEIRAS, que em 1962, cinco anos antes do arquiteto-paisagista Roberto Burle Marx, já escrevia (em jornal): “... quaresmeiras em alguns espaços abertos...” (ver “Árvores”, pag. 8, linha 7 e seguintes). Em 1967, Burle Marx escreveria, na revista “Cultura”: “..... as quaresmeiras estão à espera de que as levemos nos nossos jardins” (ver “Árvores”, pag. 7, linha 14). Nenhum dos dois, portanto, recomendou a quaresmeira para arborização de ruas. Porque a quaresmeira é árvore fina, de pouca altura, geralmente solta os galhos para os lados, finos, delicados, assim sujeitos a esbarros de ônibus, caminhões, veículos grandes. Por “espaços abertos” entendo margens de córregos (não sujeito a enchentes, portanto nas partes mais altas), gramados de jardins e outros espaços urbanos e recantos livres do trânsito de veículos grandes e da passagem das pessoas muito perto. É árvore mais de ornamentação do que de utilidade imediata (sombra). Nos lugares adequados deve crescer à vontade, sem podas, a não ser, eventualmente, no início do crescimento, se apresentar galhinhos muito baixos. Lugares onde caberiam adequadamente algumas mudas, mesmo que já tenham outras árvores crescidas ou em crescimento: 1 - Faixa ajardinada, à direita da Prefeitura – umas 3 ou 4; 2 - Faixa ajardinada do paredão do cais, defronte da Associação Comercial. Aliás, já estão ali plantadas algumas mudas. Embora, pelo menos uma, esteja plantada debaixo de uma árvore de tamanho médio. Se não for mudada, uma das árvores inevitavelmente terá que ser sacrificada. O que é uma pena. Porque, parto do princípio que me parece absolutamente certo, quanto mais árvores melhor. 3 - Jardim do largo Tamandaré, no gramado, uns 3 metros distante da rua. Ali tem ainda muito espaço vago, só de grama. Quando (ou se) os flamboians (uso abrigar a palavra francesa)

perderem as folhas, as quaresmeiras sustentarão a beleza do logradouro e devem estar floridas. 4 – Jardim da Av. Rui Barbosa, que poderá conter 5 ou 6. 5 – Praça Francisco Neves, detrás da Matriz. Há espaço para 5 ou 6. 6 – Na encosta gramada do cruzeiro das Mercês, a direita da escadaria. 7 – Largo da Câmara (Barão de Itambé), n lugar onde estão as piteiras. 9 – Pateo à esquerda da Prefeitura, onde um prefeito destruiu 2 ipês. Ficou uma falha feia. Quaresmeira ou ibisco, ou azaléia, crescendo à vontade, para tapar o feio fundo (uma parede com um vão de porta, ou coisa parecida). 10 – Defronte do Regimento, cá em baixo, naquele platô que vai da paineira até o muro do Marechal Ciro: umas 6, 8, até mais mudas. E outros locais ainda existentes e vagos, é (à?) espera da presença de alguma árvore. FLAMBOIAN: Uma beleza, as 80 mudinhas já plantadas. Mas correm este risco: princípio da seca, friagem noturnas, geadas, sol muito forte durante o dia. E falta água no local. Convém esclarecer que cada muda precisa de 15 litros de água por dia (informação do Aderbal). PODAS: Vi confirmada pelo Aderbal m. opinião: NENHUMA árvore deve ser podada na Avenida Andrade Reis, Pilar, Rui Barbosa, Rua da Prata, et coetera. O natural da árvore é crescer e ficar no máximo do crescimento. Para isso é que se faz arborização urbana. Arvores inteiras, vivendo a sua natureza, e embelezando e purificando, despoluindo a atmosfera urbana. As da rua da Prata (o Fabio é testemunha) elas foram podadas em setembro-73, no exatíssimo mês da Primavera; em dezembro-73, em pleno Verão de calor insuportável, e agora, em março-74. Na av. Andrade Reis, idem. Portanto: em 7 meses apenas, 3 podas seguidas. Pedi ao Aderbal para ver as da R. da Prata. Esteve lá ontem. Confirmou: todas as arvores dos canteiros centrais estão deformadas, aleijadas, pelo excesso de podas. O que não quer dizer que devam ser retiradas. Urgentíssimo é proibir terminantemente qualquer outra poda. Agora deram para podar as belas e raras “cassia minosa” e os manacás, em forma de bola. Podas sem

precisão. Podas de aleijar. Há 2 ou 3 anos uma poda matou uma espatodea defronte do Hotel Brasil. Recentemente, podaram outra espatodea, um só galho grande, atrás do coreto, para proteger aquela horrorosa barraquinha de madeira. E no coreto, defronte à tal padaria-confeitaria, está uma tabuleta de anúncio comercial do bar, a pretexto de “turismo” (\$).

CEDROS: Na chácara do meu cunhado Paulo Campos há umas 15 mudas à disposição, gratuitamente. Mudas excelentes. Podem esperar até a estação chuvosa, se o Prefeito preferir.

FOLHAGENS ORNAMENTAIS: No Pombal, à vontade, gratuitamente, oferecimento do Aderbal, para quando forem necessárias.

EM CONCLUSÃO: algumas quaresmeiras mal plantadas, debaixo de árvores, muito perto de postes, na curva, ainda podem ser mudadas para local melhor. É conveniente uma pequena estaca em cada pé, para assinalar a presença da muda, e mantê-la na vertical, livrando-a também da agitação dos ventos. As mudinhas de flamboians não podem dispensar a água, diariamente, de preferência à tarde, para que o solo permaneça molhado por mais tempo (a noite inteira). As podas em árvores, grandes, médias ou pequenas, devem ser proibidas sem vacilação nem cerimônia. Do contrário, para que serve a árvore, impedida de crescer, ou crescendo defeituosamente? (os troncos engrossam, os galhos mutilados entortam). É o problema mais sério aqui existente, com referência às árvores...

A Comissão de Geografia e Ecologia continua à disposição do Prefeito, sem procurar, em nenhuma situação, interferir em assuntos administrativos ou quaisquer outros. O presente comentário é cooperação absolutamente construtiva e isenta. Não conheço nenhum jardineiro nem fiscais. As restrições feitas (o problema é velho e crônico) não visam prejudicar ninguém. Confirmam apenas o que é do conhecimento geral. O assunto não será levado a plenário, na próxima sessão, à qual comparecerei. A Comissão está assim constituída: A.L.S.C., Aderbal Malta, Carlos de Velasco, Raimundo Monteiro de Araújo e Geraldo

Guimarães. Em seguida vem a assinatura do confrade Altivo de Lemos de Sette Câmara, como Presidente da Comissão de Geografia e Ecologia.

No verso do documento consta um carimbo com o seguinte texto “Plante Árvores Onde Puder. Defenda a Natureza, Fauna, Flora, Águas. Exija da Autoridade Conservação da Natureza. Cidade sem Árvores é Feia e Bárbara. IHG – São João del-Rei”. E mais, apenso ao documento está um cartão com o nome Altivo de Lemos de Sette Câmara impresso e no qual ele faz uma anotação, de próprio punho:

Em tempo: as observações sobre a atual colocação das quaresmeiras (Avenidas e R. da Prata), absolutamente não constituem crítica ou restrições, que seriam descabidas. Creio mesmo que é uma experiência válida. E uma iniciativa generosa e feliz. Desejo ardentemente que não haja maiores dificuldades e o resultado seja um êxito completo. E a beleza da paisagem urbana compensará os receios iniciais e será mais uma vitória do Prefeito. Já comparecerei à próxima sessão. Em 3-3-74.

Este depoimento demonstra as imensas possibilidades e dificuldades que a complexificação da urbanização impõe ao movimento humano para construção de espaços de vida ou civitas, na opinião do nosso confrade Gaio. Além disso, demonstra o grau de detalhamento que é possível se laborar na aplicação de conhecimentos específicos na abordagem da questão da compatibilização da arborização no contexto da urbanização, tão bem apontados no texto dos confrades e casualmente por mim encontrado. Como uma informação complementar junto estava uma cópia do Boletim Informativo Nº 1, do IHG – Setor de Pesquisa e Divulgação – abril de 72, com

uma anotação manual de Reeditado em 1973, portanto datado 3 anos após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, documentos esses que encaminho em retorno à Biblioteca “Geraldo Guimarães” do IHG-SJDR, onde deveriam estar.

Referências

HARARI, Yuval N. *Homo Sapiens*. Porto Alegre – RS, L&PM, 2016;
GAIO SOBRINHO, Antônio. *Et Coetera*. SJDR, UFSJ, 2016, págs. 31 a 38;
SETTE CAMARA, Altivo de Lemos, texto datilografado, com carimbo do IHG-SJDR, de 3 de março de 1974, com adendo manuscrito da mesma data, entregue quando da leitura à Secretária do IHG-SJDR, Ana Maria de Oliveira Cintra. PRSL/IHG-SJDR/março de 2017.

A REALIDADE SOCIAL E HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DEL-REI SOB AS PERSPECTIVAS ARTÍSTICAS DAS AGLUTINAÇÕES CULTURAIS NA MOSTRA VESTÍGIOS

Adilson Siqueira
negrados@ufsj.edu.br

Ivana de Vasconcellos Latosinski
ivana@ufsj.edu.br

Flávio Luiz Schiavoni
fls@ufsj.edu.br

Resumo: A cultura de um povo e um lugar é parte de sua história e, como tal, possui uma necessidade de ser atualizada e revista para garantir que a mesma acompanhe a evolução da sociedade. Neste artigo, apresentaremos um olhar diferente da cidade de São João del-Rei, feito por alunos do curso de mestrado do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) por meio de uma mostra de arte, a IV Mostra Vestígios realizada no ano de 2019. Os alunos deste programa, vindos de São João del-Rei e de outros municípios do Brasil, nos permitem reler a história da cidade por meio de suas obras de arte e pensar a realidade social e histórica de São João del-Rei através da arte e da realidade que estes olhos conseguem ver, assimilar e refletir.

1 - Introdução

O legado histórico e cultural de um povo deve ser mantido vivo e recontado pelos seus autores para que o mesmo não esteja fadado ao esquecimento e se torne uma página virada da história. Isto nos faz refletir que a cultura, enquanto expressão viva de um povo, precisa ser constantemente reescrita e re-

significada de maneira a se atualizar quanto à necessidade da expressão de uma determinada população em um determinado espaço e tempo. Isto porque, mudam tanto as necessidades quanto o povo e, a forma de se expressar sofre alterações com o tempo. Além disto, a história é escrita pelos que possuem voz diante da sociedade e dificilmente há registros dos que foram silenciados. No entanto, buscamos contribuir para que vozes que foram silenciadas no passado possam a ser ouvidas na atualidade.

A cidade de São João del-Rei, famosa por sua tradição antiga e setecentista, recebe regularmente uma população de estudantes, professores e funcionários da Universidade Federal (UFSJ), aqui estabelecida em 1987 inicialmente como Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI) e, posteriormente, a partir do ano de 2002 como Universidade. Esta população, parte flutuante, parte fixa, que não possui uma relação geracional com a cultural local, facilmente se apaixona pela tradição cultural da cidade e tenta se apropriar da mesma, absorvendo-a, influenciando-a e contribuindo para reescrever a história e a cultura local como uma forma de se vivenciá-la e de se tornar parte da mesma, num processo constante de retroalimentação.

Neste contexto de aglutinação cultural, discutiremos a Mostra Vestígios, que é uma mostra de arte organizada pelos alunos do curso de mestrado do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), como parte da avaliação da disciplina Teoria e Crítica da Ação Interdisciplinar: Transdisciplinaridade, Arteciência e Articulação de Saberes. A Seção 2 deste documento traz mais detalhes sobre estes elementos. Com o intuito de discorrer sobre a relação da mostra com a cultura da cidade e como se dá a mesclagem da mesma com as experiências anteriores dos alunos recém-chegados e

ingressos no mestrado, faremos, com vistas a dar ao leitor um possível percurso de análise, nesta mesma Seção, uma breve retrospectiva da IV edição da Mostra Vestígios, que ocorreu entre os dias 22 e 29 de novembro de 2019 e contou com diversos trabalhos expostos, exibição de filmes, oficinas, palestras e mesas redondas.

As obras apresentadas são trabalhos que podem e devem ser entendidos individualmente mas que possuem relações entre si, fios finos que transformaram a mostra em um trabalho coletivo composto de trabalhos coletivos. Uma forma de entender as possíveis relações destes trabalhos é entender a cidade de São João del-Rei como o fio que une uma poética comum nas obras. Na Seção 3, apresentamos a cidade como este fio condutor, seus anseios, belezas, peculiaridades, individualidades. Uma cidade que acolhe mas que também agride e que, por isso mesmo, se torna palco para estudantes e artistas criarem, pensarem e discutirem sua cultura.

Por fim, este trabalho não traz uma conclusão. Deixamos para a Seção 4 algumas divagações inconclusivas de como a relação do espaço urbano com a cultura local pode se tornar o fio condutor de trabalhos de artistas aglutinados em uma mostra por simplesmente coexistirem em um mesmo espaço-tempo.

2 - Contexto do trabalho

Os docentes do PIPAUS promovem, desde o surgimento do programa em 2016, uma mostra de criação artística denominada Mostra Vestígios⁷⁶ como avaliação final da disciplina Teoria e Crítica da Ação Interdisciplinar: Transdisciplinaridade, Arteciência e Articulação de Saberes. Esta

⁷⁶ O site <https://mostravestigios.ufsj.edu.br/> apresenta o histórico desta mostra com todos os trabalhos já apresentados na mesma.

disciplina é obrigatória e tradicionalmente os alunos ingressos no programa cursam ela em seu primeiro semestre e, conseqüentemente, participam desta mostra.

A mostra Vestígios, assim como o PIPAUS, se propõem a aplicar pesquisa teórica e prática que dediquem-se a difundir o conceito de sustentabilidade em suas implicações para as artes, as urbanidades e as práticas culturais visando o desenvolvimento de linguagens e proposições estético-filosóficas interdisciplinares com vistas ao desenvolvimento de uma nova eco-poética baseada nos princípios da sustentabilidade. Visa, também, pesquisar as implicações dos princípios da sustentabilidade para as práticas contemporâneas nos campos das artes e da cultura e suas inter-relações com o espaço urbano e a sustentabilidade, conforme proposto pelo paradigma da sustentabilidade e pelo conceito de “sustentabilidade como uma nova fronteira para as artes” (SIQUEIRA, 2010) de modo a desenvolver e exibir técnicas, linguagens e ações práticas com base nas relações entre artes, urbanidades e sustentabilidade.

Assim, a mostra consiste na exibição de fragmentos dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos com base no conteúdo estudado durante o primeiro semestre do curso, a partir das teorias e dos autores propostos e de uma prática idealizada em grupo. O resultado é um trabalho teórico-prático abordando a transdisciplinaridade de forma aplicada (NICOLESCU, 2008). O Vestígio desta prática e o resultado do aprendizado por parte destes alunos é o que será apresentado na Mostra aqui apresentada.

Esta mostra traz também a integração das disciplinas cursadas pelos alunos com seus projetos de pesquisa no mestrado. Agregar suas propostas individuais em um trabalho coletivo é parte do desafio apresentado aos alunos. Com isto, a proposta de prática que todos os alunos do mestrado devem

executar juntamente com sua dissertação, para a obtenção do título de mestre, passa a ser possível dentro da execução desta primeira ação.

Além de elaborar um trabalho artístico para a mostra, os alunos também organizam a exposição, auxiliam com a curadoria, programação, divulgação e montagem. Este trabalho, que certamente encontra-se entre as habilidades esperadas de um discente egresso do mestrado, costuma ser inédito para os alunos e serve para auxiliá-los a entender o funcionamento de uma mostra de Artes e a superar as dificuldades encontradas na realização de tal tarefa.

Usamos o termo aglutinação para descrever os trabalhos apresentados nesta mostra pois, por se tratar de um mestrado interdisciplinar, os alunos deste programa possuem formações em áreas distintas sendo que muitos alunos ingressantes do PIPAUS não possuem experiência com o desenvolvimento de trabalhos artísticos e são convidados a estudar algumas obras, analisar suas poéticas e então se reunir em grupos para o desenvolvimento de uma prática artística que envolve ArteCiência, Urbanidade e Sustentabilidade. Para os alunos que possuem experiência com criação artística fica o desafio de trabalhar esta temática e também trabalhar em grupo e auxiliar seus colegas com questões técnicas e estéticas de seus trabalhos coletivos.

Para exemplificar esta aglutinação, a Mostra Vestígios em 2019 contou com a participação de alunos com graduação em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Produção, Ciências Econômicas, Museologia, Artes Aplicadas, Cultura de Moda e Artes, Gestão Ambiental, Marketing, Dança, Administração, Artes e Design, Letras, Direito e vindos de diferentes cidades como Ipatinga, Congonhas, Juiz de Fora, Muriaé, Rio de Janeiro, Varginha e Viçosa, assim como moradores de São João del-Rei.

Além disto, a curadoria da mostra foi feita por professores de áreas distintas e vindos de cidades diferentes, Adilson Siqueira, natural de Campinas e professor do departamento de Artes Cênicas, Ivana Latosinski, natural de Porto Alegre e professora do departamento de Matemática e Estatística, e Flávio Schiavoni, natural de Maringá e professor do departamento de Ciência da Computação, todos da UFSJ.

Esta IV Mostra Vestígios contou com 6 trabalhos apresentados pelos alunos ingressos além de uma mostra de vídeos, palestras, mesas-redondas e oficinas. Os trabalhos apresentados foram:

O olhar de quem? (Wanessa Bittar, Tatiane Bispo, Francisco de Assis e Aroldo Castanheira): Vivência fotográfica sobre urbanidades invisíveis. Iniciada com uma roda de conversa, onde os participantes são provocados a refletir sobre uma São João del-Rei pouco conhecida. Camadas de invisibilidade que perpassam caminhos sobrepostos, betas, pessoas e lugares à margem. A partir da subjetividade do olhar e da técnica de sobreposição de imagens, foram criadas diferentes camadas de percepção sobre o espaço e a urbanidade experimentada pelo coletivo, revelando uma cidade encoberta pela ótica turística.

CidaDelas (Adriano Moraes, Jéssica Felipe, Letícia Bassi e Mariana Pereira): Entre vidraças, janelas e caminhos, a obra propõe denunciar os perigos que o patriarcado gera às mulheres. O que você vê por entre as vidraças? Ao abrir a janela do machismo, você olha por entre, vê através ou ignora o que revela? CidaDela incorpora um castelo, um tipo de fortaleza ou fortificação, construída pelas cidades patriarcais, provocando através dos símbolos e dos sentidos, os olhares de quem habita as ruas; mostrando a submissão e opressão existente nas cidades para as mulheres. É preciso coragem para olhar-se no espelho e

refletir no habitar qual o seu lugar nas ruas. O que o espelho lhe convida a refletir? Quem sabe juntos e juntas possamos construir algo diferente! Adentremos a esse possível labirinto sem filtro.

Philomela (Aroldo Castanheira, Dalva Pereira, Luziany Oliveira, Mavi e Tatiane Bispo): Conta a mitologia grega que uma princesa e tecelã foi violentada por seu cunhado, que lhe corta a língua na esperança de não ser descoberto. Sem voz, a princesa Philomela, tece uma tapeçaria que conta a sua história. Ponto por ponto somos colocadas à mercê do destino e silenciadas, nossas vozes, nossos corpos e nossa existência. E é aqui que esta proposta te convida a fazer como Philomela e marcar no mapa tantas das violências que tecem sobre nós e para além disso interferir nessa tapeçaria que vela e encobre nosso bradar de denúncia.

Para além do que se vê (André Filipe Azzi de Carvalho, Diego José Mendonça, Grazielle Acaroni Ribeiro, Jorge Luiz Fernandes Morais e Letícia Lara do Carmo): Em um cenário que se propõe a satisfazer os prazeres da momentaneidade, para o que você fecha os olhos? Somos bombardeados de informações e publicidades todos os dias, de maneira ininterrupta. Nos celulares, na televisão, na cidade: elas estão em todo lugar, nos fazem promessas, nos vendem sensações. Entretanto, o que se vê depende da perspectiva que se olha. Esta obra é um convite para experimentar o que as telas não mostram.

Saboreie às escuras e descubra o que é (Fernanda Nágila, Francisco de Assis, Karine Bittencourt, Rogério das Dores): A proposta da obra é divulgar as plantas alimentícias não convencionais (PANCS), que são plantas pouco consumidas, mas de grande valor nutricional.

APARTE (Camila Nolasco, Deborah Silva, Anakelly Santos): Eu chego, caminho, atravesso, faço parte. APARTE é um convite para olhar diferente. Através das marcas que

deixamos, vemos o que somos. Um convite para olhar através do que acontece, em outras perspectivas. Ver a si abre caminhos para outros olhares. Olhar o outro. Vejo e sou visto, deixo minha marca, fragmentos do cotidiano transformados em reflexos. A luz percorre um caminho autoreflexivo, emoldurada por uma diagonal marcada por rastros. O movimento da roda é o verdadeiro pincel, mas aqui a interatividade é estática e deixa uma pergunta: quais marcas te trouxeram até aqui?

Todos os trabalhos propuseram um olhar sobre a cidade a partir da experiência dos seus autores, a qual, representa em seus espaços, as qualidades e defeitos que constroem sua sociedade, seus integrantes e ela própria cidade. O recorte da cidade feito especificamente nas seis obras descritas acima, mas também nas mesas redondas e nos filmes exibidos, constituem-se como um processo de mediação artística crítica que levam quem as flui a pensar em formas de desenvolvimento e convivência social mais justos, ao deparar-se com referências e abordagens feitas por um recém-chegado, aluno do PIPAUS.

3 - Discussões sobre as obras

Ao analisarmos as obras apresentadas nesta mostra notamos que a mesma se tornou um espaço para discutir o espaço. O espaço artístico acolheu a discussão do espaço urbano e permitiu divagações sobre como este, em um contexto histórico, influencia a vida das pessoas no momento atual e vice-versa. Diante disto, podemos analisar quais questionamentos aconteceram motivados pela reflexão sobre o espaço e história da região.

A obra "O olhar de quem?" trouxe um registro fotográfico de vivências sobre urbanidades invisíveis de São João del-Rei. Nela, os autores buscaram refletir sobre uma cidade pouco conhecida por estar muitas vezes encoberta pela

ótica turística. Foi realizada uma vivência por meio de caminhos inéditos e releitura dos caminhos já conhecidos da cidade, levando em conta as pessoas e conversas encontradas no trajeto. Neste caminho, presenciou-se o resgate da história local na década de 80 na região do bairro Senhor dos Montes, quando ocorreu uma corrida do ouro na região central da cidade. Este passeio revelou as inúmeras betas, túneis cavados por garimpeiros, existentes nas encostas da Serra do Lenheiro. Durante o passeio, os participantes foram incentivados a fotografar trechos do caminho e em uma aplicação web fazer uma composição de duas fotos sobrepostas de maneira que dois olhares pudessem ser sobrepostos. Nesta vivência, fomos confrontados com a realidade de, apesar da grande presença do ouro na região, seus moradores pertencem a camadas pobres e invisíveis social e politicamente. Além disso, este passeio demonstrou que nesta região existe a ocupação urbana em áreas inadequadas (ALMEIDA, VENTORINI, 2014) e a incerteza de sua preservação (GOMES, FERREIRA, PEREIRA, 2018). Hoje estas betas, que contam a história recente do ouro na cidade, estão cobertas por lixo.

O lixo, que um dia foi bem de consumo e que hoje impede o acesso às betas, se mostrou presente em outra obra da mostra se tornando a matéria prima evidente do trabalho "Para além do que se vê". A obra foi criada a partir de uma estrutura orgânica, de bambu e arame, coberta com papelão e com seu interior revestido de publicidades do comércio local, se apresentando como uma denúncia do consumismo desenfreado e as consequências que isso desencadeia na sociedade. A obra trouxe ainda, por meio de estímulos visuais e sonoros, a sensação de como gradativamente as propagandas feitas para seduzir e impressionar se tornam resíduos sem destino definido por seus usuários e muito menos por seus produtores, desencadeando

assim, alarmantes impactos negativos no equilíbrio dos sistemas naturais.

O resíduo foi também matéria-prima de outra obra, "Philomelas". Um tecido tricotado com um fio criado de sacolas plásticas de mercado se apresentava no meio desta obra e não era evidente que tal peça foi feita a partir de lixo e descarte. Tesouras penduradas nesta trama convidavam os visitantes a violar a malha e destruir a obra. Abaixo desta peça, um grande mapa da cidade de São João del-Rei mostrava estatísticas de lugares onde havia denúncia de violência contra a mulher e permitiam outra visão para este mapa tão conhecido. Atrás da trama, outro mapa convidava as visitantes a marcarem os locais da cidade de São João del-Rei onde foram vítimas de algum tipo de assédio.

A violência contra a mulher e a discussão sobre o espaço da mulher na sociedade contemporânea também foi o tema da obra "CidaDelas". A obra é uma instalação que conta com diversos planos para apresentar uma reflexão sobre a mulher na sociedade atual, de sua objetificação até os assédios e abusos sofridos. O visitante é convidado a adentrar em uma espécie de habitáculo construído como instalação. Do lado de fora uma fortaleza construída pela sociedade patriarcal e no interior o escancaramento de diversas violências diárias sofridas pelas mulheres na cidade, propondo outra forma de olhar para as casas e suas fortalezas.

Um outro olhar também é o fio condutor da obra "APARTE". Esta obra parecia ser um tapume de obra, atropelado e marcado por pneus de carros, mas com vãos no meio que desvelam seu interior. Isto trouxe um convite a novos olhares, pois em seu interior havia uma iluminação e espelhos dispostos de diferentes formas, por meio dos quais era possível que o visitante se visse, fosse visto, visse outro participante ou visse

fragmentos do espaço em que a obra estava inserida permitindo também um outro olhar sobre o cotidiano.

Indo para além do olhar, a obra "Saboreie às escuras e descubra o que é" abordou a culinária como forma de arte e também como um ato social e político, apresentando receitas à base de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) e convidando os visitantes a experimentarem gostos e aromas não convencionais a partir de plantas muitas vezes conhecidas. Os visitantes foram ainda convidados a relatar suas experiências palativas e a deixarem outras receitas para completar a obra, de maneira interativa. A obra contou também com um vídeo de um dos autores fazendo uma de suas receitas e, diante do vídeo, a exposição da faca utilizada para cortar o alimento com os dizeres "A faca do preto".

4 - Divagações inconclusivas

O presente trabalho apresentou uma análise das obras da IV Mostra vestígios pensando a realidade de São João del-Rei como um fio condutor que une as obras desta exposição. A mostra e as demais atividades que compuseram a sua programação criaram um espaço que permitiu pensar o espaço/a cidade em que se vive ou em que se está, tanto àqueles que a construíram como ao público, com um olhar que faz uma reflexão sobre a cultura, a história e a geografia da cidade, sejam elas visíveis ou sobre as quais se produz esquecimento (CONNERTON, 1999). Esta mostra foi também uma oportunidade de os alunos compartilharem com a população local o aprendizado adquirido em seu mestrado.

Pode-se afirmar que todas as obras desta mostra fizeram abordagens de temas do cotidiano urbano de São João del-Rei e procuraram, ao fazê-lo, sensibilizar seus habitantes, seus modos de conviver e relacionar o espaço urbano através da releitura de

espaços da cidade, de seus objetos e de situações que nela ocorrem de modo a fomentar a expor afetos e perceptos, despertar sensibilidades, representar e questionar comportamentos, hábitos e padrões arraigados nas entranhas da cidade e nos corações e mentes de seus habitantes e frequentadores levando-os a percorrer um caminho a cada obra e refletir para além do tradicional.

Além disto, esta mostra só é possível devido a coexistência de alunos moradores de São João e alunos vindos de outras cidade. Na obra "O olhar de quem", por exemplo, foi necessário a interação entre os alunos moradores de São João, que conheciam as betas, e alunos de outras cidades, que não a conheciam e que desejavam conhecer. O olhar do estrangeiro sobre o espaço cotidiano do morador permitiu a existência de um outro olhar sobre o espaço antes tão comum e agora revisitado. Devido a esta diferença, a visita a estes espaços se apresentou como uma possibilidade para a troca de saber extracurricular e interdisciplinar. É a possibilidade de criar um espaço sobre o espaço, e, com a mostra, abrir um espaço para discutir esta cidade pelo olhar de quem é daqui e dos que chegaram.

Esta aglutinação pode ser tomada do ponto de vista didático-pedagógico e permitiu que a diferença se tornasse uma vela motriz da criação artística transformando o conhecimento exclusivo dos alunos em um conhecimento coletivo à disposição de todos, algo que podemos dizer, se desenvolveu à luz das indagações de Paulo Freire:

por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não

estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (FREIRE, 2002, p. 32)

Esse elemento motor está relacionado com a bibliografia e a metodologia utilizadas na disciplina Teoria e Crítica da Ação Interdisciplinar: Transdisciplinaridade, Arteciência e Articulação de Saberes que teve como um dos objetivos um convite ao ativismo, como ferramenta decolonial, que pretende visibilizar e enfrentar a matriz colonial do poder cujo elo entre a ideia de raça como instrumento de classificação e controle social e o desenvolvimento do capitalismo mundial é parte constituinte da nossa história.

Assim, a realidade concreta presente na história recente da cidade, como pode ser visto nas pixações do "Muro da Estação", serviu de inspiração para as obras cujo teor feminista deu um outro lugar de fala às mulheres em grupos de trabalhos com pessoas de ambos os gêneros. Entendemos com isto que “o feminismo para os 99% está emergindo do cadinho da experiência prática, tanto quanto possível influenciada pela reflexão teórica” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.42) e, neste sentido, a ideia de que a igualdade de gênero e de fazer da cidade um lugar seguro para todos implica em torná-la um espaço seguro para a mulher. Esta ideia esteve fortemente presente na Mostra, nas obras, palestras e mesas redondas. A recorrência desse tema em várias obras revela a ânsia atual das mulheres em discutir, denunciar e transformar a realidade com que se defrontam nas cidades, inclusive em São João del-Rei.

Outras realidades, como o racismo, também foi foco de trabalhos desta Mostra. A cidade, que foi erguida pelos escravos, possui uma dívida histórica com a população negra, suas culturas e tradições. Estes negros, que trabalharam e ainda trabalham no garimpo, nunca ficaram com as riquezas que a mineração gerou e ainda gera na região. No entanto, podemos notar que boa parte dos alunos que participou da Mostra se identifica como negro ou pardo e busca na arte uma possibilidade de apresentar um protagonismo e uma identidade diferente da que a tradição histórica apresenta.

Ao propor uma leitura decolonial da cidade de São João del-Rei, lembramos que:

um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de que intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 2002, p. 75)

Diante desta reflexão podemos intuir que a mudança proposta na citação acima aparece na Mostra como algo que está a ser construído, no modo como vemos, habitamos, nos inserimos e contribuímos para a construção histórico-geográfica humana da cidade.

Referências

- ALMEIDA, Gustavo Pyra; VENTORINI, Silvia Elena. Mapeamento participativo de áreas de risco a movimento de massa no bairro Senhor dos Montes–São João del-Rei, MG. *Caderno de Geografia*, v. 24, n. 1, p. 79-93, 2014.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo Editorial, 2019.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GOMES, Ivair; FERREIRA, Arlon Candido; PEREIRA, Filipe Cesar. Percepção ambiental da população residente no entorno do parque ecológico municipal da serra do lenheiro: estudo de caso dos bairros senhor dos montes e tejuco município de São João del-Eei/mg. *Caminhos de Geografia*, v. 19, n. 66, p. 345-360, 2018
- NICOLESCU, Basarab. *Transdisciplinarity - Theory and Practice* (Ed.), Hampton Press, Cresskill, NJ, USA, 2008.
- SIQUEIRA, Adilson. *Arte e sustentabilidade: argumentos para a pesquisa ecopoética da cena in Moringa: Teatro e dança*. João Pessoa, Vol.1, n.1. 87-99, janeiro 2010.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas*. Visão Global,Joaçaba, v. 15, n. 1-2, jan./dez. 2012, p. 61-74.

ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA NOS PROCESSOS CRIATIVOS

Thiago de Andrade Morandi⁷⁷

RESUMO

Este breve texto traz um resumo de uma pesquisa que tem como objeto de estudo compreender como o espaço, tempo e memória são elementos de constituição de processos criativos de artistas. Tendo como estudo de caso a cidade de São João del-Rei (MG), são apresentadas algumas obras realizadas ao longo dos séculos e mais recentemente com o uso de tecnologia ubíqua. Dividimos este estudo em: 1. camadas de memória, em que subdividimos historicamente alguns períodos da humanidade e surgimento da cidade como possíveis camadas para análises; 2. *Insights* para realização das obras e intervenções, que são procedimentos e/ou acontecimentos que estimulam os artistas para realizarem seus processos de criação; 3. Processo criativo, em que são colocadas em prática a criatividade e os procedimentos de execução artística; 4. O uso de aparelhos ubíquos para registros de paisagens e patrimônio.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte da pesquisa que desenvolvi no Mestrado em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS),⁷⁸

⁷⁷ Doutorando em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

⁷⁸ Urbanografia e criatividade coletiva: espaço, tempo e memória na constituição de processos criativos. Dissertação de Mestrado. Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2->

da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em que busquei compreender como aspectos de espaço, tempo e memória constituem processos de criação artísticas em São João del-Rei (MG), analisando algumas obras e intervenções, assim como algumas criações artísticas realizadas por mim durante o período de investigação. Este estudo continua em andamento, desta vez no Doutorado em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em que proponho compreender por meio da antropologia visual, como alguns elementos sociais e digitais contribuem para os processos de criação, com maior foco para as intervenções de arte urbana, comparando obras de São João del-Rei e Belo Horizonte. Ao longo deste texto, vou abordar alguns dos conceitos trabalhados durante a pesquisa, assim como serão trazidas algumas análises de obras e intervenções.

ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA

Para Morandi, Schiavoni e Miranda (2018) o espaço tempo e memória são elementos fundamentais para que processos criativos sejam desenvolvidos. Espaço pode ser considerado em analogias como o local em que são desenvolvidas as obras ou que de certa forma inspiram os artistas a executarem suas criações artísticas, também pode ser compreendido como o local em que são realizadas as relações sociais dos indivíduos. Tempo pode ser relacionado ao período histórico em que estão inseridas as obras e intervenções. Memória por sua vez é remetido a um conjunto de elementos que são constituídos para as criações, podendo ser históricos,

repositorio/File/pipaus/URBANOGRAFIA%20E%20CRIATIVIDAD
E%20COLETIVA%20-%20Dissertacao%20Final%20ok.pdf. Acesso
07 abr. 2020.

temporais e/ou relacionados diretamente ao espaço em que estão inseridos, mais recentemente a memória ganha inclusive outros aspectos, se inserida no âmbito digital do ciberespaço das redes sociais.

CAMADAS DE MEMÓRIA

Para análise de algumas obras em São João del-Rei, identificamos possíveis quatro camadas de memória, que são historicamente divididas em: 1. a pré-história; 2. o surgimento da cidade; 3. os dias atuais (leia-se as últimas décadas); e 4. a contemporaneidade influenciada pelo mundo virtual, esta última, explorando sobretudo novas possibilidades narrativas, por meio de registros ubíquos de obras de arte urbanográficas.

Importante, destacar que não é possível especificar com exatidão cada uma dessas camadas. Alguns momentos as camadas podem inclusive mesclar-se e desmembrar-se em outras subcamadas, devido a acontecimentos específicos de cada espaço e tempo em que estão inseridas. Além disso, se esta análise for aplicada em outros territórios elas podem alterar em relação ao período histórico.

Pré-história

São João del-Rei têm registros de arte rupestre, encontradas na Serra do Lenheiro, que datam de cerca de 9 mil nos a.C. (SALES, 2012), e que formam junto com cidades da região o que pode ser considerado como uma rota indígena milenar.

As pinturas rupestres são o que podemos considerar como as primeiras manifestações de marcação de território no espaço, “elas são as primeiras representações artísticas, as primeiras pinturas, os primeiros registros de imagem em movimento, as

primeiras escritas e etc.” (MORANDI, SCHIAVONI, MIRANDA, 2018, p. 57)

Figura 1: Imagens de pinturas rupestres.



Encontradas na Serra do Lenheiro, em São João del-Rei, no alto no sítio na área de treinamento do exército, abaixo em outro sítio próximo ao primeiro, porém fora da área militar. Fotos: Thiago A. Morandi, 2017.

Surgimento da cidade

Em Minas Gerais a maior parte das cidades surgiram em virtude da exploração do ouro, São João del-Rei não é diferente.

A cidade surgiu nos anos de 1700 devido à grande quantidade de ouro encontrada na região. A paisagem da cidade serviu como inspiração para criações artísticas diversas, desde pinturas de viajantes oitocentistas até a própria arquitetura das igrejas barrocas. Neste aspecto a cidade tanto serviu como inspiração para criações, quanto para utilização de matéria prima para realização de obras.

Tendo como o primeiro registro visual da cidade, uma pintura de Johann Moritz Rugendas (1802-1858), retratando aspectos da cidade nos seus 1800, com destaque para a imponência da Serra do Lenheiro na paisagem.

Figura 2: Vista de São João del-Rei, pintura feita e 1824



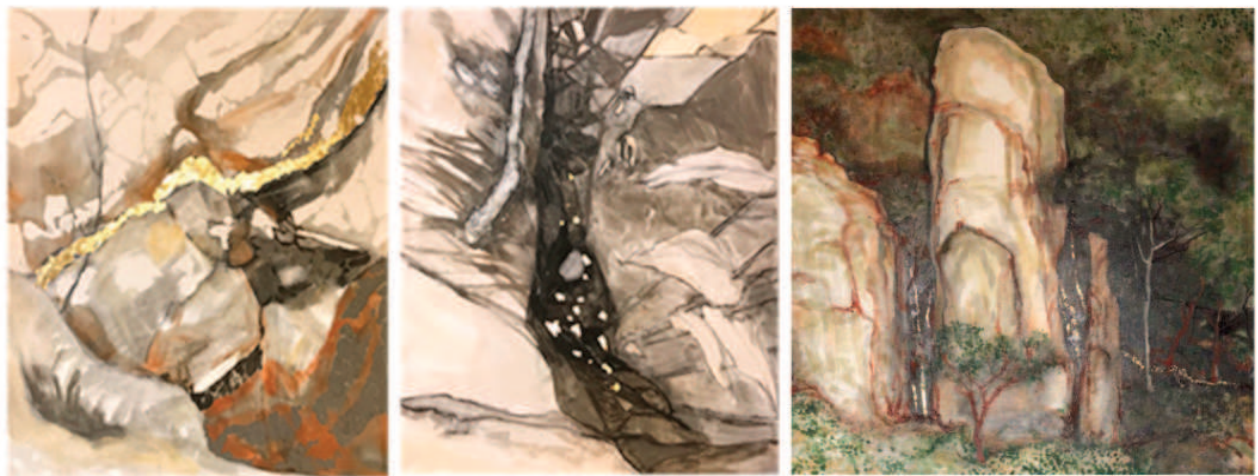
Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.

Dias atuais (leia-se as últimas décadas)

Nossa terceira camada de memória foca nas últimas décadas e até mesmo nos últimos anos, em criações artísticas que utilizam o espaço como local de inspiração ou palco para realização de suas obras de arte, ou até mesmo o utiliza como matéria prima para suas criações.

Destacando obras teatrais, pinturas e intervenções, temos por exemplo, o espaço enquanto território tanto para inspiração quanto para execuções de processos criativos. No exemplo abaixo, trazemos algumas pinturas de Zandra Miranda, que utiliza a paisagem de São João del-Rei como inspiração e também retira da Serra do Lenheiro matéria prima para criação de tintas feitas com terra para execução de seu processo criativo.

Figura 3: Pinturas de Zandra Miranda.



Pinturas sobre tela em carvão, terra com aglutinantes acrílicos e folheação a ouro. Registro do processo de elaboração (à esquerda e ao centro) | Pintura sobre tela em terra e ouro, com o acréscimo das camadas finais, contendo aglutinantes à base de óleo de linhaça e verniz de resina Damar. 60X60 cm (à direita). Imagens da artista Zandra Miranda, 2017.

Também enquanto utilização do espaço como elemento de inspiração, podemos enquadrar nesta camada a criação do filme *Voz dos Sinos* (2018), em que as paisagens sonoras

(SCHAFER, 2001) foram fundamentais para que os processos de criação se constituíssem.

Contemporaneidade influenciada pelo mundo virtual

A quarta camada é inserida no que chamamos de era da ubiquidade, em que aspectos ubíquos e de criatividade interferem direta e indiretamente nos processos criativos. Com maior destaque para as criações de criatividade cotidiana coletiva que envolvem tecnologia.

INSIGHTS E PROCESSO CRIATIVO

Os *insights* são momentos que causam no artista atos de intuição para processos criativos diversos. Pode ser o próprio ato de caminhar, o contato com a cidade e suas paisagens, dentre elas a paisagem sonora, outros artistas e/ou obras realizadas e em mesmo espaço. Ostrower (2010, p.57) afirma que

O que caracteriza os processos intuitivos e os torna expressivos é a qualidade nova da percepção. É a maneira pela qual a intuição se interliga com os processos de percepção e nessa interligação reformula os dados circunstanciais, do mundo externo e interno, a um novo grau de essencialidade estrutural, de dados circunstanciais tornam-se dados significativos. Ambas, intuição e percepção, são modos de conhecimento, vias de buscar certas ordenações e certos significados. Mas, ao notar as coisas, há um modo de captar que nem sempre vem ao consciente de forma direta. Ocorre numa espécie de introspecção que ultrapassa os níveis comuns de percepção, tanto assim que o intuir pode dar-se em nível pré-consciente ou subconsciente.

Tendo como base o que Ostrower (2010) nos apresenta, percebemos que estes atos intuitivos podem se dar de forma consciente ou inconsciente, o que nos leva ainda a remeter a uma

170

outra possibilidade que podem causar os atos intuitivos de *insights*, que é a criatividade cotidiana coletiva.

Relacionamos a criatividade cotidiana coletiva com a inteligência coletiva (LÉVY, 2011a), que é diretamente ligada aos aspectos da cibercultura, em que o autor vê o ciberespaço (LÉVY, 2011b) como um território para ampliação e compartilhamento do conhecimento. Quando tratamos sobre a criatividade coletiva, vemos o espaço digital da web como um território para que haja atos intuitivos diversos, trocas de experiências, conhecimentos e afins. Afinal toda carga emotiva que o artista carrega em suas obras é proveniente de um conhecimento que é adquirido ao longo de suas vivências e sobretudo com suas relações entre indivíduos na sociedade.

Em outros campos da ciência, como nas ciências sociais, tal relação pode ser ainda comparada como um remix² de conhecimentos e emoções, algo muito debatido em um documentário que trata sobre essas novas formas de se relacionar em sociedade.⁷⁹

REGISTROS UBÍQUOS DE PAISAGENS E PATRIMÔNIO

Para compreender o que são os registros ubíquos necessitamos entender um pouco de onde vem este termo. Em um artigo publicado na Revista *Em Sociedade*, explico a utilização da palavra ubíqua no uso de novas tecnologias, principalmente após uma publicação de Mark Weiser, que explicava as ondas históricas da computação.

Weiser (1991) dividiu essas ondas em três:

⁷⁹ Tudo é um REMIX - Everything is a Remix - Documentário Completo Dublado. Disponível em: <https://youtu.be/yoIZzk31OMg>. Acesso em 07 mar 2020.

a primeira onda é o surgimento dos primeiros computadores, aqueles megacomputadores que exigiam um número enorme de aplicações; a segunda é apontada como facilidade do acesso a computadores e o surgimento da internet, assim como o seu uso praticamente em todos os processos e atividades de tomadas de decisão; esta segunda onda está presente nos meios de comunicação, softwares, aplicativos, sistemas de segurança, de informação, dentre outros; a terceira onda é a computação ubíqua, que permite que chips estejam instalados em dispositivos diversos e que passam a ser interconectados por grandes redes. (MORANDI, 2019, p. 138)

Portanto, desta terceira onda, vivenciamos atualmente uma era da ubiquidade, que nos possibilita estar conectados em todo local, afinal o uso de chips e tecnologia computacional está presente em praticamente tudo. Os celulares estão cada vez mais modernos e com sensores que possibilitam captação de imagens inimagináveis há algum tempo atrás; atualmente o uso de drones na obtenção de imagens também nos possibilita visualizar ângulos até então inexplorados pela maioria dos olhos humanos, enfim, estes registros ubíquos que aqui destacamos provêm disso: do uso de tecnologia na captação de imagens, sejam elas imagens fixas ou em movimento.

Em São João del-Rei o uso da captação de imagens por meio de aparelhos ubíquos é cada vez mais comum, principalmente em manifestações que envolvem celebrações e manifestações religiosas. Os sineiros, por exemplo, utilizam de sua criatividade cotidiana para registrar o dia a dia nas torres das igrejas. Contribuindo de forma indireta para um registro de

memória deste que é registrado como patrimônio imaterial de Minas Gerais.⁸⁰

Os sineiros da cidade mantêm uma página “sineiros das Gerais” no facebook, local em que postam suas atividades nas torres, a maior parte dos registros são feitos com o uso de telefones celulares, e em muitos casos utilizam da ferramenta de transmissão ao vivo nas publicações.⁸¹

Outras formas de registros ubíquos também são utilizados na captação de imagens de patrimônios imateriais, destaco o filme *Voz dos Sinos*,⁸² que em sua abertura é todo filmado com imagens aéreas de algumas igrejas de São João del-Rei. O filme é inspirado no livro *Sentinelas Sonoras* (DANGELO; BRASILEIRO, 2013) e conta um pouco da atividade dos sineiros, da linguagem dos sinos e sobre o aspecto mecânico sonoro dos mesmos. Outros filmes que destacam o uso de tecnologia são os registros feitos por mim do “Combate dos Sinos”⁸³ e do toque “Senhora Morta”,⁸⁴ feitos com uma câmera 360°, que possibilita sensação em realidade virtual.

⁸⁰ Linguagem do Toque dos Sinos de Minas Gerais é registrada como patrimônio nacional. Portal IPHAN. 03 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2685/linguagem-do-toque-dos-sinos-de-minas-gerais-e-registrada-como-patrimonio-nacional>. Acesso em 07 abr. 2020.

⁸¹ A página surgiu após o Primeiro Encontro de Sineiros, organizado pelo IPHAN e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de São João del-Rei, em 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/sineirosdasgerais>. Acesso em 07 abr. 2020.

⁸² Documentário *Voz dos Sinos*. Disponível em: https://youtu.be/JWkARHxYY_k. Acesso em 07 abr. 2020.

⁸³ *Combate dos Sinos- 360 graus*. Documentário. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/uXj-6K6ybtQ>. Acesso em 07 abr. 2020.

⁸⁴ *Toque Senhora Morta em 360°*. Documentário. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/7HVnyUfPCjo>. Acesso em 07 abr. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos ao longo do texto alguns elementos que influenciam os processos criativos de artista, conceituando de forma resumida as camadas de memória propostas na pesquisa, assim como exemplificando com algumas obras artísticas.

Podemos dizer também que o espaço, tempo e memória são elementos que contribuem para os atos intuitivos de *insights* nos processos criativos, sejam eles de forma consciente, inconsciente ou influenciados pela criatividade coletiva. Ao tratar como o ciberespaço também é constituído de espaço, tempo e memória trouxemos alguns exemplos analíticos do uso da criatividade cotidiana coletiva, com destaque para o uso de tecnologia ubíqua no registro e captação de paisagens.

Por ser um texto breve foram apresentados somente alguns pontos que podem ser debatidos e explorados com maior ênfase, inclusive os inserindo de forma interdisciplinar em outras áreas do conhecimento. Sendo, portanto, assuntos com diversas possibilidades de investigação científica.

REFERÊNCIAS

DANGELO, André Guilherme Dornelles; BRASILEIRO, Vanessa Borges. *Sentinelas*.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad Carlos Irineu da Costa. 3 ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Editora 34, 2011a.

_____. *A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. -8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.

MORANDI, Thiago de Andrade. *Revista do departamento de Ciências Sociais* – PUC Minas – v. 2, n. 1, p. 135-152. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/emsociedade/article/view/21854>. Acesso 07 abr. 2020.

MORANDI, Thiago de Andrade; SCHIAVONI, Flávio Luiz; MIRANDA, Zandra Coelho de. *Análises de processos criativos influenciados pelo espaço e memória*. R. Inter. Interdisc. Art&Sensorium, Dossiê SIAUS - Curitiba, v.5, n.1, p. 55 - 68 Jan.-Jun.

2018. Disponível em:
<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/sensorium/article/view/2256>
. Acesso em 28 jul 2018.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processo de criação*. 25 ed.-
Petrópolis, Vozes, 2010.
- SALES, Cristiano Lima. *A Estrada Real nos cenários arqueológico,
colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico –
culturais de um caminho*. UFSJ: 2012. Disponível em:
[https://www.ufsj.edu.br/portal2-
repositorio/File/pghis/dissertacaoCristianoLima.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/dissertacaoCristianoLima.pdf). Acesso em 29 set
2018.
- SCHAFER, R. Murray. *A afinação do mundo: uma exploração
pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais
negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. – São
Paulo: Editora UNESP, 2001.
- SILVA, Armando. *Atmosferas urbanas: grafite, arte pública, nichos
estéticos*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. – São Paulo:
Edições Sesc São Paulo, 2014.
- WEISER, M. The computer for the 21st century. *Scientific American*.
v. 265, n. 3, p. 94-104, 1991. Disponível em:
[https://www.ics.uci.edu/~corps/phaseii/Weiser-Computer21stCentury-
SciAm.pdf](https://www.ics.uci.edu/~corps/phaseii/Weiser-Computer21stCentury-SciAm.pdf). Acesso em 28 de junho de 2018.

O SENADO DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL- REI E O QUILOMBO DO AMBRÓSIO SETECENTISTA

J. Afrânio Vilela⁸⁵

Sócio correspondente
mahegiav@gmail.com

Acordaram em se escrever ao Sr. Governador dando-lhe conta em como Bartolomeu Bueno pede, por uma carta escrita ao Sargento mor João Rodrigues Silva o qual a apresentou a este Senado, a quantia de oitenta ou cem oitavas de ouro para vestir uns soldados índios, chamados Bororos com digo Bororos que está o dito Bueno para mandar vir dos seus presídios para os assistir e preparar para a saída de Campo Grande.⁸⁶

Primeiros dias de 1759. Reunidos, os “homens bons”, os vereadores e o Senado da Câmara da hoje São João del-Rei, por ordem do Governador Gomes Freire, do Rio de Janeiro e das Minas do Ouro, foi outorgado poder absoluto ao governador-comandante Bartolomeu Bueno do Prado para combater os quilombos do Campo Grande e mais dos Sertões, naqueles meados setecentistas.

Registra-se que a partir de 1700, adviera a época das grandes epopéias, das entradas e das bandeiras, a partir do litoral em busca da riqueza à flor da terra ou no espelho d'água: ouro e pedras valiosas. Picadas de São Paulo para as minas nas terras Cuiabanas; antes, para as auríferas de Minas; Naquele contexto a mão de obra era indispensável. Os índios de maior rebeldia. E mais uma vez os negros africanos foram submetidos. Possuíam

⁸⁵ Sócio Correspondente em Belo Horizonte.

⁸⁶ GAIO SOBRINHO, Antônio. Transcrito do auto de vereação de 10 de fevereiro de 1759 in Fontes históricas de São João del-Rei. UFSJ, 2013, p. 50..

força física também capacitação trazida desde sua terra natal, a África, e assim nova alta de cotação no mercado internacional da escravidão, já implementado com os tráficos da Guiné (séc. XVI); de Angola no séc. XVII - que seriam mais inteligentes: bacongos – ambundos (povo bantuh), ovambos, benguelas - arrancavam o dente frontal para imposição de remédios às crianças; e por último, os escravos da Costa da Mina-Benin, séc. XVIII. Em regra. Quase seis milhões de escravos aportaram no Brasil a ferros, não contados os mortos por doenças durante a sofrida viagem naqueles navios de tortura. Castro Alves teria razão quando um dia, no futuro, escreveria sobre essa violência.

Depois da descoberta do metal no Ribeirão do Carmo, criada em 1708 a Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, esta foi desmembrada em 1720. O ouro fluía, as pedras também! De Diamantina saíram toneladas de diamantes que sustentaram a revolução industrial. Nas cidades auríferas e pedríferas os impostos eram altos e cobrados rigidamente. De um lado, ruim para o contribuinte; de outro, o comércio dessas riquezas legou o patrimônio barroco, precioso conforme se vê nas igrejas, praças, demais prédios e objetos da época.

Sobre a descoberta das pedras, narra Serafim S. Leite:

O interesse nessas riquezas existiram desde sempre. Em 1553, os padres jesuítas João de Azpilcueta Navarro e João Pereira (1574), perambularam pelo inóspito e inabitado território mineiro, realizando a primeira entrada, a partir do Espírito Santo, usando o Rio Doce, vindo em direção a Minas, ultrapassando o Rio São Francisco, guinando ao nordeste. Foi quando houve primeira e sangrenta luta contra os índios tapuias. Denominaram a Serra das Esmeraldas e o Mar Verde (descia do Espírito Santo a Minas, hoje Pedra Azul, Turmalina), e chegaram a Caravelas, na Bahia. As esmeraldas foram descobertas em 1611, e em 1636

o Rei de Portugal expediu alvará para que a Companhia de Jesus as explorasse por quatro anos e catequisasse os carijós. Mas as incursões a partir do Espírito Santo não foram satisfatórias. As esmeraldas foram encontradas depois, em entrada a partir de São Paulo por Fernão Dias Pais.⁸⁷

Corriam os anos de 1724 e vindouros. As forças portuguesas, e também holandesas, ajudadas por brasileiros, haviam guerreado os Palmares em 1695. Poucas anotações oficiais. O popular serviria de base para o assentamento, em grande parte, do que se conhece hoje. Evidentemente, a oralidade é fonte de conhecimento e de história. Sessenta anos após, idêntica odisséia haveria nos grotões das Minas do Ouro, e especialmente no sertão do oeste, no Alto Paranaíba, numa das maiores batalhas, em extensão, duração e mortandade, nas proximidades do Morro do Espia, na Terra das Cabeceiras Altas, Ibiá, no tupi-guarany.

Excelente trabalho de Luis Augusto Bustamante Lourenço pesquisou sobre os escravos, índios e homens livres na fronteira oitocentista no triângulo mineiro (1750 – 1861) e informou sobre a necessidade do reconhecimento estratégico do interior do Brasil, da consciência de identidade territorial que o Tratado de Madri criara.⁸⁸ A Colônia passava a ser valorizada, não apenas explorada. Para Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, território e povo eram essenciais às estratégias imperiais. O regimento, chamado Diretório, foi estendido em 1758 para as regiões brasileiras e a Companhia de Jesus e os jesuitas perderam poder sobre a catequese dos índios

87 LEITE Serafim S. Coleção História da Companhia de Jesus no Brasil, ed. Itatiaia, 1938, tomo I, sec. XVI

88 A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861). Ed. EDUFU, 2005.

brasileiros, no ano seguinte adveio sua expulsão. Declinava a lavra do ouro nas cidades até então mais produtivas. O interior passou a plantar, colher e comercializar. O sertão passava a ser valorizado e disputado. Terra e tranquilidade para os colonos e fazendeiros eram essenciais. Obviamente, nesses locais de melhor qualidade, residiam em quilombos a população negra e os índios, especialmente caiapós, ferrenhos guerreiros defensores de suas terras e costumes. Acresço: os primeiros incomodavam muito mais econômica e estrategicamente do que em termos de segurança.

Desde 1736 a ordem régia criara a abertura do caminho ligando São João del-Rei e Vila Rica às minas goianas, cuiabanas, bifurcando pelas recentes auríferas Pitanguy e Paracatu, com passagens próximas ao quilombo do Ambrósio. A serventia da rota era para melhor fiscalizar o escoamento, retirar o ouro do caminho paulista e, por consequência, de inúmeros contrabandistas daquele primeiro caminho, partindo de São Paulo, picado, de 1722 a 1725, pelo Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite S. Ortiz, descobridores das Minas dos Goias, nas cabeceiras do Rio Vermelho, afluente do Araguaia.

Vieram as sesmarias a partir de 1737. Daí o problema: a ocupação da faixa de terras do sul do território, descendo pelas margens do Rio Grande em divisas paulistas e cercanias dos goyases, espichando até o alto São Francisco, encontrava óbices nos sobretidos vilarejos negros, mas especialmente nos quilombos que se espalhavam, segundo relato de Diogo de Vasconcelos, pelo Campo Grande e nas Serras da Marcela, da Saudade e da Canastra, início dos chapadões que se estendem Alto Paranaíba a dentro, protegidos pelas montanhas e serras. O período compreendido entre 1757 e 1763 foi de campanha árdua e lutas ferrenhas. Tudo documentado por mapas e relatos da época,

especialmente do governador Luis Diogo Lobo da Silva que em 1763, acompanhado por Cláudio Manuel da Costa, verificava novas minas de ouro descobertas do Sapucaý até os limites mencionados.

Antes, duas grandes batalhas foram noticiadas, se disse em função de revolta geral dos escravos em Minas, por escritores da época. Artur Ramos afirmara que todos os negros fugidos na Terra das Minas fariam uma revolta geral na quinta-feira Santa de 1756, matariam todos os brancos e roubariam as mulheres. Não há nenhum registro oficial sobre o fato! Xavier da Veiga, pesquisou e encontrou apenas referência a três cartas do Senado da Câmara de Vila Rica às Câmaras de Sabará, Mariana e São João del-Rei comunicando a mesma notícia e uma carta do governador José Antônio Freire de Andrada ao Rei dizendo que nada acontecera.

A “estória” também fora anteriormente contada em 1719. Essa lenda sobre a violência dos negros fugidos em Minas Gerais talvez tenha sido criada involuntariamente por Dom Pedro Miguel Portugal, Conde de Assumar, que asseverava que se os negros quisessem, tomariam o Poder. Seu temor aumentou quando os negros criaram a irmandade do Rosário e elegeram um rei e uma rainha, com fins religiosos, não políticos ou de constituição de uma verdadeira nação. Contudo, o Conde confundiu a religiosidade dos negros com a iminência de uma guerra.

Existem outros relatos de lutas de mineiros colonizadores e sesmeiros contra moradores dos quilombos, mas sem a especificidade probatória. Lembremos que apenas 1% dos negros fugiam e se aquilombavam. A maioria expressiva dos residentes negros em Minas era formada pelos ainda escravos ou já alforriados, estes não fugidos, obviamente.

A história nessa parte é conhecida na família Lamounier Vilela. Célia Lamounier, poetisa e trovadora, tem farto material e desde 1993 registra os antepassados no seu sítio eletrônico.⁸⁹ Já no livro “*CONVERSA EM FAMÍLIA, moinho, esmola, moeda, limão*” o sociólogo Bolívar Lamounier proporciona leitura interessantíssima ao resumir a história mundial.⁹⁰ Ensina com didática, inclusive sobre a povoação de Minas e a Sesmaria da Serra da Marcela, concedida na década de 1760 ao cirurgião Antônio Afonso Lamounier que integrava a força de Inácio Pamplona. O sesmeiro é ascendente de minha avó Alzira Lamounier Vilela e também de Antônio Afonso Lamounier Godofredo, constituinte de 1891 que, em 1892, juntamente com Nilo Peçanha, apresentou a primeira proposta de voto feminino no Brasil, rejeitada. Como Senador de Minas, Lamounier Godofredo inaugurou diversos trechos da Rede Mineira de Viação, partindo de São João del-Rei para o Oeste/Sertão, cuja principal Oficina foi montada em Ibiá. A ferrovia tem o traçado feito pelos combatentes dos quilombos do Campo Grande na rota que levou a Ambrósio e segue, até hoje, para os “Goyases”. Os trilhos passam ao fundo de minha casa, circundando a Ibiá, numa visão maravilhosa sempre às margens do rio da Misericórdia, levando composições puxadas por locomotivas com seus acordes, em forma de buzinas individualizadas e melodiosas, bucolicamente ouvidas, até sumir madrugada adentro, rumo mais ainda ao então nominado sertão brasileiro.

Retomemos. O nome Ambrósio, transformado em mito, nasceu contextualizado no século XVIII, em pleno ciclo do ouro. Época, contudo, da instituição dos impostos mais rígidos pela

89 Ternura Azul, disponível em <http://www.celiamounier.net/>. Acesso em 05 maio 2020.

90 Bolívar Lamounier. *Conversa em Família. Moinho, Esmola, Moeda, Limão*. Ed. Augurium, 2004.

Coroa Portuguesa - um deles o de capitação sobre cada cabeça de escravo que fazia o lavradio do ouro. Se o proprietário não possuísse escravos, o que era raro, o imposto recaía sobre a potencialidade de lavra na terra que aquele detinha. Vigorou até 1750, quando o poderoso ministro da Corte, Pombal, o extinguiu. Havia ainda outros impostos a onerar a população das Minas, inclusive aos negros forros, comerciantes, produtores e brancos, de toda ordem, brasileiros e estrangeiros residentes. Tudo cobrado por contratadores que adquiriam por compra o direito de assim fazer, dentre eles Joaquim Silvério dos Reis, Inácio Correia Pamplona e José Alvares Maciel, o velho.

Nesse contexto, o Campo Grande, seus povoados e os Quilombos do Ambrósio, eram mitos. Causavam medo pelas lendas contadas. Como sabido, a cada conto, um ponto a mais é contado. Ambrósio fugiu de seu senhor, em Vila Rica. Foi para aquelas bandas com vários outros e lá montou seu reduto forte. Ele pode ter sido conhecido por sua origem angolana, da etnia ambundu, falando e exercitando costumes bantuh. Seu nome pode ter sido por derivativo, no linguajar lusitano, a Ambruzio...chegando a Ambrósio; ou, porque era um nome comum aos padres jesuítas, inclusive um muito querido, Ambrósio, que aportara no Brasil por volta de 1600, no Recife, pioneiro na educação de crianças negras escravas, o que se tornou costume em todos os colégios jesuítas, até mesmo para que se tornassem mais valiosos por assim serem “ladinos”, característica dos que falavam português, tinham conhecimento básico, além de convertidos à fé católica pelo batismo. Todavia, a oralidade é que firmou a posição de ser Ambrósio um jovem rei na África que, escravizado, foi vendido aos mercadores que o trouxeram para o Brasil, junto com sua futura esposa, Cândida.

A mídia escrita, uma delas teria sido o jornal “Escavando o Pitanguy Antigo”, dizia:

que o lugar da gruta do frade, nos sertões dos Araxás (índios) foi ocupado pelo escravo Ambrósio, que fugiu de Ouro Preto (Vila Rica), de seu senhor JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, o mesmo Ambrósio formou os grandes e bem organizados quilombos. Um teve o seu nome, Ambrósio, e o outro chamado de Tengo-Tengo. Eles ocupavam muitos alqueires. Ambrósio ficou sendo rei. Em 1/6/1746 foi organizada uma expedição para capturar Ambrósio. Seus antigos proprietários (pai e filhos) participaram com 10 companheiros, e cada um desses com 10 homens vaqueiros, o conde de Dobadela mandou os soldados e custeou as despesas. Comandou o capitão Manoel de Souza Portugal. Destruíram o quilombo e Ambrósio suicidou.

No capítulo seguinte o referido jornal comentou que o

Quilombo do Ambrósio possuía ramificação em Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelado Pernaíba (hoje Patrocínio); Santo Antônio dos Tiros (Tiros); a Santo Antônio do Pouso Alegre ou Confusão (acredita-se, São Gotardo); Nossa Senhora do Loreto da Morada Nova com membros que pertenciam ao Quilombo do Tengo-Tengo, o mesmo de Ambrósio. Toda essa vasta área, portanto, geograficamente é distante da linha do Campo Grande, que seguia o Rio Grande, na divisa com São Paulo, até divisas com os Goyases

Minas era reduzido às cidades do ouro.⁹¹ O resto, sertão a oeste, mapeado pela Coroa com fins explorativos, não integrativos, o que mudaria aqueles meados de 1700.

O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, português, ex- comandante militar na Guiné e em Porto Príncipe,

91 Acrescentei, por oportuno, o nome atual dos municípios.

matemático e cartógrafo, foi nomeado governador de Goiás. Em 1826, escreveu: *“Itinerário ao Pará e ao Maranhão pelas Províncias de Minas, seguido de huma descripção chorographica de Goyaz e dos roteiros desta província às de Mato Grosso e São Paulo.”*⁹²

Dedicou especial parte ao Planalto dos Araxás, com anotação de latitude e longitude, e questionou o trabalho dos astrônomos jesuítas de um século antes, Diogo Soares e Domingos Capazzi. Ele produziu o mais aprofundado cartográfico de Minas e Goiás. Seu trabalho partia do Valongo, porto do Rio de Janeiro onde os escravos chegados eram preparados e leiloados, após serem alimentados e lustrados para mostrar saúde.

Sua primeira viagem foi em 8 de abril de 1823. Cunha Matos descreveu a geografia, a flora e as pessoas ao longo de sua época jornada do Rio de Janeiro aos Goyazes e se esmerou na topografia das Cabeceiras Altas (Ibiá), então sede da Fazenda de André Martins, sesmeiro, onde pernoitava:

...as águas correm da parte sul para o Quebra-Anzol, e da parte do norte para o Paranaíba. Todo este chapadão é coberto de cerrados, alguns campos, e tem muitos bebedouros ou fontes de aguas salitrosas utilíssimas à criação do gado de todas as qualidades. Os homens, nesta parte do sertão apresentam um caráter mais grosseiro, menos civilizado, mais preguiça, porém a mesma bondade natural dos moradores do resto da província.

Este foi o local escolhido por Ambrósio 100 anos antes para edificar sua resistência, geograficamente longe do Campo

92 Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E.C. Tomo I e II, em 1836

Grande. Da região, fica a imagem de uma outra mesopotâmia, no Alto Paranaíba, com terras férteis. É possível visualizar os paredões e seus olhos d'água vertedores de um lado, em direção à Bacia do São Francisco, e do outro, para a do Paraná. Por ali, Ambrósio viveu e formou sua fortaleza africana. Todavia, quem foi Ambrósio? De onde ele veio? Era um rei africano, como dito retro? Foi educado por jesuítas e destes teria sido escravo? São perguntas sem respostas documentais. Por isso, é preciso encaixar informações, como se fossem peças, pois a documentação oficial é inconclusiva. É preciso análise sistêmica de fatos e documentos correlatos para se chegar a um ponto de equilíbrio entre a concretude materializada em escritos indiretos e a oralidade, buscando a verdade mais próxima da realidade.

Ambrósio era um negro escravizado fugido de seu dono, João Antônio de Oliveira, desde Vila Rica. Para realizar sua empreitada, presume-se seria um escravo especial, daí nascendo a vertente oral de ele ter sido um rei. Contudo, o mais provável é que ele tenha sido educado pelos jesuítas, o que facilitara a estruturação de seu quilombo pelo seu conhecimento. Ademais, a região do quilombo era passagem dos jesuítas, na rota para o norte, estrada salineira, de grande valor para o comércio.

O angolano, criou em torno de seu nome - fisicamente não há registro - a fleuma de bom chefe e bom rei, mas intransigente com as regras no quilombo. O imaginário mostrou seu quilombo como violento, que seus soldados negros assaltavam as caravanas que por ali passavam, a partir do Morro do Espia, razão pela qual muito tesouro escondido ele teria. Um pote de ouro seria encontrado ao final de cada arco-íris. Não se tem notícia desse evento.

Ambrósio não era fisicamente conhecido das forças comandadas por Bartolomeu Bueno do Prado e não morreu naquele primeiro combate, em 1746. Refugiara-se em outro

quilombo mantido sob sua chefia. Prova disso foi a expedição montada posteriormente por todas as câmaras, sedes de comarcas, partindo de São João dei-Rei, que redundou na batalha de 1759. Esta, sim, custou a vida de Ambrósio e de inúmeros guerreiros seus que habitavam o quilombo, cuja remanescência está em Ibiá.

Independente de quaisquer dúvidas sobre a localização de outros quilombos que Ambrósio teria organizado, fato é que sua morte se deu no quilombo principal, em Ibiá, próximo ao famoso Morro do Espia. Lá são encontrados seus remanescentes, isto é, os objetos que foram por eles usados, alguns à mostra no Museu de Ibiá, outros, mais frágeis, depositados no Museu de História Natural da UFMG, após excelente trabalho científico para preservação realizado pelo prof. Dr. Carlos Magno Guimarães.

O governador do Rio de Janeiro, 1º Conde de Bobadela, Gomes Freire também governava Minas Gerais, à época de Ambrósio. Era um dos homens mais cultos, de família tradicional e que governou as Índias. Ele relatou em carta ao Rei de Portugal que receava que o quilombo, pelos milhares de integrantes, se tornasse um novo Palmares no sertão das Minas. Em parte, é verdade. Homens de outros quilombos integravam o reduto de Ambrósio, acredita-se que em função da maior segurança e da melhor estrutura, além de ser distante das maiores aglomerações. Basta um exame ocular e presencial do entorno e da área restrita do quilombo de Ibiá para se convencer ter sido a maior e mais organizada povoação africana fora da África já existente, com comprovação de remanescentes. Não há dúvida!

Paliçadas, fossos profundos, fazem presumir, faticamente, as figuras de guerreiros vigiando o centro administrativo do quilombo. Estrutura de fortaleza militar, com hierarquia e disciplina são facilmente visíveis com os olhos voltados para o passado provado pelos remanescentes ali desenterrados. Porém,

186

esse olhar não encontra a atividade que seria criminosa, depois de cotejados os fatos, depoimentos, documentos e especialmente os autos de arrecadação de tesouros, o que era comum após as guerras, como a que sucedeu ao pé do Morro do Espia, matando a população de Ambrósio e a este. *Ad argumentandum*, fora da visão militar e de conquista de território, poetas cantavam os quilombos diferentemente do cenário de violência, como o português Joaquim José Lisboa:

Os escravos pretos, lá,
Quando dão com maus senhores,
Fogem...

Encontram-se pelos matos
E, como criam e plantam,
Divertem-se, brincam, cantam,
De nada tem precisão.

Vêm de noite aos arraiais
E, com indústrias e tretas,
seduzem algumas pretas,
Com promessa de casar.

Elegem logo rainha
E rei, a quem obedecem
Do Cativoiro se esquecem,
Toca a rir, toca a roubar.

Há documentos que provam que eram fugitivos; criminosos não! Há relatos de violência, mas nada documentado. A oralidade nem sempre é a melhor das provas, razão pela qual no âmbito do direito criminal é conhecida como aquela que deve ser muito robusta e passível de confirmação, sob pena de pouca credibilidade dependendo da matéria.

Pesquisas na Torre do Tombo (Lisboa, Portugal), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Real Gabinete de Leitura Portuguesa e nas Câmaras de Vereadores de São João del-Rei e de Mariana não deram farto retorno nessa questão da violência do Quilombo do Ambrósio ou de sua própria pessoa.

Todavia, é fato, por determinação do governador foi registrado o instrumento de mandato que o Senado de São João del-Rei outorgou ao capitão Bartolomeu Bueno do Prado para tomar posse de todas as terras do Campo Grande por donde andava para ficarem pertencendo a “esse” Senado:

O Juiz e Vereadores e Procurador deste Senado da Câmara que servimos por eleição na forma da Lei este presente ano nesta Vila e seu Termo etc. Pelo presente nosso Alvará fazemos e constituímos nosso bastante procurador ao Capitão Bartolomeu Bueno do Prado Governador Comandante que vai para o Campo Grande e mais Sertões a destruir os Quilombos dos negros fugidos para que, por nós e em nosso nome e de todo este Senado da Câmara como se presente fosse, para tomar posse e com efeito toma de todas as terras, matos, campos e sertões que ainda se não acham avistado nem povoados para que tudo fique pertencendo ao Termo desta Vila para o que lhe concedemos todos os poderes em direito necessários com a (...) e geral administração a qual posse lhe será dada pelo Capitão Francisco Luís de Oliveira⁹³

Efetivamente, o sertanista, desbravador, aprisionador de índios e de escravos, que se preciso fosse, também matava, Bartolomeu Bueno do Prado, partiu para o Campo Grande. O documento conta:

93 GAIO SOBRINHO, Antônio. São João del-Rei através de documentos. p.172 (ortografia atualizada).

Carta que o governador José Antônio Freire de Andrade mandou a Tomé Joaquim da Costa Real, escrita de São João del-Rei.

Ilmo e Exmo Sr. = Pela frota disse a V. Ex^a que vendo a necessidade que havia de se extinguirem os quilombos que se iam engrossando em o sítio chamado Campo Grande desta Comarca, com os negros fugidos a seus senhores, havia ajustado com as Câmaras concorrerem para se destruírem os ditos quilombos: Formei um corpo de gente de quatrocentos homens e saído desta Vila o dito corpo o dia dezoito do mês de Juho, anda se não recolheu a ela; e as notícias que me dá o comandante da dita expedição, pelos condutores dos víveres que por cinco vezes lhe tenho mandado, me fazem ciente de haver atacado dois quilombos; e depois de fazer neles uma grande mortandade nos que resistiram e os mais fez prender e reduziu a cinzas as casas em que viviam; aonde encontrou mulheres pretas e alguns filhos nascidos naqueles quilombos em idade já de doze anos; e a estes administrou logo os sacramentos do batismo; continuou o comandante em seguimento dos que fugiram e juntamente a procurar o quilombo chamado do Sapucaí, que dizem ser o mais povoado e antigo desta Capitania; e a causa de se não ter assaltado este quilombo tem sido o engano que os negros que servem de guias têm feito para que se não saiba do dito quilombo; naqueles que destruíram acharam muitos mantimentos e grandes roçarias para o ano futuro; estou persuadido que as águas os deitarão fora da campanha, para onde não mandei mais que cento e dezessete bestas com mantimentos. Ilmo. e Exmmo. Sr. Em Vila de São João del-Rei, a 14 de novembro de 1759.⁹⁴

O batalhão por ele comandado, com mais de quatrocentos homens rumou para os lados do Sapucay, hoje, Silvianópolis, sul de Minas, ao que parece. De lá veio destruindo os povoados e os quilombos, inclusive passando por Cristais, Bambuí, atravessando a Serra da Marcela e adentrando ao hoje Alto Paranaíba, para combater o mais famoso de todos os quilombos, o de Ambrósio, atacado anteriormente em 1746.

94 “Fontes históricas de S. João del-Rei” p.. 51

Os aquilombados africanos, especialmente angolanos, eram especialistas em garimpo e exímios ferreiros, com capacidade para fazer armas brancas e ferramentas para o preparo e cultivo de alimentos. Eles plantavam de tudo para sua sobrevivência: feijão, milho e batata, além de criarem animais. No século XVIII, é fato, o Piauí exportava para a região os primeiros gados. Talvez por isso, em 1824 Cunha Matos tenha registrado que comeu queijos frescos apenas na aludida Fazenda de André Martins, sesmeiro em São Pedro de Alcântara, atual Ibiá, hoje grande bacia leiteira, abrigando uma das maiores fábricas de leite em pó do mundo, a Nestlé.

Magistrado há 32 anos, aprendi a enxergar a verdade pelos fatos, inclusive os indiretos. Convenço-me que aqueles quilombolas não poderiam ser violentos assaltantes das caravanas, pois se o fossem as autoridades saberiam. Fossem vorazes criminosos, teriam sido combatidos muito antes de 1759. Lembremos: já no combate a Palmares, mencionado alhures, milhares de homens/soldados usaram armas modernas à época, inclusive canhões, em uma região não tão interessante economicamente quanto o era a das Minas do Ouro, apesar de a preciosidade estar em diminuição. Então, um quilombo, por mais fortificado que fosse, mesmo com milhares de integrantes, não desafiaria militarmente o domínio português, com exímio histórico em guerras, vide a própria reconquista de Angola das mãos dos holandeses, pela frota partida de Pernambuco, no final do século XVII.

Numa época em que a fome era estarrecedora, que muitas onças de ouro eram usadas para comprar pacote de açúcar e, sobretudo, porque nenhuma riqueza em ouro ou pedras preciosas foi encontrada, exsurge notório que os moradores do Quilombo do Ambrósio não cometiam assaltos, roubos e homicídios. Foram encontrados, porém, e isso está registrado, paióis cheios de

diversos tipos de alimentos e muitas roças por colher. Infere-se, com o espírito de escrutinador de fatos, que o tesouro para aquele momento e naquela circunstância era o alimento que garantiria a sobrevivência da comunidade. Poderia haver ouro, que não apareceu. Riqueza havia, mas não na forma do imaginário popular e dos fundamentos da Coroa: o tesouro era a terra a ser distribuída em sesmarias e o caro alimento por ela proporcionado.

Foi o fim do mito Ambrósio para a Coroa portuguesa. A cronologia dos fatos e os documentos analisados ajudam a montar os passos dessa sangrenta luta, mas muito mais, do ideal de liberdade de um grupo forte e expressivo de pessoas negras escravizadas que edificaram uma nação africana em território mineiro, a causar sobressaltos no governo local e na Corte.

O professor Antônio Gaio elucida, em parte, essa enigmática campanha contra os quilombos em Minas Gerais. A cronologia e os documentos são irrefutáveis, como é o registro de um auto de posse que tomou o capitão Bartolomeu Bueno do Prado de todas as terras do sertão em que entrou até o quilombo chamado da Parnaíba, no Alto Paranaíba:

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos cincoenta e nove anos ao primeiro dia do Mês de Setembro do dito ano sendo na paragem chamada a Parnaíba dentro do Sertão donde eu escrivão adiante nomeado fui vindo em companhia do Senhor Governador Comandante Bartolomeu Bueno do Prado com a mais gente do exército da Campanha do Campo Grande e suas Conquistas e logo pelo dito Governador Comandante me foi apresentada uma procuração do Juiz e vereadores e procurador do Senado da Câmara da Vila de São João del-Rei e seu Termo de que dou fé. E por virtude dela me foi requerido que lhe desse posse de todas as terras daquele Sertão em que tinha entrado e atualmente se achava para ficarem pertencendo ao distrito da

mesma Vila e eu escrivão lhe dei judicialmente tanto quanto posso e por bem do meu ofício sou obrigado e aí o dito Senhor Governador Comandante a tomou em nome do mesmo Senado da Câmara como seu bastante procurador atual judicial mansa e pacificamente sem contradição de pessoa alguma fazendo todas as cerimônia da Lei e além disso se mandou a som de caixa publicar que tomava a dita posse em nome do mesmo Senado sem que pessoa alguma lhe contradissesse do que de tudo dou fé e para a todo o tempo constar fiz este auto em que assinou o mesmo Senhor Governador Comandante empossado e eu Francisco Luís de Oliveira Tabelião que o escrevi. Bartolomeu Bueno do Prado, Antônio José da Rosa, Manoel Carneiro Bastos e Marçal de Lemos de Oliveira. E não se continha mais em o dito auto de posse que aqui bem e fielmente registrei do próprio a que me reporto, nesta Vila de São João del-Rei, aos quinze de fevereiro de 1760. E eu João Pinto de Magalhães escrivão da Câmara que o escrevi e assinei. João Pinto de Magalhães.⁹⁵

Conclui-se que no Quilombo do Ambrósio, e também nos que dele derivaram, predominava o regime comunitário, com plantio de roças e depósitos coletivos de mantimentos. Onde a comida era escassa e cara, o tesouro poderia ser a mesa farta.

A história registra que muitos dos negros do Ambrósio que conseguiram fugir pelo Rios da Misericórdia, do Quebra-anzol até chegar ao Paranaíba, fixaram outro quilombo na região de Araguari. Foram combatidos pela câmara de Paracatu em 1766, próximo ao Rio das Velhas, onde também não encontraram riquezas, sim muitos alimentos e roças por colher.

Naquele dia do ano de 1759, é possível presumir a batalha havida no Quilombo do Ambrósio. No ataque, os guardas foram mortos silenciosamente por flechas certeiras disparadas pelos índios da expedição durante a madrugada, o que era

95 GAIO SOBRINHO, Antônio. São João del-Rei através de documentos, p. 173 (ortografia atualizada).

costumeiro. Ao nascer do sol, as tropas do governo avançaram usando armas longas de fogo e adentraram às paliçadas, desencadeando feroz ataque a todos, causando mortandade inclusive de mulheres e crianças. Gritos angustiantes e pedidos de socorro e de misericórdia pelos sucumbentes. Ambrósio e seus comandados até poderiam possuir armas de fogo, mas a resistência era pouca. A desigual luta continuaria por quase sete horas. Arcos e flechas contra a fuzilaria, pequenos canhões, cavalaria, enfim a força militar da Coroa. O Povo de Ambrósio sucumbia! A oralidade conta que Ambrósio e Cândida, nos últimos momentos e já antevendo a derrota, conforme costume de sua raça, vestiram-se com roupas ricas em cores. Ele armou-se com seu facão, ela botou seus adereços e eles esperaram até que o representante do Senado desta Câmara de São João del-Rei, dirigiu-se a Ambrósio e indagou: “vosmecê é Ambrósio, pajé/chefe?” Ele teria retrucado, sou Ambrósio, um Rei Africano. Ato contínuo, a machadinha curta sibiliou nos ares e a cabeça rolou.

O mais perfeito movimento de resistência africana dentro do Brasil colonial e modelo de organização social era desmantelado.

Naquela época a prova do extermínio do inimigo era o recolhimento das orelhas dos vencidos. A oralidade fala em três mil e novecentos pares levados por Bartolomeu Bueno do Prado dessa sangrenta incursão que findou com o Quilombo do Ambrósio que se ergue, ainda hoje, em história no município de Ibiá, tombado pelo IEFHA.

Porém, o mito não morreu. Continuou a percorrer as serras e os campos do sertão oeste das terras das minas. Aludir pertencimento ao Quilombo do Ambrósio era uma espécie de título de proteção para aqueles negros remanescentes de quilombos combatidos e para outros que fugiam da escravidão.

Talvez por isso, depois do aniquilamento do Ambrósio, os negros que viviam em comunidades isoladas e em outros quilombos confessavam ter pertencido, conhecido e servido ao Rei Ambrósio. Eles apunham seu nome aos filhos, numa reverência maior tributada àquele homem que resisituiu à escravidão, mostrando que os negros podiam se organizar, estruturar seu quilombo e produzir para seu sustento.

Tanto é que a história registra duas formas de agrupamento dos escravos fugidos: uma sazonal, outra permanente. A primeira, errante, não se fixava para nenhum efeito. A oralidade conta sobre pequenos delitos, acredita-se até mesmo para sobrevivência, como furtos de galinha, de alimentos, etc. Raríssimos eventos oficialmente registrados, contudo. A segunda, era de base, como foi o Quilombo do Ambrósio e a prova é sua longevidade. Era estruturado e com raízes fincadas, plantando seu próprio alimento, constituindo família, integrando com os moradores locais, especialmente os índios.

Uma orda, um grupo de assaltantes não ficaria fixado, como o Quilombo do Ambrósio. Seria inseguro. Fosse seu comportamento o de cometimento de ilícitos a serem combatidos pelas forças públicas. Rememoremos Virgulino, o famoso Lampião, tão forte e bem servido de armas e soldados, mas que não podia parar a andança, sob pena da volante a eles matar. Um fato vale mais do que mil contos. E é fato: o quilombo de Ambrósio era estabelecido, tanto que a coluna de Bartolomeu Bueno o encontrou sem nenhum esforço.

O ciclo ambrosiano deve ser encarado como um marco definidor de duas etapas da evolução da sociedade setecentista mineira. A primeira, da fartura do ouro e das pedras preciosas, nos caminhos das diversas minas, que passavam por aquela região; a segunda, da efetiva transição da fase aurífera para a de interiorização do território, de formação do povo mineiro,

precedida no oeste por Ambrósio, vitimado pela política das sesmarias. Não obstante, fácil presumir que Ambrósio deixou legado para as gerações futuras na concretude das fronteiras agrícola e pecuária que já existiam em seu quilombo.

E mais, Ambrósio contribuiu efetivamente para a miscigenação com repercussão étnica e cultural. Penso com Waldemar de Almeida Barbosa⁹⁶,

naquelas paragens é que se constituiu a população da Terra das Gerais, pela união entre o temido Caiapó, que manteve a mais longa guerra nas américas com homem branco, seu inimigo ferrenho, o qual por mais de 30 anos conviveu, interagiu e procriou com os negros, gerando os poucos reconhecidos, curibocas, filho de mãe índia e pai negro, doces e polidos

REFERÊNCIAS:

AMANTINO, Marcia Sueli. **O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais. século XVIII.** Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas.** Vol II. Ed: Comunicação, 1979.

BOLÍVAR Lamounier. **Conversa em Família. Moinho, Esmola, Moeda, Limão.** Ed. Augurium, 2004.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1861. Tomos I e II. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/> Acesso em 16 abr 2020.

CONCEIÇÃO, L., Rafael Sanzio Araújo do Anjos, Juavair Fernandes de Freitas, Rodrigo de Oliveira Vilela, Rafael Farias da Silva, Natália Pires, Tiago Bueno Flores, Larissa Oliveira e Gabarra, Luiz Gonzaga Falcão. **Relatório de trabalho de campo no quilombo de campo grande / ambrósio - mg.** - versão preliminar. Revista eletrônica: Tempo – Técnica - Território, v. 1, n. 2 (2010), p. 13:47. Disponível em: <https://docplayer.com.br/75081073-T-t-t-revista-relatorio-de->

96 História de Minas, v. II, ed. Comunicação, p. 309.

trabalho-de-campo-no-quilombo-de-campo-grande-ambrosio-mg-versao-preliminar.html Acesso: 16 abr 2019.

CUNHA MATOS, Raimundo José da. **Corografia histórica da província de minas**. v. 1. Ed. Itatiaia, 1981.

_____. **Corografia histórica da província de minas**. v. 2. Ed. Itatiaia, 1981.

FILHO, Edson da Silva; Oswaldo Bueno Amorim Filho, José Flávio Moraes Castro. **A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do campo grande**. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf Acesso: 16 abr 2019.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **Fontes históricas de São João del-Rei**. São João del-Rei: UFSJ, 2013.

_____. **São João del-Rei através de documentos**. São João del-Rei: UFSJ, 2010.

LAMOUNIER, Célia. **Ternura Azul**. disponível em <http://www.celialamounier.net/> Acesso em: 05 maio 2020.

LEITE, Serafim S. **Coleção História da Companhia de Jesus no Brasil**. ed. Itatiaia, 1938, tomo I, sec. XVI. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3hwrh/pdf/lourenco-9788570785169.pdf> Acesso em 16 abril 2020.

LOURENÇO, Luiz Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Ed. EDUFU, 2005.

O ABOLICIONISMO EM SÃO JOÃO DEL-REI

Alex Lombello Amaral⁹⁷
Sócio efetivo titular da cadeira 12
Patrono José Antônio Rodrigues
lombelloamaral@yahoo.com.br

O objetivo desse artigo é refletir sobre a existência ou não do abolicionismo em São João del-Rei, utilizando como fontes os periódicos da época. Como se sabe, o abolicionismo teve várias facetas – política; jornalística; cultural; armada, jurídica etc. Observamos as que se manifestaram em São João del-Rei.

No final de março de 1884 chegou a Minas Gerais a notícia de que a escravidão tinha sido abolida no Ceará:

Província do Ceará – No dia 25 deste mês completou a província do Ceará a libertação de seus escravos.

(...)

Ninguém deixará de congratular-se com o Ceará pelo nobilíssimo ato, que acaba de realizar, e já esta província não tem de rezear-se de coisa alguma, quando vier a resolução definitiva deste importante problema, resolução fatal, e, que pela marcha dos acontecimentos, não se fará esperar muito. Este fato tem provocado entusiásticos e brilhantes festejos, tanto na capital dessa província, como na Corte. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 27.03.1884)

A luta contra a escravidão não era nova em São João del-Rei. As Irmandades dos negros nunca tiveram o objetivo oficial de destruir a escravidão, e, portanto, não são consideradas abolicionistas por ninguém. Contudo, agiram contra a escravidão, não só de seus membros, mas de todos. Por exemplo, ainda em 4 de novembro de 1802 irmandades de São João del-Rei enviaram carta ao Rei de Portugal pedindo que fossem

⁹⁷ Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

estendidas às colônias as leis de 1761 e 1773, que libertavam os escravos importados para a metrópole (fim do tráfico) e os bisnetos de escravos (BORGES, 2005, p.110). Exerceram papéis que depois seriam exercidos por clubs abolicionistas, como arrecadar dinheiro para comprar alforrias. Além das irmandades, o primeiro periódico de São João del-Rei, o *Astro de Minas* (1827-1839), lutou contra o tráfico de escravos, e não mostrou pela escravidão simpatia alguma, muito embora seu dono e seus redatores tenham sido senhores de escravos.

Porém o ano de 1884 foi um marco para a luta contra a escravidão, que inflamou o país todo. Com o fim brusco da escravidão no Ceará, conquista à força, os líderes políticos nacionais decidiram encerrar a questão da escravidão o quanto antes. Formou-se um governo com essa missão, chefiado pelo Conselheiro Dantas, depois que outros chefes políticos se esquivaram. Quando o parlamento conheceu o que propunha Dantas, uma abolição em dez anos, com indenização para os senhores e terras para os escravos, deu a Dantas um voto de desconfiança. O Partido Liberal estava rachado, e não se reuniria novamente. O Imperador teve então que decidir entre despedir Dantas e formar um governo com maioria parlamentar, ou dissolver o parlamento e assim convocar novas eleições. Dom Pedro II fez essa última opção. O resultado foi que as eleições de 1884 foram plebiscitárias – abolicionistas votaram em deputados favoráveis ao projeto Dantas, e escravocratas votaram em opositores. O ano de 1884 foi quase todo marcado por esse debate, colocando o abolicionismo ainda mais em evidência. A derrota do projeto Dantas por dois deputados só provocou ainda mais os abolicionistas.

Do ponto de vista cultural São João del-Rei, que não tinha nem 30 ruas nessa época, fez sua parte. Semanas antes de chegarem as notícias do Ceará:

Teatro – Realiza-se no próximo domingo o espetáculo, de que já falamos, dado pela S. Dramática particular em benefício da liberdade da escrava Severina.

(...)

Nunca se promoveu, nesta cidade, um benefício para tão nobre fim como a este...

O espetáculo começará depois de terminada a festividade religiosa que, nesse dia, se celebra na igreja de N. S. das Mercês. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 14.02.1884)

Nesse espetáculo, que não foi muito concorrido porque choveu, o que normalmente cancelava os espetáculos em São João del-Rei, João Netto, chefe das oficinas da *Gazeta Mineira*, distribuiu uma poesia impressa dedicada à beneficiada. Ainda no primeiro semestre de 1884, outra companhia teatral, por outro motivo, fez eco ao movimento nacional, pois entre as peças apresentadas pela Cia. de Couto Rocha, de passagem por São João del-Rei, incluía-se *A cabana do Pai Thomaz*. A *Gazeta* comentou que “*O drama é, como o romance, uma obra de propaganda relativamente à escravidão, e, portanto, de palpitante atualidade.*” O teatro ficou cheio, e o espetáculo, que foi muito aplaudido, terminou depois da meia noite (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 21.02.1884, 17.04.1884). A companhia teatral resolveu repetir a peça:

(...) repetiu-se, Domingo, A Cabana do pai Thomaz.

Correu a representação como na primeira vez.

A concorrência foi mais que regular: houve bouquets de flores, muitos aplausos, chamados à cena, e até chapéus atirados ao palco, no fim do espetáculo, por alguns espectadores da primeira ala de cadeiras.

(GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 1.05.1884)

Pouco depois São João teve ao menos uma reunião para formar um Club Abolicionista, cujo principal nome foi Francisco de Paula Pinheiro, que fora redator do *Cinco de Janeiro*, do *Situação*, e que seria posteriormente redator do *São João d'El Rei*. Homem de cor, professor, Tenente da Guarda Nacional, irmão da Mercês, feito maçom em 1878 na cidade de Juiz de Fora, chefe Liberal ligado à família Alvarenga, fundador da Loja Charitas em 1895 e talvez membro de uma Loja de 1882. Eis a convocação:

Conferência – Alguns moços d'aqui promovem uma reunião para o dia 28 deste mês na qual o Sr. tenente Paula Pinheiro fará uma conferência no sentido das idéias abolicionistas, organizando-se, por essa ocasião, uma sociedade sob os mesmos princípios.

Ainda não está definitivamente resolvido o lugar da reunião. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 26.09.1884)

Trata-se de evidência de que já existia um grupo abolicionista, e convocar a conferência já foi uma atuação. Alguns dias depois a *Gazeta Mineira* noticiou a reunião:

Reunião – à reunião convocada para domingo pelo Sr. Tenente Paula Pinheiro compareceram cerca de 50 pessoas. (...)

Oraram diversas pessoas, ficando estabelecido que aqueles que quisessem pertencer a essa sociedade deveriam comparecer ao lugar, que, juntamente com o dia, seria previamente determinado, para discutir-se o projeto de estatutos, que ficou encarregada de preparar, uma comissão composta dos Srs. Carlos Brotero, Francisco de Oliveira e José Raposo. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 30.09.1884)

Pelas notícias que seguem é claro que essa conferência foi tumultuada, com a presença de escravocratas, uma vez que era aberta ao público:

Gazeta Mineira – *Lemos no Arauto de Minas*:

“Club abolicionista – Realizou-se nesta cidade no Domingo passado uma reunião com o fim de criar-se um club abolicionista.

Estiveram presentes vários cidadãos havendo animada discussão, orando os Srs. Dr. João Mourão, Dr. Francisco Mourão, Carlos Sânzio, João Netto e outros.

Foi nomeada uma comissão para organizar os estatutos.

Convidado para esta reunião deixamos de comparecer por entendermos que essas sociedades abolicionistas são um gérmen de desassossego na sociedade e que a questão do elemento servil, mansa e pacificamente, independente de Clubs, será solvida pela Lei de 28 de Setembro”. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 7.10.1884)

Só para explicar o último parágrafo – para o *Arauto de Minas*, folha do Partido Conservador, quem era escravo morreria escravo e assim terminaria a escravidão. A citada lei de 28 de setembro é a que conhecemos por *Ventre Livre*.

Não se sabe o que aconteceu com tal Club, mesmo porque da folha Liberal da época, *O Luzeiro*, não existe uma coleção. Só o que se sabe é da comissão que ficou responsável pelos estatutos.

Na imprensa merecem atenção dois periódicos são-joanenses abolicionistas. Em 15 de Dezembro de 1885, veio à luz o *S. João D’El-Rei*, e seu redator era Francisco de Paula Pinheiro. Não foi uma folha do Club Abolicionista, ao menos oficialmente. Ela era mais representativa, era uma folha do Partido Liberal de São João del-Rei, que se reuniu em torno de uma folha cujo redator era o homem já conhecido por ter fundado ou tentado fundar um Club Abolicionista. Sua liderança

entre os Liberais é também atestada pelo fato de ter sido eleito entre os três membros de uma comissão do partido voltada para as eleições (SÃO JOÃO D'EL REI, São João del-Rei, 12.06.1885).

Um partido busca votos, não se ligaria a uma ideia que fosse impopular na cidade. A folha dos Liberais chamava o abolicionismo de “*mais luminosa ideia do século atual*”, publicava poemas de Castro Alves, denunciava que o Brasil ainda teria mais de um milhão de escravos e que em São João del-Rei ainda eram cerca de 10% da população, noticiava as crescentes alforrias, qualificava os espancamentos de escravos como injúria leviana à população inteira e de “*inqualificável estupidez*” (SÃO JOÃO D'EL REI, São João del-Rei, 10.01.1884, 17.02.1886, 24.02.1886, 12.06.1886, 24.12.1886). Quando um professor bateu em um escravo, publicou carta de Maria Baptista da Matta afirmando que:

Este procedimento do aludido professor, além de criminoso, é insólito e imoral, visto como dá verdadeiro mal exemplo aos seus alunos, e além disso ofende o decoro de uma população inteira. (SÃO JOÃO D'EL REI, São João del-Rei, 28.03.1886)

Denunciou que o governo Conservador deixara de arrecadar impostos para o Fundo de Emancipação por meses, que decidira retirar da matrícula a naturalidade para dificultar ações de liberdade, que elevava em até um ano e meio o tempo de serviço dos escravos com mais de 60 anos e acusava-o de pretender reabrir o mercado do Valongo (SÃO JOÃO D'EL REI, São João del-Rei, 24.07.1886).

Sobre o *Século*, porque seria redigido pelo “*batalhador Joaquim Nabuco*”, afirmou que “*representará a parte mais adiantada do partido liberal.*” Também José do Patrocínio

recebeu elogios, como “*eminente cidadão (...) distinto brasileiro (...) extraordinário*”, que tinha “*importantíssimos serviços prestados (...) à santa causa da humanidade.*” (SÃO JOÃO D’EL REI, São João del-Rei, 24.02.1886, 28.10.1886).

Por fim, essa folha anunciou o romance de Francisco de Paula Pinheiro chamado *As lágrimas de Zulmira* ou *O Escravo*, um romance abolicionista. Eram noticiadas as alforrias concedidas por diferentes cidadãos, assim como manifestações artísticas de cunho abolicionista, como durante o “*Grande Baile*”, oferecido em 1886 pelos engenheiros que trabalhavam nas obras de extensão da Estrada de Ferro do Oeste para Oliveira, quando foi lido, por D. Amélia Barroso, um poema de Castro Alves (SÃO JOÃO D’EL REI, São João del-Rei, 28.10.1886, 23.07.1886).

Se a popularidade dos Liberais esteve nesse período ligada ao abolicionismo, coisa que sua folha tentava estabelecer, então o abolicionismo não era fraco, pois mesmo sob o governo Conservador, ou seja, com muitos funcionários públicos votando obrigatoriamente com os Conservadores e o governo interferindo contra a oposição, os “*liberais*” fizeram quatro de nove vereadores em 1886 (SÃO JOÃO D’EL REI, São João del-Rei, 19.08.1886).

Publicou carta do Coletor das Rendas Gerais ao Juiz Municipal denunciando que existiam na cidade de São João del-Rei seis escravos africanos que por suas idades tinham vindo para o Brasil depois da lei “*para inglês ver*” de 1831, que proibiu o comércio atlântico de escravos. Publicou ainda os nomes desses escravos e de seus senhores, além da carta do Juiz Municipal pedindo ao Coletor que também enviasse a lista dos escravos nas mesmas condições de todo o Município, que todos seriam libertados. Tanto o coletor quanto o juiz suplente, Herculano de Assis Carvalho e Carlos Baptista de Castro, eram

Liberais abastados. Não foram as únicas atuações abolicionistas no campo jurídico. A primeira Ação de Liberdade conhecida em São João del-Rei é de 1838. Trata-se de uma ação perante a justiça em que um escravo, por meio de um Curador, reivindica sua liberdade. Nos anos 1880 aconteceram ao menos 22 Ações de Liberdade em São João del-Rei. Só em uma o resultado foi desfavorável à liberdade. Em 16 casos os escravos ganharam a liberdade, e de 5 casos não se têm informações do resultado. Destaque-se que um dos Curadores encontrados, de uma Cipriana, foi Francisco da Paula Pinheiro. Não era fácil encontrar Curador, porque o Curador enfrentava o senhor do escravo (SILVA, 2009, p.4-6, 30).

Poucos meses antes de nascer o *S. João del Rei*, no dia 20 de setembro de 1885, Jorge Rodrigues⁹⁸ e José Braga⁹⁹

⁹⁸ Manoel Jorge Rodrigues era de Vitória, Espírito Santo. Devia ser formado ou ter estudado alguns anos da Faculdade de Direito de São Paulo, pois tinha contatos com diversos ex-alunos dessa instituição. Deixou inédito o livro *Manhãs de Estio*. Existem versos deste último em um *Arauto de Minas* de 10 de janeiro de 1884, mas sua chegada para morar na cidade foi anunciada pelo *Luzeiro* de 14 de janeiro de 1885, número 14 do ano III. O motivo dessa mudança de residência, comum a muitos dos que migravam para São João del-Rei, foi a doença da esposa de Jorge Rodrigues que deveria ser beneficiada pelo clima dessa cidade. O *Luzeiro* afirmou que já era um poeta conhecido, sobretudo por sua obra *As Fugitivas*. Jorge Rodrigues anunciou um “*externato particular*”⁹⁸ para o curso preparatório, e em fevereiro de 1886 foi indicado professor da Escola Normal⁹⁸. Assim como nasceu, *O Domingo* morreu ligado aos amores de Jorge Rodrigues, que no início de 1886 perdeu a esposa. Jorge Rodrigues viajou em junho desse ano para Vitória, Espírito Santo, onde residia sua família, para recuperar-se da perda da esposa, mas não se recuperou e veio a falecer pouco depois de chegar de volta à sua terra. (S. João D’El Rei, 15/12/1885, 17/02/1886, 28/03/1886, 19/08/1886).

⁹⁹ José Braga foi professor, de português e francês, são-joanense, morava na rua Direita 33, e vários meses depois do fim d’*O Domingo*

publicaram o primeiro número d'*O Domingo*, uma folha literária, provavelmente a mais antiga de São João del-Rei.

Chamava a escravidão de “*cancro roaz*”, e afirmava que:

(...) a iniciativa particular demonstra claramente ao Governo que a propaganda abolicionista encontra o mais entusiástico apoio em todos os pontos do Império, do que dão eloqüentes provas as províncias que se libertaram e o sem número de libertações que se sucedem constantemente! (O DOMINGO, São João del-Rei, 25.10.1885)

Considerava o abolicionismo “*a causa santa da liberdade*” e “*uma idéia que tem por gládio invencível – a justiça, e por escudo – o patriotismo.*” (O DOMINGO, São João del-Rei, 8.10.1885). Quando faleceu Muniz Barreto, “*o decano dos jornalistas brasileiros*”, fundador do *Correio Mercantil*, considerada pel’*O Domingo* como a primeira folha democrática do segundo reinado, essa folha destacou que:

O anelo constante e fervido que sempre alimentou, era a extinção da escravatura. Queria morrer deixando a terra de seu berço livre da triste mácula infamante... Desgraçadamente para todos nós não viu realizada a sua aspiração suprema. A terra em que sepultou-se o patriarca

foi escolhido como orador oficial do Clube Comercial Quatro de Julho. Em 1889, *A Pátria Mineira* informou que José Braga tornou-se, em Juiz de Fora, redator e proprietário do *Pharol*. Em outubro noticiou que “*O Diario de Minas, de Juiz de Fora, fez fusão com o Pharol que, assim reforçado, prossegue com o mesmo título sob a direção do eminente jornalista José Braga.*” É possível que ele seja o mesmo José de Andrade Braga que fora um dos redatores do *Escolástico* (1879), primeira folha estudantil de São João del-Rei. A coleção que existe d’*O Domingo* era de Fernando Cotrim Moreira de Carvalho, outro redator do *Escolástico*.

do abolicionismo, ainda há de ser pisada por escravos!... (O DOMINGO, São João del-Rei, 22.10.1885)

O Domingo lutava abertamente por uma literatura nacional e afirmava-se apolítico, mas quem o ler sem buscar conexões com a política prática de seu tempo não o entenderá, e terá que pular diversos de seus artigos. É que por apolítico *O Domingo* queria dizer somente que não era nem Liberal nem Conservador, ou seja, apartidário.

Temos, portanto, não somente duas folhas abolicionistas em uma cidade onde a historiografia ainda não tinha registrado abolicionismo nenhum, mas duas folhas muito diferentes. Uma era de um partido político, outra de jovens literatos que afirmavam detestar eleições. Uma oficialmente monarquista, outra mal disfarçadamente republicana. Uma, o *S. João D'El-Rei*, foi de todas as folhas que estudamos aquela cujas permutas de números com outros periódicos mais se concentravam em Minas Gerais, a outra, *O Domingo*, uma das que proporcionalmente menos permutava com essa província (era um hábito dos jornalistas enviarem suas folhas a outras redações, para receber em troca as folhas delas). Também era diferente o perfil de seus anunciantes, e completamente diferente o das sociabilidades citadas por eles. De fato, eram círculos completamente diferentes, nos objetivos, métodos, formas de escrever, assuntos, relações, e que quase só tinham em comum a defesa do fim da escravidão. Assim, o abolicionismo encontrado com o estudo das folhas de São João del-Rei não só existia como não estava restrito a um gueto.

Até aqui já se nota que São João del-Rei teve um movimento cultural abolicionista com peças teatrais e poetas, teve atuação abolicionista na Justiça, teve ao menos o gérmen de um Club Abolicionista, dois jornais abertamente abolicionistas e

o eleitorado não se espantou com as ideias abolicionistas da folha Liberal. Só o que não se encontra em São João del-Rei é a “ação direta”, como rebeliões de senzalas, mas a exigência desse critério eliminaria o abolicionismo do país quase todo. Ademais, os escravos de São João estavam sendo vendidos para zona da Mata, e as senzalas eram quase todas pequenas e desprotegidas. Ajudar fugas era a ação mais “direta” possível nessas condições.

Contudo, tradicionalmente afirma-se que em São João o que existiu foi emancipacionismo, e não abolicionismo. Para isso destaca-se do seu contexto uma frase do líder abolicionista local, Francisco de Paula Pinheiro, que a disse exatamente para insuflar o movimento abolicionista:

Quando se observa o grande movimento nacional, que se levanta gigante neste Império, era para se lastimar que em S. João del-Rei, não se ouvisse uma só palavra em favor dessa cruzada nobre, justa e patriótica. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 11.10.1884)

Essa frase é outra evidência de que houve abolicionismo e não de que não houve, pois ela mesma é abolicionista, além de ser um exagero. O mesmo Francisco Pinheiro revela que já na época existia a polêmica sobre os termos “abolicionismo” e “emancipacionismo”:

De novo tomei a palavra e, não achando razão para se estabelecer uma discussão sobre a denominação da sociedade, declarei que aceitava qualquer título que lhe quisessem dar, que não fazia questão de nome; fiz ver, porém, que muitos daqueles que se acham revestidos da capa de emancipadores e que falam somente ante o interesse próprio, hoje se envergonham e, não querendo se apresentar esclavagistas ante a maioria da nação, declaram-se emancipadores de ocasião. (GAZETA MINEIRA, São João del-Rei, 11.10.1884)

Como ninguém se assumia escravocrata pelas colunas da imprensa, haveria nessa região uma hegemonia “*emancipacionista*”, que se não existiu no final do século XIX, existiu na historiografia do século XX. Até o *Arauto de Minas* se pretendia emancipacionista.

Mas o “emacipacionismo” do *Arauto de Minas* é explicado por essa própria folha, segundo a qual “*esclavagistas, seriam homens que gritassem contra a lei de 28 de Setembro de 1871; que a quisessem derrocar, mas destes não há nenhum*” (ARAUTO DE MINAS, 17.12.1880). Ou seja, quem defendesse a continuidade da escravidão, mas aceitasse o ventre livre, para o *Arauto*, já era “emancipacionista”.

Está mais que claro que o “*emancipacionismo*” das folhas de São João del-Rei, assim como de sua população, era bastante heterogêneo, ou seja, não existia nenhum consenso “*emancipacionista*”, e nada parecido com uma hegemonia de qualquer posição. A palavra “*emancipacionismo*”, nessa gramática “*barroca*” do poder, englobava abolicionistas e escravocratas, e isso não foi planejado por nenhum dos dois lados. Nos lembra de imediato a arte barroca das igrejas de São João del-Rei, com seus contrastes bem marcados, luzes e sombras, céu e terra. Esqueletos e anjos figuram lado a lado nas mesmas obras sacras barrocas. O abolicionismo mineiro foi tão peculiar quanto a escravidão mineira no século XIX, que no dizer de Douglas Libby foi “*atípica*”.

Bibliografia:

BORGES, Célia Maria. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário*. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2005.

LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tómas & LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs) *História Econômica da*

Independência do Império. São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.

SILVA, Denílson de Cássio. A Abolição na berlinda: tensões e noções de liberdade, propriedade e emancipação em São João del-Rei (Minas Gerais, século XIX). *Revista Ágora*. N.9. Vitória: 2009.

Fontes:

Astro de Minas, São João del-Rei. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em cujo site pode ser consultado.

Gazeta Mineira, São João del-Rei. 1884. Arquivo do IPHAN de São João del-Rei. Pode ser encontrado no site do IHG-SJDR.

O Domingo, São João del-Rei. 1885. Arquivo da Biblioteca Municipal de São João del-Rei, em cujo site pode ser consultado.

São João D'El Rei, São João del-Rei. 1885-1886. Arquivo do IPHAN de São João del-Rei. Pode ser encontrado no site do IHG-SJDR.

AURELIANO PIMENTEL

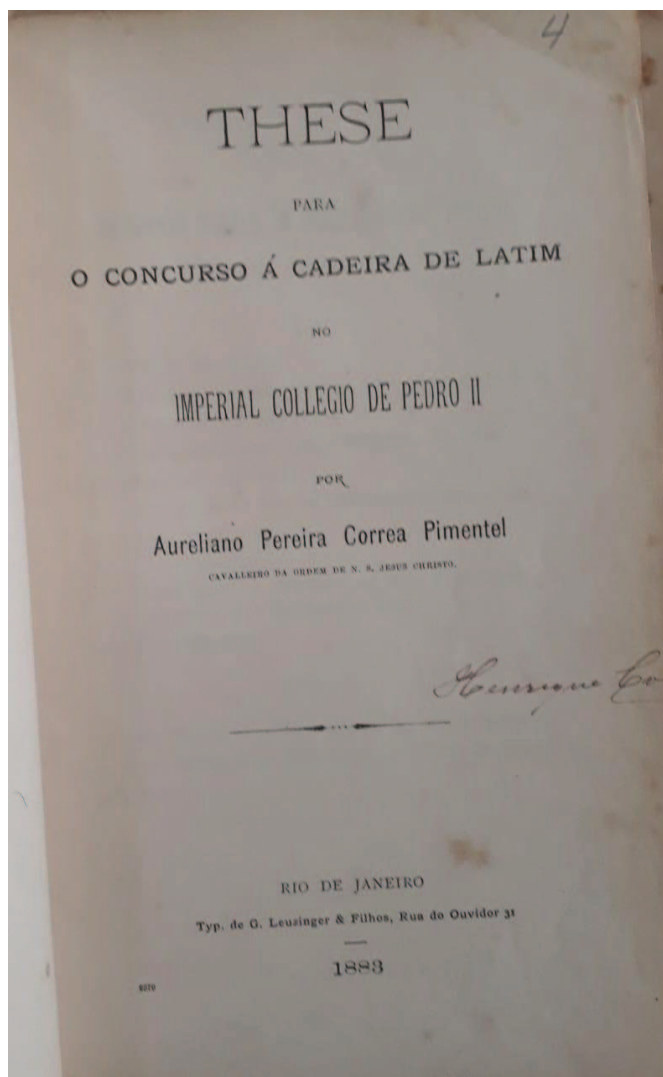
Bruno Nascimento Campos
Sócio efetivo titular da cadeira 19
Patrono Aureliano Pereira Corrêa Pimental
brunobn@gmail.com

Defesa do Patrono ocorrida em 2 de fevereiro de 2020

Trajetória pessoal

Aureliano Pereira Corrêa Pimentel nasceu em São João del-Rei, no dia 26 de novembro de 1830, filho do capitão-mor João Pereira Pimentel e de Jesuína Cândida de Paula, neto paterno de Antônio Pereira Pimentel e de Rosa Tavares e neto materno de Francisca Antônia de Paula e José Joaquim Corrêa.

Em 1854, aos vinte e quatro anos, casou-se com Mariana Cândida de S. Thiago e teve, com ela, os filhos: João Baptista Pimentel (Padre), que aparecia com bastante destaque nos jornais são-joanenses, chegando a atuar como vereador da cidade; Vicente (médico); Afonso (comerciante); José (funcionário público);



Mécia, Helena, Ana e Maria, sobre as quais não foi possível encontrar mais informações.

Com a morte da primeira esposa, no início de 1886, por febre amarela, no Rio de Janeiro, Aureliano casou-se com Hosana Müller, e teve com ela os filhos: Iago Vitoriano Pimentel, que dá nome a uma escola em São João del-Rei; Hildebrando, médico; e Mercês.

Faleceu a 31 de dezembro de 1908 e foi sepultado a 1º de janeiro de 1909 no cemitério da Ordem Terceira do Carmo de São João del-Rei.

Formação acadêmica

Aureliano Pimentel realizou os cursos preparatórios e de humanidades em São João del-Rei e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde pretendia estudar Medicina, mas não obteve êxito.

Atuação profissional

- Atuou como filósofo, poliglota, helenista e naturalista
- Ensinou Filosofia, Latim, Francês, Português e Literatura em:
 - São João del-Rei: Escola João dos Santos, fundada pelo Visconde de Ibituruna; Colégio São Francisco de Assis, dirigido pelo Padre João Batista do Sacramento; Colégio Duval.
 - Rio de Janeiro: Imperial Colégio de Pedro II (nomeado por Portaria de 29 de outubro de 1883, conforme Relatório do Ministério de Negócios do Estado de 1883)
- Reitor do Internato do Imperial Colégio de Pedro II (1885-1888)
- Mestre dos filhos de Isabel de Orleans, príncipes do Brasil.

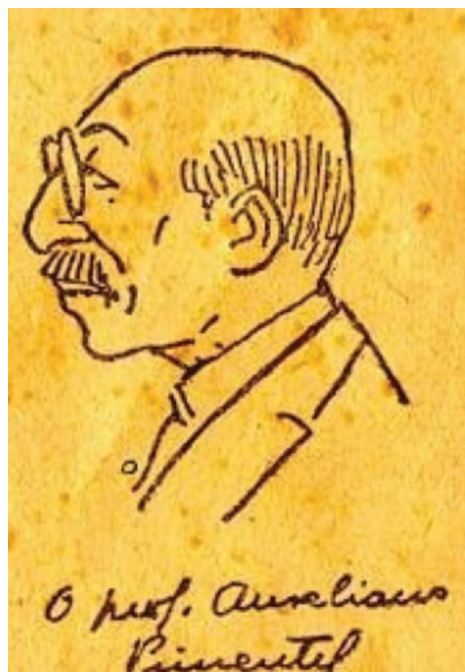
OBS: quando Aureliano Pimentel exerceu o Reitorado no CPII, trabalhou junto com o então Barão de Ibituruna, João Baptista dos Santos, que exerceu o cargo de Inspetor Geral da Inspetoria Geral de Higiene no período de 1886 a 1889, para tornar as instalações do CPII adequadas às normas de higiene (sanitárias) da época.

Produção intelectual

- Epístola a propósito da instrução pastoral sobre a maçonaria, do bispo de Olinda (1875)
- Cântico das ciências naturais (1879)
- Teologia (1879)
- Apontamentos sobre o município de São João del-Rei (1881): republicado no Volume X da Revista do Arquivo Público Mineiro (1905), disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1647.pdf
- Tese para o concurso à cadeira de latim do Imperial Colégio de Pedro II (1883)

Títulos nobiliárquicos

- **Cavaleiro** da Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, conforme citação na capa da Tese de 1883
- **Comendador** da Imperial Ordem da Rosa, condecorado em 15 de junho de 1881



Imperial Colégio de Pedro II

- Nomeado Professor substituto interino de Português e História Literária pela Portaria de 29 de outubro de 1883. Na ocasião, era Presidente do Conselho de Ministros do Império o liberal Lafayette Rodrigues Pereira, Conselheiro Lafayette.
- Aureliano Pimentel foi contemporâneo de José Capistrano de Abreu, Carlos de Laet, dentre outros, no exercício da docência no Colégio.
- Em 1885, Aureliano, por meio de concurso, foi reconduzido à condição de Professor de Português e História Literária, em 1º de agosto, bem como à condição de professor de Português dos 2º ao 5º ano do Externato, em 24 de abril. Em 10 de outubro do mesmo ano, Aureliano Pimentel foi nomeado Reitor do Internato, em virtude do falecimento de seu antecessor Antônio Henriques Leal. Era Presidente do Conselho de Ministros do Império o Barão de Cotegipe, membro do Partido Conservador, e Ministro dos Negócios do Império o Barão de Mamoré.

Detalhe da caricatura de Aureliano Pimentel, datada de 1885.

Recorte de jornal sem identificação. Disponível em:

<<http://www.procrie.com.br/2012/07/24/palmas-e-sao-joao-del-rey-16295>> Acessado em 5 de junho de 2019.

- Por decreto de 14 de julho de 1887, Aureliano Pimentel foi exonerado do cargo de Reitor do Internato, conforme Relatório dos Negócios do Império do mesmo ano. A saída de Pimentel ocorreu pouco antes da saída do Barão de Mamoré do Ministério dos Negócios do Império, ocorrida em 21 de julho daquele ano.

Registros sobre Aureliano Pimentel por Escragnolle Dória

Aureliano Pimentel dirigia a aula de Português, língua ainda não diferenciada da brasileira, do 2º ao 5º ano. A calourada ficava a cargo de Manoel Olympio Rodrigues da Costa, esforçado no entregar bons discípulos a Aureliano Pimentel. Este "erudito abalizado, seguro, frequentemente consultado pelos paredros do idioma, primava pelas lições de redação e de estilo, possuindo caderno onde averbava as cincadas e os cochilos dos professores e letrados da época". Muito havia aproveitado no recolhimento de longos anos em Minas, no nativo São João d'El Rey de onde o havia retirado D. Pedro II ao passar pela cidade. (DÓRIA, 1937, p. 164)

As mutações de Governo para o Colégio, eram sensíveis na Pasta do Império, da qual ele tão estreitamente dependia. Fora do poder o Gabinete Saraiva, organizado o Gabinete Cotegepe. de 20 de agosto de 1885, teria dele a Pasta do Império o Senador Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré. Caber-lhe-ia referendar o Decreto de nomeação de novo reitor do Internato, o professor do Colégio Aureliano Corrêa Pereira Pimentel, entrado em exercício em outubro de 1885. Merece referência especial o ingresso de Aureliano Pimentel no corpo docente do Colégio. Nascido no mineiro São João d'El Rey a 26 de novembro de 1830, distinguiu-se Aureliano Pimentel na cidade natal como escritor e jornalista, cultor da prosa e do verso, por obra volumosa cuja parte inédita dava para publicação de alguns volumes. Sabedor emérito da língua vernácula e de Latim, vivia Aureliano Pimentel na sombra provinciana, à luz apenas dos estudos de gabinete. D. Pedro II visitou, porém, Minas, e teve ensejo de conversar com o modesto douto, induzindo-o logo à cadeira do Colégio. Transferiu-se Aureliano Pimentel para o Rio de Janeiro, obtendo por concurso, e notável, a cadeira de Português cuja posse lhe vaticinara o soberano. Certo não foi alheia a benevolência deste na elevação de Aureliano

Homenagens *post-mortem*

- Rua Aureliano Pimentel, Fábricas, São João del-Rei, MG, CEP 36301-188 (Lei Municipal nº 215, de 05 de junho de 1909)
- Rua Aureliano Pimentel, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21931-300
- Rua Aureliano Pimentel, Aparecida, Belo Horizonte, MG, CEP: 31250-060
- Praça Professor Aureliano Pimentel, Jardim Jussara, São Paulo, SP, CEP: 05526-05
- Patrono da Cadeira nº 29 da Academia Mineira de Letras, ocupada por: Lindolpho Gomes; Milton Campos; Pedro Aleixo; Gustavo Capanema; Murilo Paulino Badaró; e Affonso Arinos de Mello Franco
- Escola Estadual Aureliano Pimentel: em 1928, foi construído o Grupo Escolar “Aureliano Pimentel”, na avenida Leite de Castro no Bairro Fábricas, em terreno aparentemente doado por Ferreira Guimarães e Cia. No dia 14 de junho de 1940, foi inaugurado o retrato do Patrono do Estabelecimento.
- Patrono da Cadeira nº 6 da Academia de Letras de São João del-Rei
- Patrono da Cadeira nº 19 do IHG de São João del-Rei
(Podem existir outras homenagens não listadas pelo autor deste texto)

Fontes

PIMENTEL, Roberto. Palmas e São João d'El Rey. *Procrie: Projeto de Centro de Referência em Iniciação Esportiva*, 2012. Disponível em: <<http://www.procrie.com.br/2012/07/24/palmas-e-sao-joao-del-rey-16295>> Acessado: em 5 de junho de 2019.

Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império de 1883, 1884, 1885, 1886 e 1887, disponíveis no fundo Brazilian Government Documents, do Center of Research Libraries. Disponíveis em <<http://ddsnext.crl.edu/brazil>>. Acessado: em 24 de janeiro de 2020.

SÃO PAULO. Decreto nº 10.398, de 14 de março de 1973. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1973/1040/10398/decreto-n-10398-1973-dispoe-sobre-denominacoes-de-logradouros-publicos>> Acessado em: 5 de junho de 2019.

Referências bibliográficas

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de Mestrado: UFJF, Juiz de Fora, 2008.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Galeria das personalidades notáveis de São João del-Rei*. São João del-Rei, MG: FAPEC, 1994.

DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro II*. Rio de Janeiro: MEC, 1937.

NASSUR, Talita Lara Carvalho. *Margarida Pimentel: a voz do teatro amador são-joanense no início do século XX*. Dissertação de Mestrado: UFSJ, São João del-Rei, 2015.

INDÚSTRIAS TÊXTEIS NASCENTES E SOBREVIVENTES DA CONJUNTURA DO ENCILHAMENTO EM MINAS GERAIS: um estudo da Companhia Industrial São-Joannense.

Marcus Antônio Croce
maruscroce043@gmail.com

Em 1888, no final do período imperial brasileiro, foi implantada uma política econômica expansionista pelo Ministro Visconde de Ouro Preto a fim de arrefecer a questão da abolição da escravatura. Com a queda do Império ocorrida em novembro de 1889, o primeiro governo republicano, conhecido como Governo Provisório, através de seu Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, deu continuidade ao plano econômico elaborado anteriormente, propiciando mais abertura à economia. Os decretos de janeiro de 1890 efetivados pelo Ministério da Fazenda de Rui Barbosa permitiram maior flexibilidade ao mercado financeiro e mais facilidade para inauguração de sociedades anônimas, aumentando assim a abertura de novos bancos emissores e a esses bancos a autorização para investirem seus capitais em novas companhias de vários setores industriais (CROCE, 2013).

A ausência de uma instituição que regulasse o mercado financeiro, como por exemplo, um Banco Central, permitiu também a inauguração de muitos empreendimentos fictícios, ligados a movimentos especulativos, que mais tarde iriam estourar uma grande bolha nessa conjuntura. Apesar de muitas indústrias se solidificarem no mercado, inclusive as do setor têxtil, que é objeto desse trabalho, muitas tiveram suas atividades

encerradas em curto prazo, principalmente as vinculadas ao setor financeiro, como bancos principalmente, causando um verdadeiro pânico no mercado financeiro após março de 1891. Tal período foi denominado pela historiografia brasileira como o Encilhamento.

A denominação de Encilhamento foi criada por ser um termo inspirado na gíria do turfe comparando esse momento com a corrida de cavalos no jôquei clube, quando os cavalos presos em suas baias antes da largada, respirando forte aguardando a abertura para a corrida assemelhava-se ao momento de euforia do mercado financeiro, com os bancos injetando dinheiro no mercado e gerando ações na Bolsa, com altas margens de ganho, vários investidores, de diferentes classes sociais, se engalfinhavam para buscar lucros através de papéis. Tal excitação foi marcada por uma intensa disputa por espaços na Bolsa de Valores e na Rua da Alfândega, onde se concentrava o mercado financeiro carioca. Conforme aponta João Luís Fragoso:

Os bancos emissores (...) adquiriram uma rápida e elevada cotação. (...) em setembro e outubro de 1889 as subscrições para alguns bancos chegam a ter seu valor aumentado em mais de 40% de ágio. (...) isso se somaria um sem-número de ações emitidas por várias companhias, que se organizavam com intuito de grandes negócios, na esperança de dinheiro fácil e barato, afluindo concorrentemente à Bolsa de Valores. Entre 1888 e 1891 a inflação passaria de 1,1% ao ano para 84,9%. Essa época seria conhecida por Encilhamento, e que se referia ao momento em que eram feitas as últimas apostas em uma corrida de cavalos (FRAGOSO, 1990 p. 180).

Corroborando as palavras de Fragoso, através de consulta em jornais do período como o Jornal do Commercio sediado no Rio de Janeiro nota-se o momento de euforia na chamada de acionistas para integralizarem capitais entre 1890 e início de 1891. Logo após destacam-se notícias de falta de pagamento dos acionistas e a falta de liquidez monetária no mercado incendiando a crise que viria. Conclui-se então que, entre janeiro de 1890 a março de 1891 o Encilhamento viveu seu momento de *boom*, já depois de março de 1891, uma crise financeira que se entendeu até 1900, quando muitos estudiosos consideram como “a liquidação do Encilhamento” (SCHULZ, 1996).

A pesquisa presente então vem com o intuito de mostrar um exemplo muito claro dessa conjuntura no estado de Minas Gerais. A Companhia Industrial São Joannense, localizada na cidade de São João del Rey nasceu em fevereiro de 1891, período ápice do Encilhamento, e, sobreviveu a crise econômica iniciada um mês depois, exercendo suas atividades até os dias atuais. A idealização da Companhia Industrial São Joannense ocorreu em fins de 1890, consolidado em fevereiro de 1891 na formação de uma sociedade anônima. Tal idealização se deu através de um banco de emissão autorizado pelos decretos de 1890, o Banco Popular de Minas.

Tal banco foi responsável pelo controle dos acionistas e a integralização de seu capital. O banco também foi um grande acionista da empresa, porém teve um fim trágico. Foi envolvido pelas especulações, falta de pagamento das ações subscritas e investimentos em empresas de resultados duvidosos que o levou à liquidação no início do ano de 1897. De acordo com os dados coletados percebeu-se que o banco era um empreendimento promissor, com acionistas idôneos, mas foi engolido pelo Encilhamento com apenas seis anos de funcionamento.

Por outro lado a indústria São Joannense se solidificou como uma grande referência na produção têxtil do país. O capital rapidamente integralizado, a agilidade na importação de maquinários e a efetivação da produção sob a supervisão de um grande nome da indústria têxtil brasileira, Bernardo Mascarenhas, possibilitou essa empresa a se consolidar no mercado e ao mesmo tempo ser uma prova viva de que Minas Gerais viveu esse contexto na conjuntura do Encilhamento.

A Companhia Industrial São Joannense foi constituída em fevereiro de 1891, quando o Encilhamento ainda vivia um momento de euforia, se relacionou com um banco emissor, o Banco Popular de Minas, criado em um período bem contemporâneo com a indústria, sendo que, a diretoria e os incorporadores desse banco possuíam laços estreitos com a São Joannense.

A Companhia Industrial São Joannense foi uma indústria que captou uma característica peculiar do Encilhamento. A indústria foi idealizada nos salões do Banco Popular de Minas, que foi fundado e tinha sua sede na cidade de São João del – Rey e também possuía uma filial na cidade do Rio de Janeiro para captar mais integralização do capital junto às ações subscritas. (Jornal A PÁTRIA MINEIRA, 1891).

A relação entre o Banco Popular de Minas e a Companhia Industrial São Joannense é notória uma vez que tal banco que iniciou suas operações financeiras em 12 de dezembro de 1890 e dois meses depois então idealizou o empreendimento fábrica têxtil.

A Diretoria do Banco Popular era composta pelos primeiros acionistas da São Joannense que eram José da Costa Rodrigues, Marçal de Oliveira e Souza e Antônio Gonçalves Pinto de Rezende. Os incorporadores desse banco eram Antônio Moreira da Costa Rodrigues, Marçal de Oliveira e Souza e João

Ribeiro de Oliveira e Souza, sendo que somente o último não era acionista da São Joannense (JORNAL DO COMMERCIO, 1890).

Tabela 1

Primeiros Acionistas da Companhia Industrial São Joannense

Acionista	Profissão/Atividade
Antônio Xavier de Almeida	Capitalista, médico e ramo de mineração
Antônio Moreira da Costa Rodrigues	Capitalista, médico e ramo de mineração
Marçal de Oliveira e Souza	Negociante e capitalista
Afonso Pimentel	Negociante e capitalista
Custódio Luiz Guilherme Gaede	Capitalista, comerciante e ramo de mineração
João José Lopes	Negociante
Francisco Joaquim Alves de S. Thiago	Comerciante
Vicente de Paulo Teixeira	n.d
Augusto Frederico Muller	Negociante
Herculano José da Rocha Maia	Capitalista, comerciante e ramo de mineração
José da Costa Rodrigues	Comerciante
José Moreira Bastos	Médico
Eduardo José da Cunha	Negociante
Carlos José da Cunha	n.d
Antônio dos Reis Silva	Tenente-coronel do exército
José Antônio de Azevedo	Comerciante
M. Ancelmo & Companhia	Comerciante
Antônio Ignácio da Silva Souto	Comerciante
Gustavo Campos	Comerciante
Bernardo Luiz Gaede	Comerciante
Cesário José de Almeida	Comerciante
João Jacob Sewaibriker	Major do exército
João Carlos Ferreira Ferraz	Comerciante e capitalista
Antônio Alvares de Magalhães	n.d
Júlio de Cezar de Queiroz Magalhães	Engenheiro
Constança Xavier das Chagas Viegas	n.d
Padre João Baptista de Castro	Pároco e professor
José sé Juvêncio Neves	Comerciante
José Pereira da Silva	Industrial
João Rodrigues de Mello	Negociante
Antônio Gomes Pedroso	Comerciante
João José Pinheiro	Funcionário público

Antônio de Medeiros Simas	Comerciante
Alberto Augusto Isaacson por Castro, Rocha & Cia.	Advogado
Sebastião Rodrigues Sette Câmara	Negociante
Paulo Freitas de Sá	Engenheiro
Flávio José da Silva	Comerciante
José da Costa Rodrigues (Pelo Banco Popular de MG)	n.d
João José de Souza	Negociante
Daniel Antônio de Paiva	Negociante
José Lopes Bahia	Negociante
José Pedro de Andrade Reis	Fazendeiro e capitalista
Joaquim Augusto Pinto P. Guadalupe	Político
Antônio Fortunato de Araújo Costa	n.d
Maria José Guimarães	n.d
Mathilde Carolina Gaede	n.d
Custódio de Almeida Magalhães	Negociante e capitalista
Padre João Baptista do Sacramento	Pároco e professor
Maria Thereza Baptista Machado	n.d
Vicente Cantelmo	Comerciante
Antônio Galdino dos Passos Macedo	n.d
Manoel Rodrigues Trindade & Companhia	Negociante
Berlarmina Cândida Lopes	n.d
Martiniano das Chagas Viegas	n.d
Barão de Conceição da Barra (José Carvalho de Resende)	Fazendeiro
Isabel de Lacerda Rodrigues	n.d
Francisco de Carvalho de Resende	Fazendeiro
Anselmo Christino Fioravante	Farmacêutico
José Theodoro de Faria	n.d
Barão de Ponte Nova (José J. de Andrade Pinto)	Fazendeiro
Joaquim Carvalho de Rezende	Político
Baroneza de Ponte Nova	n.d
Maria Porcina Filha & Irmã	n.d
Visconde de Ibituruna (João Batista dos Santos)	Médico e músico
José Christiano Caldas	Farmacêutico

Fonte: Adaptado do Jornal **O Estado de Minas Gerais**, 25 de fevereiro de 1891.

A lista dos primeiros acionistas acima também mostrou a origem do capital dessa indústria e nota-se que a formação desse

capital foi proveniente de comércio, profissões liberais e agrários. A relação dos acionistas da Companhia Industrial São Joannense era composta em sua maioria por agentes com relações de parentesco e amizade, sendo que habitantes de uma mesma região.

A Companhia Industrial São Joannense se manteve na conjuntura do Encilhamento e dando continuidade à sua produtividade devido a uma constelação de fatores. Dentre eles estão a rápida integralização de seu capital (200 contos), a rapidez que foi constituída como sociedade anônima e inaugurou suas atividades com um maquinário importado, bem instalado e supervisionado e a facilidade de escoamento de produção efetivada via férrea, além de possuir sede própria em um local privilegiado.

Nota-se que a integralização desse capital exposto no Estatuto da empresa se integralizou rapidamente devido ao curto prazo da constituição de sua sociedade anônima e a inauguração das atividades (Jornal *O Estado de Minas Gerais*, 1891). No dia 03 de janeiro de 1891 as ações da São Joannense já se encontravam subscritas na sua totalidade (Jornal *O Brasil*, 1891). No dia 5 de fevereiro de 1891, a Companhia foi oficialmente fundada e no dia 26 de fevereiro de 1892 a fábrica já iniciava suas operações com praticamente um ano de intervalo entre constituição e inauguração (Jornal *O Pharol*, 1892).

Quanto ao maquinário importado adquirido pela Companhia Industrial São Joannense, percebe-se que já tinha sido encomendado em um período de alta cambial, favorecendo um pagamento em melhores condições, e também com incentivo governamental como isenção de impostos que oferecia o governo através dos decretos de janeiro de 1890. A contratação do empresário Bernardo Mascarenhas para negociar a importação e cuidar da instalação e manutenção dos equipamentos de

produção, além de também projetar a estrutura do prédio da fábrica foi uma tomada de decisão muito importante nesse contexto. Tal empresário foi contratado em 25 de fevereiro de 1891 para essa missão (LIVRO DIÁRIO DA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANNENSE, 1891).

Após análise de tais fatores pode-se perceber que uma constituição de sociedade anônima bem articulada, integralização de capital dentro do prazo estipulado, compra de maquinário importado e supervisionado por agentes competentes e estrutura própria com possibilidade de facilidade no escoamento de produção fizeram com que a Companhia Industrial São Joannense ultrapassasse o período de crise da conjuntura do Encilhamento de forma produtiva e eficaz.

Referências

Fontes Primárias:

Documentos:

Livro Diário da Companhia Industrial São Joanensse, 1891. Sob custódia da Companhia Industrial São Joannense, São João del-Rei.

Jornais:

A Pátria Mineira, sob custódia do IPHAN de São João del-Rei.

Jornal do Commercio, sob custódia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Brasil, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Estado de Minas Geraes, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Belo Horizonte.

O Pharol, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Fontes Secundárias (Bibliográficas)

CROCE, Marcus A. Crises Financeiras na Primeira Década Republicana e os Bancos em Minas Gerais (1889-1903). CEDEPLAR/UFMG (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, 2013.

FRAGOSO, João L. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora in: LINHARES, M. Y. (Org.). História Geral do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SCHULZ, John. A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901. São Paulo: Edusp, 1996.

DIRETÓRIO DO IHG-SJDR

PATRONO-MOR BASÍLIO DE MAGALHÃES

SÓCIOS FUNDADORES

Adenor Simões Coelho (Patrono)
Altivo de Lemos Sette Câmara (Patrono)
Antônio Guerra (Patrono)
Astrogildo Assis
Augusto das Chagas Viegas (Patrono)
Carlos de Oliveira Ribeiro Campos
Djalma Tarcísio de Assis
Esaú de Assis Republicano
Fábio Nelson Guimarães (Patrono)
Gentil Palhares (Patrono)
Geraldo Guimarães (Patrono)
João Adalberto de Assis Viegas
João Batista Lopes de Oliveira
Lucila César
Luiz de Melo Alvarenga (Patrono)
Onésimo Guimarães
Sebastião de Oliveira Cintra (Patrono)
Sebastião Raimundo de Paiva
Sílvio de Araújo Padilha
Tiago Adão Lara

PRESIDENTES E SUAS GESTÕES

Fábio Nelson Guimarães (1970 a 1986) (Fundador e Patrono)
Geraldo Guimarães (1987 a 1990) (Fundador e Patrono)
José Alberto Ferreira (1991 a 1992)
Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso (1993)
Lais Medeiros Garcia de Lima (1993 a 1994)
Norma Marotti Fairbanks (1995 a 1996)
Roberto Galvão de Britto Lira (1996)
José Alberto Ferreira (1997 a 1998)
José Antônio de Ávila Sacramento (1999 a 2000)

Antônio Gaio Sobrinho (2001 a 2002)
José Antônio de Ávila Sacramento (2003 a 2008)
Artur Cláudio da Costa Moreira (2009 a 2014)
José Cláudio Henriques (2015 a 2017)
Paulo Roberto de Sousa Lima (2018 a 2020)

PRESIDÊNCIA ATUAL (2019 a 2021)

Presidente: Paulo Roberto de Sousa Lima
Vice-Presidente: Artur Cláudio da Costa Moreira
Secretária: Maria Lúcia Monteiro Guimarães
Tesoureiro: Sherman Portela Ribeiro
Bibliotecário: Alex Lombello Amaral

SECRETÁRIOS ESPECIAIS

Relações Institucionais: Francisco José dos Santos Braga
Informática: Paulo Chaves Filho

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Evandro de A. Coelho; Neudon Bosco Barbosa; Betânia M. M. Guimarães

Suplentes:

Terezinha de Jesus da Silva; Murilo G. de S. Cabral; Paulo Roberto F. A. Varejão

COMISSÕES ADMINISTRATIVAS E GRUPOS TÉCNICOS **Comissões de Avaliação de Admissões (compostas pelo plenário)**

Comissão Editorial

Alex Lombello Amaral; Augusto Henrique Assis Resende, Betânia Maria M. Guimarães; Bruno Nascimento Campos; Maria Lúcia M. Guimarães; Suely Campos Franco

Comissão Especial de Avaliação do Cinquentenário (ex-Presidentes)

Antônio Gaio Sobrinho; Artur Cláudio da Costa Moreira; José Cláudio Henriques; José Alberto Ferreira

Grupo de Estudos Genealógicos

Evandro Coelho; José Claudio Henriques; José Passos Carvalho; Wainer de C. Ávila

Grupo de Estudos sobre Escravidão em SJDR e Vertentes

Desembargador José Afrânio Vilela; Betânia M. M. Guimarães;
Alex Lombello Amaral; Sandra Nunes Correa (parceira inscrita)

ASSOCIADOS EFETIVOS E SEUS PATRONOS

Alessandro Ferreira de Paula – Cadeira 24 = Augusto das C. Viegas*

Alex Lombello Amaral - Cadeira 12 = José Antônio Rodrigues*

Ana Maria de Oliveira Cintra - Cadeira 37 = Sebastiao de Oliveira Cintra*

Antônio Gaio Sobrinho (Ex-Presidente) - Cadeira 14 = Maria Tereza Baptista Machado*

Artur Cláudio da Costa Moreira (Ex-Presidente) - Cadeira 25 = Antônio Tirado Lopes*

Augusto Henrique Assis Resende - Cadeira 18 = Sebastião Sette

Betânia Maria Monteiro Guimarães - Cadeira 26 = Altivo de Lemos Sette Câmara*

Bruno Nascimento Campos - Cadeira 19 = Aureliano Pereira Corrêa Pimentel*

Evandro Coelho - Cadeira 17 = Severiano Nunes Cardoso de Rezende*

Francisco José dos Santos Braga - Cadeira 22 = Lincoln de Sousa*

Geraldo J. da Silva (In memoriam)

José Alberto Ferreira (Ex-Presidente) - Cadeira 33 = Geraldo Guimarães*

José Antônio de Á. Sacramento (Ex-Pres.) - Cadeira 11 = Baptista Caetano de Almeida

José Carlos Hernández Prieto - Cadeira 27 = Gentil Palhares *

José do Carmo dos Santos - Cadeira 38 = João Cavalcante

José Cláudio Henriques (Ex-Presidente) - Cadeira 01 = Thomé Portes Del Rei*

José Domingos de Souza - Cadeira 06 = Hipólita Jacinta Teixeira de Melo

José Passos de Carvalho - Cadeira 20 = em aberto*

Leonardo Henrique de A. e Silva - Cadeira 35 = Celina Amélia de Rezende Viegas

Luiz Antônio Sacramento Miranda - Cadeira 10 = Aniceto de Sousa Lopes*

Maria Lúcia Monteiro Guimarães - Cadeira 16 = Alexina de Magalhães Pinto*

Mário Lacerda Soares Neto - Cadeira 03 = José Álvares de Oliveira*

Messias Neves - Cadeira 29 = Luiz de Melo Alvarenga

Murilo Geraldo de S. Cabral - Cadeira 39 = Francisca de Paula de Jesus – Nhá Chica

Neudon Bosco Barbosa - Cadeira 28 = Antônio Guerra*

Paulo César de Jesus - Cadeira 07 = Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira

Paulo Chaves Filho - Cadeira 34 = Eduardo Canabrava Barreiros*

Paulo Rodrigues de Miranda Filho - Cadeira 08 = Joaquim José da Natividade

Paulo Roberto Furtado Azeredo Varejão (Patrono em Aberto)

Paulo Roberto de Sousa Lima (Presidente) - Cadeira 02 = José Mattol*

Sherman Portela Ribeiro - Cadeira 15 = André Bello

Suely Campos Franco - Cadeira 13 = Pe. José M. Xavier*

Wainer de Carvalho Ávila - Cadeira 05 = José Joaquim da Silva Xavier*

Wanderley Mário Guilherme - Cadeira 04 = Frei José Maria de C. Velloso*

(*) patronos defendidos

Patronos em aberto, por Cadeira Perpétua:

Francisco Lima Cerqueira (09); José Victor Barbosa (21); Pe. José Maria Fernandes (23); Matheus Salomé de Oliveira (31); José de Alencar Ávila Salgado (36); Antônio Garcia da Cunha (40).

Sócios efetivos licenciados que ainda interagem com o IHG:

Adenor Luiz Simões Coelho; Silvério Parada, Ulisses Passarelli.

BENEMÉRITOS DO IHG-SJDR

Astrogildo de Assis (Fundador); Elizabeth Santos Cupello (Sócia Correspondente); Fabio Nelson Guimarães (Fundador e ex-Presidente); Jeovah Motta, efetivo; Higino Zacarias de Sousa (Sócio Correspondente); Mário Pellegrini Cupello (Sócio Correspondente)

SÓCIOS HONORÁRIOS

Abgar Antônio Campos Tirado, Euclides Garcia de Lima Filho (in memoriam), José Geraldo D'Ângelo, Marcus Vinicius de Carvalho Fróis, Oyama de Alencar Ramalho, Rogério Medeiros Garcia de Lima (Sócio Correspondente), Ruth do Nascimento Viegas.

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Adalberto Guimarães Menezes - Belo Horizonte/MG*
Adhimar Coutinho de Freitas – Barbacena/MG
Adirson Vasconcelos – Brasília/DF*
André Guilherme Dorneles Dangelo – Belo Horizonte/MG
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos – Ouro Preto/MG**
Antônio Campos Tirado – Rio de Janeiro/RJ
Antônio Seixas – Magé/RJ
Barbara Freitag Rouanet – Tiradentes/MG
Dario Cardoso Vale – Belo Horizonte/MG
Dauro José Buzzatti – Belo Horizonte/MG
Edson Brandão – Barbacena/MG*
Elizabeth Santos Cupello – Valença/RJ* - (Benemérita)
Eugenio Ferraz – Belo Horizonte/MG
Francisco Vasconcelos – Petropolis/RJ
Francisco Tomaso Albuquerque – Niteroi/RJ
Geovani Neméth-Torres – Lavras/MG
Geralda Aparecida Ribeiro de Alencar Araripe – Tiradentes/MG*
Geraldo José Guimarães da Silva – São Paulo/SP
Gustavo Lisboa Braga – Vassouras/RJ
Helena Teixeira Martins – Piracicaba/SP
Henrique Cintra de Carvalho – São Paulo/SP
Higino Zacarias de Souza – Ritópolis/MG* (Benemérito)
Izabel Lago Barbosa – Matosinhos/Portugal
Isolde Helena Brans – Campinas/RJ
Ivan de Carvalho Teixeira – Belo Horizonte/MG
Jesus Milagres – Barbacena/MG*
João Carlos Ramos – Divinópolis/MG
João Pinto de Oliveira – São Tiago/MG*
José Afrânio Vilela – Belo Horizonte/MG*
José Antônio do Nascimento – Tiradentes/MG*
José Bernardo Ortiz – Taubaté/SP*

José Luiz Araújo Lira – Fortaleza/CE
José Silva Gazar – Salvador/BA
Júlio Olivar Benedito – Vilhena/RO
Laerte Marcolino Magno Ribeiro – São Paulo/SP
Lucia Casas de Pilla – São Paulo/SP
Luiz Carlos Biazutti – Belo Horizonte/MG
Luiz Roberto Krauss – Heliadora/MG
Marcelo Florence Lustosa – São Paulo/SP
Márcio Vicente da Silveira Santos – Sete Lagoas/MG*
Maria Amélia Dornelles Dangelo – Belo Horizonte/MG**
Maria Terezinha de Resende – Lavras/MG* (in memoriam)
Mário Pellegrini Cupello – Valença/RJ* (Benemérito)
Olinto Rodrigues Filho – Tiradentes/MG
Oscar Araripe – Tiradentes/MG*
Ozório Couto – Belo Horizonte/MG*
Roberval Junqueira Franco – Belo Horizonte/MG
Rogério de Almeida – Tiradentes/MG
Rogério Medeiros Garcia de Lima – Belo Horizonte/MG*
(Honorário)
Ronaldo Simas Thomé da Silva – Belo Horizonte/MG
Ronaldo Simões Coelho – Belo Horizonte/MG (in memoriam)
Rosária Maria Faria Thomé da Silva – Belo Horizonte/MG
Sérgio Paulo Rouanet – Tiradentes/MG
Vanessa Borges Brasileiro – Belo Horizonte/MG
Wellington José Tibério Silva – Barroso/MG*
(*) Com quem interagimos regularmente por email/()
Interação por correspondência.**

www.ihgsaojoaldelrei.org.br
ihgsaojoaodelrei@gmail.com
www.facebook.com/ihgsjdr

(32) 9-9913-6942
(Paulo Roberto de Souza Lima – Presidente do IHG)

Rua Santa Tereza, 127. Centro. São João del-Rei, Minas Gerais. Ceo
36.300-114